

**FELIPE MEGEREDO CORREA**

**O TRABALHO INDÍGENA NA USINA PASSA TEMPO EM  
RIO BRILHANTE-MS (DÉCADAS DE 1980 E 1990)**

DOURADOS – 2015

**FELIPE MEGEREDO CORREA**

**O trabalho indígena na Usina Passa Tempo em Rio Brilhante-MS  
(décadas de 1980 e 1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *Movimentos Sociais e Instituições.*

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Marisa de Fatima Lomba de Farias.**

**FELIPE MEGEREDO CORREA**

**O TRABALHO INDÍGENA NA USINA PASSA TEMPO EM  
RIO BRILHANTE-MS (DÉCADAS DE 1980 E 1990)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovada** em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e orientador (a):

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marisa de Fatima Lomba de Farias (UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador (a):

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Becker (UFGD) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD) \_\_\_\_\_

Aos meus familiares, amigos e a todos os índios do MS.

## AGRADECIMENTOS

Começo pelo agradecimento a Deus por ter chegado até aqui. Agradeço pelo caminho e por ter proporcionado convivência com pessoas tão maravilhosas.

A todos (as) que contribuíram direta ou indiretamente para o início e a finalização desta pesquisa, sem eles (as) com certeza não teria acontecido. Corro o sério risco e sei que não me lembrarei de cada pessoa nominalmente, mesmo assim começarei.

Aos meus, pai Hélio Pereira Corrêa e mãe Elizabete Pereira Megeredo, pela criação dos seis filhos, eu dentre eles. Apesar da dificuldade financeira, os valores ensinados estão presentes e, por isso, nos tornamos quem somos. Muito obrigado.

A minha irmã Amanda, pelo incentivo e companheirismo em todos os momentos. Aos meus irmãos Herbert Marcuse, Emerson, Paulo e Mario pela convivência e os ensinamentos que carrego comigo. Ao cunhado Ademilson e sobrinho Juan.

A companheira Marli Avelino dos Santos, sempre muito atenciosa e carinhosa. E por nossas conversas sobre sociedade quando saímos juntos para jantar (comer espetinho).

A todos os professores desde o ensino básico até os dias atuais. Em especial a Professora Marisa de Fátima Lomba de Farias, pela atenção, paciência, confiança neste trabalho, pela gentileza e o aprendizado que tive durante o período de orientação. Obrigado.

A Simone Becker e Paulo Roberto Cimó Queiroz, Professores que muito contribuíram, com sugestões, tanto na qualificação deste trabalho, quanto eventualmente, pelo ambiente universitário. Ao Professor Vitor Wagner Neto de Oliveira, pelo auxílio e sugestão de leituras na elaboração da proposta de pesquisa. E também ao Professor Levi Marques Pereira pelas recomendações de leituras nos eventos que participamos.

Ao corpo docente da graduação e do PPGH da UFGD com quem aprendi a olhar sob outra *ótica* (talvez mais crítica) a sociedade em que vivemos.

Aos companheiros de sala de aula na graduação: Weverton, Felipe, Diego, Cesar, Saidi, e no mestrado: Edmundo, João Felipe, Rafael, Beto, Carlos e Vitor (este último do doutorado em História).

À Ana Paula, Sandra, Cláudia, Marina e Fabrícia, pelas discussões no grupo de estudo formado pela Prof<sup>a</sup>. Marisa.

A Simone Beatriz Assis de Rezende (MPT-MS) <sup>1</sup>, pela atenção e disponibilidade da principal fonte aqui analisada, e pela produção intelectual (dissertação em Desenvolvimento Regional/ UCDB) que foi fundamental na escrita deste trabalho. Altivo, e todo o pessoal do MPT-MS, em Campo Grande.

Aos funcionários do NEPPI/ UCDB de Campo Grande - MS por disponibilizar o acesso à documentação ali arquivada.

E aqueles com quem conversei em Rio Brilhante - MS, onde obtive informações sobre o município e a usina Passa Tempo, Srs. Gilberto e José.

Ao pessoal do Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD, especialmente, Carlos e Ivani que contribuíram com o “escarafunchamento” das bibliografias e fontes ali arquivadas.

E a todos que nem sequer tive o prazer de conhecer mais sei, contribuíram de forma significativa nesse processo: funcionários da limpeza, vigias, as senhoras que faziam o café para as manhãs de aulas do mestrado, o rapaz que fotocopiava os livros necessários aos estudos, os técnicos da biblioteca central UFGD/ UEMS, os atendentes do restaurante universitário, enfim, agradeço aos às pessoas pouco lembradas, cujo trabalho diário possibilitou esta e muitas outras pesquisas no âmbito da UFGD.

Por fim, e não menos importante, aos indígenas Guarani e Kaiowá de Dourados-MS. Populações que, independentemente do que enfrentaram, continuam afirmando sua identidade enquanto índios.

---

<sup>1</sup> A principal fonte desta pesquisa foi fornecida, formalmente, pela Procuradora do MPT Simone Beatriz Assis de Rezende.

“O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos ao estar juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte dele até deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada, exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer que e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, abrir espaço para ele”.

(Italo Calvino)

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 1:</b>	Transporte de cana-de-açúcar para a destilaria, em Rio Brilhante	152
<b>Fotografia 2:</b>	Destilaria Passa Tempo	152
<b>Fotografia 3:</b>	Destilaria Cachoeira, no distrito de Nova Alvorada do Sul	153
<b>Fotografia 4:</b>	Cortador de cana kaiowá	154
<b>Fotografia 5:</b>	Trabalhadores guarani/kaiowá no canavial	154
<b>Fotografia 6:</b>	Trabalhadores indígenas	155
<b>Fotografia 7:</b>	Trabalhadores no canavial da Passa Tempo sem os equipamentos obrigatórios de segurança, 1994	156
<b>Fotografia 8:</b>	Instalações dos índios nas destilarias	156
<b>Fotografia 9:</b>	Trabalhadores da Passa Tempo alimentando-se dentro do ônibus, 1994	157
<b>Fotografia 10:</b>	Trabalhador acidentado, proveniente do corte da cana	157
<b>Fotografia11:</b>	Trabalhador de mais idade no corte da cana	158

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1:</b>	Distribuição salarial na Usina Passa Tempo no mês de fevereiro de 1995	81
<b>Tabela 1:</b>	Preços dos serviços rurais, em reais, da usina Santa Helena, no ano de 1996	95

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CDR: Centro de Documentação Regional (UFGD)**

**CIMI: Conselho Indigenista Missionário**

**COOPERNAVI: Cooperativa dos Plantadores de Cana-de-Açúcar de Naviraí**

**CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito**

**CPT: Comissão Pastoral da Terra**

**CTPS: Carteira de Trabalho e Previdência Social**

**DEBRASA: Destilaria de Brasilândia**

**DRT: Delegacia Regional do Trabalho**

**FETAGRI: Federação dos Trabalhadores na Agricultura**

**FTI: Federação dos Trabalhadores da Indústria**

**ICP: Inquérito Civil Público**

**MPF: Ministério Público Federal**

**MPT: Ministério Público do Trabalho**

**NEPPI: Núcleo de Estudo e Pesquisa de Populações Indígenas**

**PPGH: Programa de Pós-Graduação em História**

**SECJT: Secretaria Estadual de Cidadania, Justiça e Trabalho**

**SERUL: Serviços Rurais de Lavoura**

**SPI: Serviço de Proteção aos Índios**

**STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais**

**TAC: Termo de Ajustamento de Conduta**

**UCDB: Universidade Católica Dom Bosco**

**UNI: União das Nações Indígenas**

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE FOTOGRAFIAS</b>	7
<b>LISTA DE QUADROS E TABELAS</b>	7
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b>	8
<b>RESUMO</b>	9
<b>ABSTRACT</b>	10
<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>CAPÍTULO I: A EXPANSÃO CANAVIEIRA E O TRABALHO DO ÍNDIO</b>	27
1.1) Expansão canavieira no Brasil colonial	27
1.2) Breve contexto da produção canavieira e mão de obra indígena na Colônia	28
1.3) Mão de obra indígena colonial	31
1.4) Mato Grosso do Sul	33
1.5) Trabalho nos ervais da Companhia Matte Laranjeira	36
1.6) A Colônia Agrícola Nacional e os impactos aos indígenas	40
1.7) Expansão agroindustrial no Mato Grosso do Sul	43
1.8) Usinas sucroalcooleiras	46
1.9) Usina Passa Tempo	49
1.10) O município de Rio Brilhante	51
<b>CAPÍTULO II: O TRABALHO INDÍGENA NAS USINAS SUCROALCOOLEIRAS</b>	55
2.1) Economia e trabalho na perspectiva indígena	55
2.2) Motivos do assalariamento	62
2.3) O trabalho nas usinas	70
<b>CAPÍTULO III: O TRABALHO DEGRADANTE</b>	83
3.1) A desumanização	85
3.2) Trabalho escravo	104
3.3) A volta dos índios aos canaviais	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	117
<b>REFERÊNCIAS</b>	126
<b>FONTES</b>	133
<b>ANEXOS</b>	138

## RESUMO

Esta dissertação trata do trabalho dos Guarani e Kaiowá da reserva indígena de Dourados na usina sucroalcooleira denominada Passa Tempo, localizada no município de Rio Brillhante (local de implantação da primeira usina da região da Grande Dourados, no ano de 1982) nas décadas de 1980 e 1990. Nesse período há instalação das primeiras usinas de cana no estado, resultando na intensificação de recrutamento de mão de obra para o trato canavieiro. Através de levantamento bibliográfico e, sobretudo, documentação produzida pelo Ministério Público do Trabalho de MS, compreende-se que o principal motivo do índio sair para o trabalho nos canaviais foram os sucessivos processos de expropriação e demarcação de suas terras. Com isso, através do contato com o entorno regional, o dinheiro recebido tornou-se cada vez mais necessário. As condições precárias e o trabalho canavieiro degradante, escravo em algumas ocasiões, eram consequência das formas de desumanização e busca pelo lucro. Então, a situação de privação, inclusive com o progressivo esfacelamento do modo tradicional de vida (ondas de colonização, redução das terras), levou os índios a tornarem-se obreiros canavieiros.

Palavras Chave: Guarani/ Kaiowá; Trabalho Indígena; Desumanização; Produção Sucroalcooleira.

## **ABSTRACT**

This dissertation focuses the labor of the Guarani and Kaiowá indians from the indian reservation of Dourados city in the sugarcane plant named Passa Tempo, located in Rio Brilhante city (place of implantation of the first sugarcane plant in the region of Grande Dourados in 1982), during the decades of 1980 and 1990. In this period, the installation of the first plants in the state happens, resulting in the intensification of the recruitment of manpower for the sugarcane work. Through the literature analysis, especially the documentation written by the Mato Grosso do Sul state Public Ministry of Labor, one may understand that the main reason of indigenous people's exit for the work at the sugarcane plants was the successive processes of land expropriation and demarcation. Therefore, through the contact with the surrounding region, the money became increasingly necessary. The precarious conditions and the degrading work with sugarcane – sometimes even as slaves – were a consequence of the search for profit and dehumanization. Thus, the situation of privation, including the progressive breakup of the traditional way of life (periods of colonization, land reduction) forced the indigenous people to become sugarcane workers.

**Keywords:** Guarani/ Kaiowá. Indigenous labor. Dehumanization. Sugarcane Production.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui desenvolvida, explicita o trabalho dos Guarani e Kaiowá<sup>1</sup> de Dourados na usina de cana-de-açúcar<sup>2</sup> Passa Tempo de Rio Brillhante, nas décadas de 1980 e 1990. Este município faz parte da região da Grande Dourados e foi o local de implantação da primeira usina de cana, no ano de 1982, naquele momento a mão de obra recrutada foi, sobretudo, de indígenas de Dourados.

Em Maracaju (também integrante da Grande Dourados) no mesmo ano, foi instalada a Usina Maracaju, mas nossa atenção se voltará àquela empresa de Rio Brillhante, por apresentar mais detalhes e peculiaridades do nosso objeto de pesquisa, qual seja, o trabalho indígena em usina sucroalcooleira. Quando possível, usaremos comparações e exemplos de outras unidades produtoras de álcool e etnias, a fim de esclarecer alguns pontos.

Esta dissertação, intitulada: *O trabalho indígena na usina Passa Tempo em Rio Brillhante-MS (décadas de 1980 e 1990)* está inserida na linha de pesquisa *Movimentos Sociais e Instituições*. O tema contempla o campo da História Social, e dialoga com outras áreas do conhecimento como Sociologia e Antropologia, pois, ao se tratar das relações de trabalho de indígenas, estes campos se entrelaçam.

Antes, importa informar que todos os verbos deste estudo encontram-se no passado, haja vista o recorte temporal, as exceções são as citações diretas que mantivemos o tempo verbal inalterado.

O aporte bibliográfico de autores que estudam a área indígena e especificamente a inserção de indígenas nas relações de mercado, foi essencial, além das informações extraídas de procedimentos administrativos investigatórios que refletem as condições do trabalho canavieiro no estado de Mato Grosso do Sul.

Poderíamos dividir em duas partes principais as obras fundamentais desta pesquisa. No que diz respeito à dimensão indígena: *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*; *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani*: os difíceis caminhos da palavra (as duas de Antônio Brand); *A participação dos índios Kaiowá e Guarani nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)* (de Eva

---

<sup>1</sup> A grafia utilizada para nomes dos povos indígenas segue as normas da Convenção sobre grafia dos nomes das populações indígenas, aprovada na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia em 1953: nomes dos povos com maiúscula no singular, e minúscula nas formas adjetivas. Também, usa-se k, y, e w ao invés de c e q.

<sup>2</sup> Diferente de cana, que significa o caule de várias gramíneas, inclusive da cana-de-açúcar. Mas, usualmente, utiliza-se cana para denominar cana-de-açúcar, o que será considerado nesta pesquisa.

Maria Luiz Ferreira); *A participação dos índios guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de mato grosso (1845-1930)* (de Adilson de Campos Garcia); *A presença indígena na formação do Brasil* (João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire); *Os índios Terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul: a relação capital-trabalho e a questão indígena atual* (de Mario Ney Rodrigues Salvador); *Aspectos fundamentais da cultura Guarani* (Egon Schaden); *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade* (de Cláudio Alves de Vasconcelos) e a obra de Jhon Manuel Monteiro (*Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*). Sobre a degradação do trabalho, desumanização e escravização, temos: *A consignação da violência: a peonagem na região de Três Lagoas-MS* (de Maria Stela Lemos Borges); *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo* (organizado pela Comissão Pastoral da Terra); *Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje* (Neide Esterici); *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil* (Victor Leonardi); *Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano* (José de Souza Martins); *Em face do extremo* (Tzvetan Todorov); além de dois artigos de Maria Aparecida de Moraes Silva.

O interesse pelo assunto que motivou esta pesquisa foi a pouca bibliografia referente ao trabalho dos Guarani e Kaiowá nas destilarias<sup>3</sup> de Mato Grosso do Sul. No estado há a segunda maior população indígena do país e a maior do grupo Guarani e Kaiowá, sendo esta a segunda maior etnia do país, com 43.400 índios.

Sabe-se (e será demonstrado neste trabalho) que a mão de obra do índio teve importância crucial no trato canavieiro, tanto que em determinado período era majoritária nos canaviais, apesar da presença de nordestinos. A relevância do obreiro canavieiro era patente, mas não havia contrapartida, pois foi constatada a escravidão em alguns momentos. A partir de inúmeras denúncias de trabalho escravo, formou-se um grupo do Ministério do Trabalho responsável pela fiscalização às destilarias e carvoarias do estado.

O aliciamento e a escravidão do indígena no MS, são permanências na relação trabalhista entre índios e não-índios.

---

<sup>3</sup> Destilaria e usina de cana serão consideradas aqui como equivalentes e com o mesmo significado, pois, apesar dos motivos da expansão do setor sucroalcooleiro no estado de MS priorizar a produção de álcool (que se dava nas destilarias), o açúcar também era produzido em menor escala (nas usinas). Por esse motivo utilizaremos usinas e destilarias como se fossem um mesmo local, onde dava-se a produção de açúcar e álcool concomitantemente. Recentemente as usinas são denominadas sucroenergéticas, pelo uso do bagaço da cana-de-açúcar na produção de energia elétrica.

Além da análise das relações de trabalho entre índios e nordestinos, serão apresentados os impactos diretos e indiretos causados pela saída de um contingente significativo de homens das aldeias durante os contratos: os altos índices de suicídios<sup>4</sup> que assolaram as reservas de Dourados na década de 1990, a desintegração familiar, a violência, a diminuição das reivindicações de demarcação de terras e a desnutrição infantil.

No final dos anos 1980, através de matérias jornalísticas publicadas na imprensa internacional e nacional, pelas denúncias de entidades dos direitos humanos, sindicatos e aquelas feitas pelos próprios trabalhadores em condições de escravização, veio à tona a trágica realidade da prática da escravidão nas destilarias e carvoarias de MS.

O aliciamento dos obreiros com falsas promessas de ganhos os levavam aos canaviais e às carvoarias aos milhares, advindo daí a desumanização pela escravidão. Preferimos usar o termo escravidão (mormente no terceiro capítulo), em vez de neoescravidão, trabalho análogo à escravidão, escravidão contemporânea, etc; termos mais usados no campo do Direito, por utilizarmos referenciais teóricos de José de Souza Martins e Neide Esterici, que assim consideram.

Inicialmente, os dirigentes do Estado não assumiram a responsabilidade pela mazela da escravidão. Mas em 1992 foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)<sup>5</sup> pela Assembleia Legislativa para investigar denúncias contra usineiros, pela contratação de *seguranças* que tratavam de forma truculenta os trabalhadores (houve inclusive duas mortes provocadas pelos *guardas* em uma usina), as condições de vida e trabalho dos plantadores e cortadores de cana, e o recrutamento ilegal.

A CPI foi encerrada sem grandes conclusões, porém a contribuição para um ambiente favorável de investigação e fiscalização foi lançado, as evidências nunca estiveram tão em voga com a movimentação e frequência de informações pelos meios de divulgação, que tornaram o tema familiar.

Assim:

No dia 18 de junho de 1993, por resolução conjunta da Secretaria Estadual de Cidadania, Justiça e Trabalho (SECJT), Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), apoiados desde a fundação por várias entidades não-

---

<sup>4</sup> Nossa pretensão não é analisar este assunto, mas sim relacioná-lo com o trabalho canavieiro. Pois este também foi responsável direto pelos suicídios praticados.

<sup>5</sup> Comissão Parlamentar de Inquérito é instrumento do Poder Legislativo para investigar e fiscalizar o aparelho estatal, atuando no controle da administração pública e na defesa dos interesses da coletividade.

governamentais, foi constituída a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias no Estado de Mato Grosso do Sul, composta de onze secretarias estaduais e órgãos federais e dezesseis entidades não-governamentais. Elaborou-se um regimento interno, determinando as funções do presidente, vice e secretaria executiva, distribuídas paritariamente entre representantes da sociedade civil e órgãos públicos e estabelecendo seu objetivo, que é “fiscalizar e investigar as condições de vida e trabalho nas carvoarias e destilarias”<sup>6</sup>.

O foco prioritário eram aqueles que exerciam atividades na área rural. No ano de 1996 foram retiradas as palavras “carvoarias e destilarias”, pois a área de atuação estendeu-se às colheitas de algodão e de sementes de braquiária.

A Comissão e a Subcomissão (constituída por órgãos e entidades, como o MPT e o CIMI) trabalhavam da seguinte forma: reunião uma vez por mês e visitas de inspeção, duas vezes por mês. A partir daí era feito um relatório da visita por cada membro participante de cada instituição, juntando-os, constituía-se o relatório síntese, que era enviado aos órgãos competentes para as devidas providências, era o documento oficial, somente esse se tornava público. “Visando investigar e fiscalizar as condições de vida e trabalho, a Comissão e a Subcomissão passaram a usar, desde o início, o sistema de visitas de inspeção para conhecer *in loco* a realidade das frentes de serviço”<sup>7</sup>.

Então, temos que o contexto deste estudo está pautado nas relações investigadas por aquelas instituições que realizavam as visitas e a partir daí, formulavam os relatórios, que se tornaram nossa principal fonte. Tais relatórios foram armazenados no MPT-MS, e lá acessados. Ampla documentação disposta para a abordagem historiográfica.

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

---

<sup>6</sup> Texto elaborado em regime de mutirão por membros da Comissão e da Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul. Ação conjunta no Mato Grosso do Sul, p. 222. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

<sup>7</sup> Texto elaborado em regime de mutirão por membros da Comissão e da Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul. Ação conjunta no Mato Grosso do Sul, p. 224. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

Como nossa principal fonte advém dos procedimentos do Ministério Público do Trabalho (órgão componente das fiscalizações das condições de trabalho), passaremos, brevemente, a descrever a importância desta instituição ao interesse coletivo.

O Ministério Público não pertence a qualquer poder da União, Executivo, Legislativo ou Judiciário, é independente. Tem como atribuição fiscalizar o cumprimento da legislação que defende o patrimônio nacional e os interesses sociais e individuais, promover ação penal pública e expedir recomendações sugerindo melhorias de serviços, além de fazer controle externo da atividade das polícias. Subdivide-se na esfera federal e estadual, o Ministério Público do Trabalho (MPT) está dentro da estrutura do Ministério Público Federal (MPF). O MPT atua como mediador nos conflitos trabalhistas coletivos, instaura processos investigatórios e ajuíza ações judiciais se confirmada alguma irregularidade<sup>8</sup>.

A importância das entidades responsáveis pela averiguação do local de trabalho reside no fato de enfrentar a prática da escravização, sobretudo na área rural, pois, a maior parte dos casos de redução à condição escrava aconteciam em grandes propriedades rurais.

Com os relatórios síntese e demais documentos: reportagens, contratos de locação de mão de obra, holerites, comprovantes de produção das usinas, depoimentos e relatórios individuais das visitas (das entidades governamentais ou não-governamentais), era constituído os Inquéritos Cíveis Públicos (ICP's)<sup>9</sup>, principal fonte desta pesquisa. Os ICP's são processos administrativos do Ministério Público para investigar irregularidades.

Os inquéritos mais utilizados durante a pesquisa são os de número 001/ 1994 e 002/ 1994, tendo como investigadas *As destilarias de açúcar e álcool do estado de Mato Grosso do Sul*, ambos para averiguar a degradação da mão de obra nas usinas sucroalcooleiras, o primeiro especificamente sobre a dos índios. Tais documentos trazem fontes importantes para interpretação do conhecimento histórico, ao dispor as vicissitudes que assolaram os índios no estado. Salientamos que apesar dos documentos serem do ano de 1994, há reportagens e documentos de períodos anteriores, assim, explica-se o recuo temporal da pesquisa até a década de 80, além das outras fontes utilizadas.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/01/ministerio-publico>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

<sup>9</sup> Inquéritos Cíveis Públicos ou apenas Inquéritos Cíveis, pois todos tem caráter público.

Contamos também com exemplares digitalizados do jornal *O Progresso* da segunda metade de 1980 até a segunda de 1990, na época o de maior circulação na região da Grande Dourados e sites que tratam do assunto. Além de imagens e documentos retirados do site da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

As imagens são para representar o assunto, as condições de trabalho, não como análise historiográfica. Interessante ressaltar a produção audiovisual *A sombra de um delírio verde* que expõe com perspicácia os motivos que levaram os Guarani e Kaiowá aos canaviais e a condição deles como cortadores de cana. Entendemos que “toda fonte pode ser legítima na medida em que contribua para o entendimento do objeto”<sup>10</sup>. Qualquer documento não o é em si, mas transforma-se num *link* entre o passado e o presente a partir do momento da análise historiográfica, toda a pesquisa em História baseia-se na investigação das fontes utilizadas.

## FONTES E METODOLOGIA

Se todos os documentos sobre um determinado período fossem destruídos, o historiador ficaria impossibilitado de dizer algo sobre ele, nota-se o quão o documento é fundamental na escrita da história. E todo documento não é em si, ou seja, não existe *a priori*, mas constitui-se enquanto um diálogo entre o presente do historiador e o documento. “Resgatar o passado é transformá-lo pela simples evocação. Em decorrência da ideia anterior, todo documento histórico é uma construção permanente”<sup>11</sup>. A sua interpretação pode variar conforme a abordagem do pesquisador.

É a visão presente projetada sobre os fatos históricos que nos conduzirão ao conceito de documento, fato e documento histórico demonstram a visão contemporânea do passado. Em outras palavras “um documento é tudo aquilo que um determinado momento decidir que é um documento”<sup>12</sup>.

## MPT

---

<sup>10</sup> FERREIRA, A. C. A fonte fecunda, p. 81. In: PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

<sup>11</sup> KARNAL, Leandro; TATSH, Flavia Galli. A memória evanescente, p. 12. In: PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*.

<sup>12</sup> KARNAL, Leandro; TATSH, Flavia Galli. A memória evanescente, p. 20. In: PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*.

Apesar de serem procedimentos investigativos, os inquéritos civis têm caráter impositivo que resultam em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) <sup>13</sup> estes se desrespeitados, são transformados em processos criminais. Tanto o TAC quanto os processos criminais submetem-se ao controle de legalidade pelo Poder Judiciário. Assim, os Inquéritos Civis Públicos serão analisados conforme processos judiciais, nesta pesquisa.

Os arquivos judiciais passaram a ter importância indubitável para a pesquisa histórica. Dados sobre acusados, vítimas e testemunhas, possibilitaram análise qualitativa e quantitativa do perfil dos envolvidos. Além do nome e atribuições dos *agentes da lei* de diversas instâncias, interpretações recorrentes da lei e o funcionamento judicial em diferentes épocas. Podemos partir de dados particulares como o local de origem de uma pessoa e chegar a compreensões mais amplas, as motivações de fazer ou não greve por melhorias ou resistências diante dos impasses trabalhistas.

Os processos criminais são considerados como tais pelo Estado, conforme o significado de crime em certo período. A generalização da pesquisa histórica e antropológica em processos criminais deu-se na década de 1980, o interesse em ler e analisa-los veio no bojo de compreender homens e mulheres comuns (trabalhadores em muitos casos) que não faziam parte, necessariamente, de organizações:

Os processos criminais foram usados nesses primeiros trabalhos como forma de se recuperar o cotidiano dos trabalhadores, seus valores e formas de conduta. Por trabalhadores, aqui, entende-se não só os trabalhadores livres, estudados principalmente no período da Primeira República, mas também os escravos<sup>14</sup>.

Os autos criminais podem ser entendidos como forma de controle social, marcados pela intermediação de agentes estatais. Seu objeto principal não é reproduzir o acontecido, o que seria absurdo e impossível, mas produzir uma verdade sobre o acontecimento para acusar e punir alguém. A tarefa do pesquisador não é a mesma dos intermediadores do Estado, mas a de coletar elementos ao seu objeto de estudo, sem esquecer que:

---

<sup>13</sup> São documentos assinados entre partes que se comprometem perante o Ministério Público, a atenderem determinadas condicionantes, a fim de resolver impasses ou compensar danos já causados. Os TAC's antecipam a resolução dos problemas que podem resultar em processos judiciais, estes mais demorados. Disponível em: <<http://www.prba.mpf.mp.br/paraocidadao/pecas-juridicas/termos-de-ajustamento-de-conduta>>. Acesso em 06 jul. 2015.

<sup>14</sup> GRINBERG, K., A história nos porões dos arquivos judiciários, p. 126. In: PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. (org.). *O historiador e suas fontes*.

Não existem fatos criminais em si, mas um julgamento criminal que os funda, e um discurso criminal que o fundamenta, o que precisamos saber é como esse discurso criminal “funciona e muda, em que medida exprime o real, como aí se operam as diversas mediações”. É justamente na relação entre a produção de vários discursos sobre o crime e o real que está a chave da nossa análise. O que nos interessa é o processo de transformação dos atos em autos, sabendo que ele é sempre a construção de um conjunto de versões sobre um determinado acontecimento<sup>15</sup>.

A documentação pública é produzida no interior das instituições estatais e como tal passíveis de questionamento por parte do pesquisador. Pelo fato de serem documentos escritos, a realidade não é observada (olhar etnográfico) através deles, são realizadas interpretações de interpretações que necessitam do envolvimento subjetivo em sua análise, o entendimento varia conforme o enfoque.

Os documentos oficiais (produzidos pelo Estado), portanto, passam pelos seus filtros jurídicos (promotores, juízes, advogados). Além destes, são passíveis das especificidades da corporação dos membros que os estruturam, juízes, por exemplo, pertencem a determinada categoria de profissionais e, intencionalmente ou não, reproduzem seu discurso.

A fala das pessoas comuns é filtrada pelas instâncias estatais, quer dizer, é ele quem está falando, “o Estado exercendo o controle da sociedade por meio da produção de uma verdade”<sup>16</sup>. O entendimento que os indivíduos fazem dos eventos estão atreladas ao grupo ao qual pertencem. Nesse sentido, as peculiaridades do grupo são diluídas nos discursos elitizados e moldadas pela ordem dominante:

Isto faz com que qualquer grupo social estudado, seja ele popular ou mesmo uma elite constituinte desse Estado, perca a possibilidade de distinção enquanto grupo específico, por estarem eles diante de ou inseridos numa instituição que domina e produz a verdade por meio de seus instrumentos. Deve-se, sem dúvida, considerar a existência de uma ordem dominante que, por meio das elites produtoras de discursos, difunde uma série de representações e imagens amparadas por uma ordenação sociopolítica impressa em leis e instituições<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> GRINBERG, K., A história nos porões dos arquivos judiciários, p. 128. In: PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. (org.). *O historiador e suas fontes*.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, F. L.; SILVA, V. F., *Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação*, p. 249.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, F. L.; SILVA, V. F., *Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação*, p. 249.

Entretanto, não significa que nos processos esteja ausente a representação dos diferentes estratos sociais, desse modo, não podemos considerar que está inscrita apenas e mesmo eminentemente a construção estatal nos processos. Por isso a afirmação de que “os processos crime e cíveis são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ou senhor”<sup>18</sup> é verídica.

Dessa feita podemos considerar as fontes judiciais como excelente meio de interpretação do objeto que pretendemos pesquisar.

## IMPrensa

Sobre os periódicos aqui analisados, os jornais são importantes meio de divulgação de notícias e rica fonte quando se trata de entender aspectos importantes do cotidiano, mais ainda no período aqui analisado, décadas de 1980 e 1990, quando a internet era pouca utilizada como meio de notícias no Brasil. Foram analisadas notícias e informações relacionadas com a economia da região da Grande Dourados e associadas a escalada da produção canvieira.

Perceber o papel desempenhado pelos periódicos na construção do imaginário e da memória é outro fator importante e a possibilidade de utilizá-lo para o enriquecimento do processo histórico. Trabalhar com imprensa escrita significa aprender a ler os fatos narrados, ou seja, interpretar a linguagem jornalística.

Foi no início do século XX, com a Escola dos Annales e posteriormente com a Nova História que a historiografia passou por mudanças significativas. Novos problemas, abordagens e objetos são introduzidos no âmbito da História alterando a concepção de documento e a forma de criticá-lo. Uma ampla gama de fontes passou ao crivo da análise histórica, desde achados arqueológicos, até, mais recentemente, sites.

No Brasil, inicialmente, a imprensa era vista como meio de divulgação elitizado, subordinado as classes dominantes, logo, desprezado pelos profissionais historiadores. Em meados de 1970, timidamente, a História por meio da imprensa passa a fazer parte da realidade dos estudos históricos. Em duas dissertações da área de História lemos que:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de

---

<sup>18</sup> BACELLAR, C., Uso e mal uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org.), *Fontes históricas*, p. 37.

informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere<sup>19</sup>.

Começa a se perceber a valorização da imprensa como instituição componente da vida social e passível de estudo pelos interessados. O grau de intervenção e manipulação desse meio é tal que, é considerado por muitos como o quarto poder do país. Acrescente-se o processo de urbanização, o incipiente cenário citadino, a imigração e o trabalho na indústria como alguns fatores que introduziram os almanaques, folhetos publicitários, jornais e revistas de grande circulação (produtos da indústria cultural de massa), como materiais editoriais analisados pelo historiador. Uma série de transformações culturais exigiu que novas maneiras de analisar o cotidiano viessem à tona e a prática do pesquisador de História acompanhasse esse processo.

Dessa forma, dispomos de fonte da imprensa escrita neste trabalho a fim de tornar a compreensão mais elaborada.

## SITES

Secundariamente (assim como a imprensa), alguns sites de usinas sucroalcooleiras são fontes constitutivas desta pesquisa. Assim como outras, as digitais também passaram por resistências como metodologia historiográfica. Faz pouco tempo que ela tornou-se uma nova categoria documental para a pesquisa histórica.

Devido à facilidade de acesso e a amplitude de cobertura, a rede mundial de computadores tornou-se uma poderosa ferramenta de comunicação e entretenimento. Foi criada uma nova escala global, o ciberespaço, que detém um conjunto de dados e informações, até a pouco tempo inacreditável aos pesquisadores. É irrecusável a importância da internet nos dias atuais, igualmente inegável aquele que quer pesquisar sobre uma infinidade de assunto, com uma perspectiva de análise crítica.

A discussão teórico-metodológica sobre as fontes digitais ainda é incipiente, por isso sua pouca aplicação e o cuidado ao utilizá-la. Desse modo, a sistematização teórica e metodológica que pautará a prática do historiador é necessária para o maior uso dela como fonte primária, e isso só será possível quando a utilização das fontes digitais crescerem.

---

<sup>19</sup> Maria Elena Capelato e Maria Ligia Prado, O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo, São Paulo, Alfa-Ômega, 1980, p. XIX, apud Tania Regina de Luca, História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.), *Fontes históricas*, p. 118.

Conforme Almeida:

A palavra de ordem é adaptação. É compreensível que a historiografia não acompanhe imediatamente todas as evoluções tecnológicas da sociedade contemporânea. Todavia, tratando-se de informática, as evoluções são muito rápidas, os impactos sociais são extremamente significativos e a necessidade de adaptação torna-se mais urgente. A tecnologia atualiza-se a partir das demandas da sociedade (e do mercado), e simultaneamente a sociedade altera-se a partir das evoluções tecnológicas, em um processo dinâmico<sup>20</sup>.

Enfim, apesar de ser uma tecnologia em processo de desenvolvimento no que diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos da História, transformou-se numa ferramenta essencial à pesquisa historiográfica.

## CAPÍTULOS

### PRIMEIRO CAPÍTULO

No primeiro capítulo começamos a expor sobre a expansão canavieira no Brasil Colonial e as relações de trabalho daí advindas. A produção nacional da cana foi permeada por uma dualidade em que, de um lado havia o desenvolvimento econômico e do outro a criação de grandes latifúndios, expropriação de terras e a escravidão, sobretudo a do índio. O trabalho era entendido como uma forma de *civilizá-lo*.

Passando ao estado de Mato Grosso do Sul no período imperial nacional (portanto, ainda naquele momento, sul da província de Mato Grosso), não havia significativas diferenças no trato com o indígena. Nos séculos XIX e XX contava-se com a mão de obra indígena. Durante o século XX, a delimitação das terras indígenas faz com que os serviços prestados para além das aldeias sejam necessários, a Companhia Matte Laranjeira, por exemplo, foi o local que se desenhou relações de trabalho compulsório e degradante, visíveis até a atualidade.

Após, teve início a Colonização Agrícola Nacional de Dourados, política de povoamento dos espaços considerados *vazios* pelo governo, desconsiderou povos indígenas com seus modos de vida e território próprios. Não se admitia que um *pequeno grupo* de indivíduos (índios) *atrapalhassem* os planos governamentais, considerados

---

<sup>20</sup> ALMEIDA, F. C., *O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas*, p. 11.

mais importantes para o conjunto da sociedade nacional. Dessa forma, as terras dos Guarani e Kaiowá foram gradativamente sendo ocupadas por não-índios e gradativamente estabelecendo interesses econômicos estranhos as populações indígenas.

A expansão de usinas sucroalcooleiras no Mato Grosso do Sul se deveu ao programa federal Proálcool, estimulador da produção de álcool combustível no país por conta da crise mundial do petróleo na década de 1970. Incentivos estaduais e municipais também fizeram parte do plano de ampliação da canavicultura, novamente foram desconsiderados os povos tradicionais do MS, em detrimento dos empreendimentos comerciais.

As primeiras usinas do estado foram instaladas na década de 1980, inclusive a Usina Passa Tempo de Rio Brilhante. Tal cidade está localizada na denominada região da Grande Dourados, área de destaque na economia estadual no decênio 1970/ 1980.

Rio Brilhante é destaque na produção de cana-de-açúcar no MS, atualmente possui três unidades sucroalcooleiras em sua extensão. E com a ampliação do setor trouxe efeitos colaterais aos habitantes, como a devastação da vegetação original, expropriação de terras, poluição do bioma e outros.

## SEGUNDO CAPÍTULO

Já no segundo capítulo, inicialmente, analisamos como se dava o trabalho e a economia na perspectiva indígena, a vida em comunidade. A solidariedade era a regra de sociabilidade entre os membros, a agricultura era uma das principais atividades de subsistência, as tarefas desempenhadas pelo grupo tinham um caráter comunal.

Com os sucessivos processos de colonização dos territórios indígenas, o trabalho para fora passou a ser necessário, conseqüentemente, houve a “inclusão precária” do índio a economia de mercado. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que foram expropriados de seu território, tornaram-se mão de obra barata (ou escravizada) e em grande número. A preferência pela mão de obra indígena estava na experiência desses na agricultura; na proximidade das reservas com as usinas; na organização da mão de obra (saíam em turmas de 45 a 50 pessoas, cada qual possuía um chefe) e pelo poder de redução dos pagamentos (um dos poucos locais de se conseguir algum dinheiro eram as usinas), sendo assim não havia um motivo principal para contratá-los, mas vários.

As reservas tornaram-se *estoque* de mão de obra barata e abundante para as unidades sucroalcooleiras. A base da interação com não-índios eram as relações de

trabalho. Os contratos firmados com os índios eram de forma verbal ou informal, com isso, grande parte dos direitos trabalhistas não eram atendidos.

Normalmente a contratação da mão de obra indígena dava-se da seguinte forma: comparecia um representante da usina no posto indígena, o chefe do posto entrava em contato com o cacique e este procurava um *cabeçante*<sup>21</sup> para cada turma formada (totalizando entre 225 e 250 pessoas que saíam para trabalhar). Aquele que contratava pagava uma porcentagem do salário adiantada e ao final do contrato (no retorno a reserva), o trabalhador recebia o restante.

Os longos períodos de ausência dos homens que trabalhavam nos canaviais, contribuiu para a fragilização do grupo: diminuição da produção alimentar na economia doméstica, dificuldades para a reivindicação por terras, conflitos familiares e um obstáculo para a prática dos mais velhos em aconselhar a comunidade. Esses são apenas alguns exemplos da interferência do trabalho nas usinas no modo de vida indígena. Outro problema constatado foi a saída de jovens e crianças, clandestinamente, junto com os adultos.

Os abusos cometidos pelas usinas chegavam ao ponto de não concederem descanso aos trabalhadores, ou efetuarem descontos indevidos em seus salários. O *cabeçante* era a principal figura do início ao término do contrato, sem ele o índio não conseguia trabalhar na usina. A FUNAI atuava diretamente no momento da contratação.

O adiantamento recebido pode ser dualmente entendido, ou como uma antecipação do salário, ou como uma forma de manter o obreiro preso ao contrato e devedor de serviço antes mesmo de chegar ao canavial, essa medida nos parece a mais recorrente.

### TERCEIRO CAPÍTULO

E, no terceiro e último capítulo, destacamos a histórica degradação do trabalho canavieiro no Brasil, chegando ao ponto de haver escravidão – com antigos e novos mecanismos – até os dias atuais nos maiores estados produtores de cana-de-açúcar, inclusive no Mato Grosso do Sul.

---

<sup>21</sup> É denominado assim pelos indígenas aquele responsável pelo recrutamento dos índios para a formação das turmas que saíam para trabalhar. Cabeçante por que recebia porcentagem por “cada cabeça”, ou seja, por cada trabalhador.

Através das técnicas de despersonalização do indivíduo, invariavelmente, leva-se a *desumanização*, um dos conceitos utilizados aqui para nossa análise. E a desumanização se apresenta quando há a interferência de práticas extremas de maldade no cotidiano. Com a desumanização, a escravidão tornou-se plena.

Um segundo conceito utilizado é o de *campo de concentração*, local em que a exceção torna-se a regra, plenamente estabelecida. Podemos interpretá-lo no local onde a escravidão é praticada. Então, desumanização e campo de concentração são os conceitos norteadores deste capítulo.

A intermediação (ou terceirização) no momento da contratação destituía os trabalhadores canavieiros de direitos fundamentais. O ganho por produção exigia esforço cada vez maior do trabalhador, tanto que, conforme os anos passavam, a quantia de cana cortada aumentava. Além de jornadas de 12 horas seguidas de trabalho, com refeições insuficientes e acomodações precárias. O impacto à saúde era constante, desde acidentes até mortes por exaustão.

Essas mazelas aconteciam (intencionalmente ou não) para se extrair ao máximo o lucro. Apesar disso, nordestinos e índios, de diferentes formas (pois tinham visões de mundo distintas) reivindicavam melhorias nas condições de trabalho.

A principal diferença entre a escravidão “tradicional” e a atual é que nesta há pouco dispêndio financeiro e enorme disponibilidade de mão de obra, além da ausência do fator racial. Como existem algumas maneiras de escravizar, nossa preocupação está atrelada àquela conhecida como *peonagem* (imposição ilegal de dívida ao trabalhador a fim de imobilizá-lo e mantê-lo trabalhando). Na usina Passa Tempo havia todos os condicionantes do que entendemos ser a escravidão atual.

A escravidão faz parte do contexto da reprodução ampliada e contraditória do capital, então as formas escravistas de trabalho não são, de tudo, arcaicas ou ultrapassadas, estão dentro da *lógica* do capital.

Além das reivindicações dos trabalhadores por seus direitos, órgãos e entidades não governamentais cobravam medidas que eliminassem o trabalho compulsório e violento, uma delas era a assinatura da carteira de trabalho dos índios no momento da contratação. E vide a importância dos movimentos sociais durante a Ditadura Civil-Militar no país, a União das Nações Indígenas (UNI) surgiu nessa mesma esteira, com intuito de lutar pela reafirmação da identidade indígena e outras causas dos índios.

Apesar das condições precárias e violentas no ambiente canavieiro, parte significativa dos índios retornavam aos canaviais, seja pela situação de pobreza que

viviam, ou por entenderem que no modo de vida fora da aldeia estava seu modo de viver

## CAPÍTULO I: A EXPANSÃO CANAVIEIRA E O TRABALHO DO ÍNDIO

### 1.1) Expansão canavieira no Brasil colonial

O trabalho indígena executado nos canaviais tem longo rastro na história do país. Desde o período colonial, quando o açúcar tornou-se o principal produto de exportação está presente o indígena, dessa forma, entendemos que fazer um recuo até o Brasil Colônia como ponto inicial ou recorte explicativo de nossa proposta para começarmos nosso primeiro capítulo é interessante e contributivo num estudo historiográfico. Nossa pretensão não é analisar todo o processo de atividade nas lavouras canavieiras até os dias atuais, o que despenderia enorme tempo, poderíamos dizer, impossível para uma pesquisa de mestrado, tão somente destacar o processo histórico em curso no país que continua a existir.

Não pretendemos instituir as relações de trabalho ou escravização colonial como ponto de partida, e o objeto da pesquisa como de chegada, mas lembrar que:

O Brasil Colônia se enquadra com exatidão dentro do quadro de determinações do antigo sistema colonial, e diríamos mesmo que o exemplifica de forma típica. É dessa estrutura básica que, a nosso ver, se tem de partir, se se pretende compreender os movimentos históricos, em todos os seus níveis, dos três séculos de nossa formação colonial, *e mesmo os seus prolongamentos e resistências até os dias atuais*<sup>22</sup>.

Assim, é possível estabelecer conexões entre o passado colonial e as relações de trabalho ou a superexploração delas envolvendo a mão de obra indígena nas usinas de cana do Mato Grosso do Sul nas décadas de 1980 e 1990. Interessamo-nos destacar nessa primeira parte do texto um breve contexto do trabalho indígena nas lavouras canavieiras no Brasil.

Entendemos não haver somente uma dimensão de análise na historiografia, senão possibilidades múltiplas, desse modo, nosso enfoque será o aspecto econômico da colonização portuguesa no Brasil. Assim, podemos contextualizar com mais legitimidade o objeto da pesquisa. Ressaltamos isso, pois pode parecer num primeiro momento e no recuo histórico deste primeiro capítulo que o texto está delimitado

---

<sup>22</sup> NOVAIS, F. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*, p. 63, grifo nosso.

estritamente dentro dos limites econômicos como explicadores da totalidade social, o que não é.

## 1.2) Breve contexto da produção canavieira e mão de obra indígena na Colônia

A preocupação norteadora da política econômica mercantilista de Portugal no processo inicial de colonização no Brasil, no século XVI, estabeleceu três pontos principais: 1) resguardo da fronteira colonial pelo país colonizador em relação às outras potências; 2) administração da colônia centrada na metrópole; 3) aspecto fiscal dominador de todo o aparato administrativo; entretanto, o ponto central do sistema residia no domínio do comércio colonial<sup>23</sup>. Isto é, a atenção era voltada para as riquezas que poderiam advir da colônia. “Foi com o objetivo de efetivar a colonização e defesa das terras brasileiras, então ameaçadas por corsários franceses, ingleses e espanhóis, que Portugal incentivou a cultura da cana-de-açúcar no Brasil-Colônia nos primórdios do século XVI”<sup>24</sup>.

Além das necessidades econômicas, verificadas no primeiro parágrafo, aquelas políticas também determinaram o processo de cultivo e desenvolvimento da cana e posterior exportação no país. Podemos entender que o desenvolvimento da cultura canavieira em terras brasileiras dava-se da seguinte forma:

A cultura da cana e o fabrico do açúcar nas regiões quentes e úmidas do Brasil tropical apresentaram-se, assim, na quarta década do século XVI, como uma solução que permitia ao mesmo tempo valorizar economicamente a extensa colônia [...] e promover o seu povoamento e ocupação efetiva<sup>25</sup>.

Vera Lúcia Amaral Ferlini afirma que o cultivo da lavoura canavieira é anterior ao período retrocitado:

A primeira notícia que se tem da intenção de Portugal implantar no Brasil a produção açucareira está num alvará datado de 1516. Nele, D. Manuel ordenava que fossem dados machados, enxadas e mais ferramentas às pessoas que fossem povoar o Brasil e que se procurasse

---

<sup>23</sup> NOVAIS, F. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*, p. 51.

<sup>24</sup> SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, C. J. C., *A evolução da agroindústria canavieira brasileira desde a sua origem até 1995*, p. 91.

<sup>25</sup> NOVAIS, F. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*, p. 58.

um homem prático e capaz de ali dar princípio a um engenho de açúcar e a ele se entregasse tudo que fosse necessário a tal fim<sup>26</sup>.

Pela afirmação da autora, os incentivos de povoamento ocorreram concomitantemente aos comerciais, já na metade da segunda década do século XVI.

Observamos que a atividade sacaricultora atendeu aos anseios colonizadores. Mas, com a expansão de tal produção, a cana passou a ocupar “as melhores terras e atraía a todos e a Colônia sofria frequentemente a falta de alimentos e os preços altos”<sup>27</sup>. Mesmo com disponibilidade de terras, aquelas mais apropriadas à policultura, gradativamente, foram tomadas pela monocultura açucareira, incentivada pelos mercadores naquele momento.

A produção do açúcar e outros derivados da cana como a cachaça e a rapadura, constituiu a atividade mais complexa e mecanizada que envolveu os europeus durante os séculos XVI e XVII em terras brasileiras, nesse período o país liderou a exportação mundial de açúcar advindo da cana-de-açúcar<sup>28</sup>. Alguns autores afirmam que a tal lavoura exigiu e empregou mais mão de obra no país em comparação a outras atividades agrícolas no mesmo período e instituiu novas formas de se relacionar com a terra.

O engenho tornou-se o local de uma atividade peculiar, pois, além da produção açucareira, considerada a mais importante no momento, exigia um exército de pedreiros, ferreiros, carpinteiros e técnicos entendedores do processo de fabricação açucareira, além dos trabalhadores da área agrícola, aqui encontramos inclusive os índios<sup>29</sup>.

A organização produtiva deveria possibilitar o máximo de lucro aos empresários metropolitanos, isso exigia formas de trabalho compulsórias, semiservis ou mesmo escravistas, o trabalho livre na Colônia era bloqueado pela abundância de terras, pois seria impossível impedir a agricultura de subsistência e isso entraria em contradição com as necessidades e os estímulos econômicos europeus em expansão<sup>30</sup>. Os esforços dos colonizadores estavam voltados a grandes extensões de terras com monocultivo. “Não se tratava simplesmente de ocupar terras, mas de explorá-las da maneira mais rentável possível. Era preciso, pois, restringir o acesso a terra, impedindo o

---

<sup>26</sup> FERLINI, V. L. A., *A civilização do açúcar*, p. 21.

<sup>27</sup> FERLINI, V. L. A., *A civilização do açúcar*, p. 27.

<sup>28</sup> BETHELL, L., *História da América Latina*, p. 339.

<sup>29</sup> BETHELL, L., *História da América Latina*.

<sup>30</sup> NOVAIS, F. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*, p. 59.

estabelecimento da pequena produção diversificada, que fugia ao sentido da produção mercantilista”<sup>31</sup>.

A região de maior desenvolvimento da sacaricultura foi o Nordeste, por lá se formou uma elite agrária detentora de distinto poder econômico e político, e constituiu-se o que Evaldo Cabral de Melo cunhou de sacarocracia, isto é, aristocracia detentora dos meios de produção do açúcar<sup>32</sup>.

Além da aristocracia agrária, durante o auge da geração da matéria-prima açúcar, o Nordeste era a zona mais rica do Brasil; hoje é a mais pobre. Ao longo do tempo, os danos causados pela lavoura foram impactantes. No Nordeste inteiro, como no restante do país, a produção ergueu-se pela destruição<sup>33</sup>. Quando os solos utilizados já não traziam o retorno financeiro esperado, novas áreas eram procuradas para o cultivo, entretanto, as populações locais não eram respeitadas nessa empreitada. Não podemos explicar toda a pobreza nordestina ligada diretamente à produção canavieira, senão parte dela.

A produção do açúcar esteve permeada por uma dualidade de significados:

Nenhum outro produto de origem agrícola destinado à alimentação foi motivo de tantas glórias e tragédias, disputas e conquistas, mobilizando ao longo de centenas de anos homens e nações em sua cobiça e que veio encontrar seu lugar ideal em um país do Novo Mundo, o Brasil<sup>34</sup>.

Compreendemos a citação acima da seguinte forma: a história da expansão econômica monocultora canavieira, com mão de obra escrava e exportadora no Brasil constituiu-se em construção de ruínas. A prosperidade comercial exterior deu-se pela exploração dos habitantes e terras brasileiras. “Morte e crescimento econômico (muitas vezes efêmeros) são irmãos siameses desde o início de nossa história”<sup>35</sup>.

Para movimentar os engenhos, era necessária larga provisão de força de trabalho, “entre 1540 e 1570, em São Vicente, no sul, e Pernambuco, no nordeste, foram instalados cerca de 30 engenhos movimentados por milhares de escravos indígenas”<sup>36</sup>. Em outras palavras, a média implantada foi de um engenho por ano e extensa mão de

---

<sup>31</sup> FERLINI, F., *A civilização do açúcar*, p. 17-18.

<sup>32</sup> MELO, E. C., *O bagaço da cana*.

<sup>33</sup> LEONARDI, V., *Entre árvores e esquecimentos*.

<sup>34</sup> MACHADO, F. B. P., *Brasil, a doce terra*, p. 1.

<sup>35</sup> LEONARDI, V., *Entre árvores e esquecimentos*, p. 50.

<sup>36</sup> PACHECO DE OLIVERIA, J.; FREIRE, C. A. R., *A presença indígena na formação do Brasil*, p. 39.

obra para cada local. Além da produção comercial, a lavoura de subsistência (que alimentava a todos) também era cultivada pelo índio.

Apesar da assimetria de forças constatada pela historiografia quando envolvia colonos e ameríndios, entendemos que as resistências ou colaborações foram estratégias usadas na dinâmica colonial pelos indígenas. E, constataremos adiante que os índios não foram passivos diante do sistema comercial com traços de desintegração aos seus costumes, pelo contrário, agiam na medida de seus interesses.

### **1.3) Mão de obra indígena colonial**

Para Jhon Manuel Monteiro, desde as incipientes relações portuguesas-índios, os europeus buscaram impor modelos de organização de trabalho, não obstante esbarraram nas atitudes inconstantes que oscilavam entre a colaboração e a resistência. Apesar das múltiplas modalidades de trabalho ensaiadas, nenhuma teve resultados satisfatórios e todas influenciaram negativamente na organização das sociedades indígenas.

Em decorrência, os portugueses voltaram-se cada vez mais para o trabalho forçado como forma de constituir uma base para a economia e sociedade coloniais. “Neste sentido, podem-se situar as origens da escravidão no Brasil – tanto indígena quanto africana – nesta fase inicial das relações luso-indígenas”<sup>37</sup>. O trabalho compulsório do índio no Brasil do século XVI foi permeado por contrariedades, ora era proibido, ora era justificado e até certo ponto aceito pela Coroa portuguesa.

Nos primeiros séculos de colonização, Portugal desenvolveu uma política indigenista que dividia os índios em dois grupos, os coligados e os inimigos, o emprego da força permitido pela legislação colonial dependia desta divisão, bem como dos contextos e interesses da administração portuguesa na metrópole e na colônia<sup>38</sup>. Fica manifesto que o tratamento com as populações indígenas variou conforme os relacionamentos amistosos e os interesses dos estrangeiros.

Diante dos empreendimentos coloniais do século XVI, dentre eles a nascente cultura canavieira, desenvolveram-se três modalidades consideradas *legítimas* na escravização dos índios: 1) o aprisionamento em *guerra justa*, nesta circunstância, os prisioneiros adquiridos pelos europeus eram considerados escravos regulares; 2) a compra de cativos dos próprios índios, havidos em guerras intertribais, desde que

---

<sup>37</sup> MONTEIRO, J. M., *Negros da terra*, p. 18.

<sup>38</sup> PACHECO DE OLIVERIA, J.; FREIRE, C. A. R., *A presença indígena na formação do Brasil*, p. 35.

atendidas às exigências da *guerra justa*, critério difícil de ser auferido e irrelevante àqueles interessados em obter os escravos; 3) o *resgate*, consistia em pagar pelos prisioneiros capturados e destinados aos rituais de antropofagia<sup>39</sup>. Percebemos que pelos três aspectos de provimento da mão de obra, as relações estabelecidas interferiram direta nos costumes das populações indígenas.

Ademais, o trabalho forçado foi incentivado com outras intenções: “a escravidão indígena devia ser permitida e mesmo desejada em determinados casos, não apenas para efeitos de defesa ou castigo, mas também porque a oferta de legítimos cativos atrairia novos colonos para o Novo Mundo”<sup>40</sup>. Quer dizer, a *oferta e disponibilidade* da força de trabalho do índio atraíram olhares atentos às empresas comerciais coloniais.

Nesse sentido, a visão exótica do índio foi logo abandonada quando da valorização econômica da produção açucareira. Para a formação da grande lavoura, formas de recrutamento compulsórias foram instituídas<sup>41</sup>. Os interesses econômicos europeus parecem ter dado os contornos da política portuguesa em terras brasileiras, permeado de confrontos entre colonos e indígenas<sup>42</sup>.

A disciplina da mão de obra era reforçada e mantida por mecanismos de coação e violência<sup>43</sup>. Contudo, havia outros dispositivos para manter o *status quo* da época:

A violência em si representava apenas um aspecto da complexa relação entre senhores e escravos. Sem ela – não há dúvida –, o controle da população indígena tornar-se-ia praticamente inviável. Porém, com certeza, se os colonos se interessavam prioritariamente pelos frutos do trabalho indígena, ao mesmo tempo, todo senhor reconhecia a necessidade de criar outros mecanismos para suavizar a convivência entre opressores e oprimidos. Tais mecanismos fatalmente estavam assentados no discurso paternalista dos colonos, o qual visava sempre justificar o direito de domínio sobre os índios. Mais do que um simples discurso, todavia, esta postura mostrava-se presente na prática, na medida em que os senhores procuravam estabelecer laços extra-econômicos com seus escravos, com a finalidade de impor alguma estabilidade as frágeis estruturas do sistema escravista. Contudo, as posturas protetoras adotadas, longe de serem incompatíveis com a exploração econômica, antes reforçavam a relação desigual que movia o sistema de produção<sup>44</sup>.

---

<sup>39</sup> CUNHA, M. C., *Cultura com aspas e outros ensaios*, p. 174-175.

<sup>40</sup> MONTEIRO, J. M., *Negros da terra*, p. 41.

<sup>41</sup> NOVAIS, F. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*, p. 60.

<sup>42</sup> MONTEIRO, J. M., *Negros da terra*, p. 92.

<sup>43</sup> MONTEIRO, J. M., *Negros da terra*, p. 176.

<sup>44</sup> MONTEIRO, J. M., *Negros da terra*, p. 187.

À vista disso, “a força de trabalho indígena predominou em todo o período colonial”<sup>45</sup>, as formas pré-coloniais de organização indígena foram *substituídas* por espaços próprios no interior da sociedade colonial. “Esta busca, embora produzisse resultados no mais das vezes ambíguos, manifestava-se tanto na luta cotidiana pela sobrevivência quanto nas múltiplas formas de resistência”<sup>46</sup>, os modos de agir dos índios também estavam de acordo com aquilo que poderia estar voltado aos seus interesses, dentro de um sistema estrangeiro e que até certo ponto o corrompia como portador de traços culturais distintos. Com o passar do tempo, a postura dos índios começou a subverter o projeto dos europeus, justamente porque a direção tomada pelas sociedades indígenas não caminhava na linha desejada pelos portugueses<sup>47</sup>.

Logo, “a fuga e o absenteísmo dos cativos manifestaram-se com grande frequência ao longo do período em que vigorava a escravidão indígena”<sup>48</sup>, ou seja, a resistência aos planos econômicos dos colonos tornou os conflitos constantes, a partir da chegada do estranho.

#### **1.4) Mato Grosso do Sul**

Nosso recorte para começar a falar sobre Mato Grosso do Sul, será o Brasil Império, pois, “pode-se dizer que o efetivo início de um processo ‘sustentado’ de ocupação não indígena do SMT [Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul] data somente da quarta década do século XIX – já, portanto, no período imperial”<sup>49</sup>. Ao mesmo tempo que destacamos a ocupação pelos não-indígenas, o que nos interessa são os índios como agentes sociais, mais precisamente, aqueles que trabalhavam na área agrícola.

Como afirma Queiroz, “é importante assinalar que o processo de ocupação do sul do antigo Mato Grosso por meio das *frentes de expansão* – iniciado, como foi visto, ainda na primeira metade do século XIX – prosseguiu durante todo o restante desse século e até o início do século XX”<sup>50</sup>. Tais frentes levam em consideração a expansão populacional, sob a ótica de quem está estabelecido no lugar, portanto contraditória com

---

<sup>45</sup> NOVAIS, F. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*, p. 60.

<sup>46</sup> MONTEIRO, J. M., *Negros da terra*, p. 170.

<sup>47</sup> MONTEIRO, J. M., *Negros da terra*, p. 31.

<sup>48</sup> MONTEIRO, J. M., *Negros da terra*, p.181.

<sup>49</sup> QUEIROZ, P. R. C., *Uma esquina nos confins da América*.

<sup>50</sup> QUEIROZ, P. R. C., *Uma esquina nos confins da América*, grifo do autor.

a noção de *frente pioneira* que está relacionada com o desenvolvimento econômico, visão de quem chega.

Em Mato Grosso, após a independência do Brasil (1882), as políticas voltadas aos índios eram *resolvidas* dentro da própria província, havia certa autonomia, pois, nessa região interessava ao governo central, sobretudo, aquelas relativas à fronteira<sup>51</sup>, a defesa dos limites imperiais. Entretanto, “nesse mesmo período, pairava uma preocupação no Governo Imperial quanto à Província de Mato Grosso, no sentido de civilizar e catequizar os índios, assimilando-os à sociedade nacional”<sup>52</sup>. Quando se tratava de integrar o índio à *civilização*, as esferas de governo agiam em sintonia. Para o Estado a orientação leiga ou religiosa faziam parte de um processo único e mais amplo, o *processo civilizatório*<sup>53</sup>.

Nesse período os projetos do governo central tornaram-se mais complexos, não bastava com os aldeamentos<sup>54</sup> garantir os domínios territoriais, estes passaram a ser vistos como reduto de mão de obra<sup>55</sup>, e esta passou a ser considerada de uso rotineiro na região, “militares, viajantes e comerciantes que trafegavam por terras mato-grossenses estavam habituados a requisitar aos diretores de índios os braços de que necessitavam para conduzir suas embarcações”<sup>56</sup>.

À vista disso, os valores civilizacionais eram considerados fundamentais, pois:

Ao se reportar à importância capital, no que se refere à civilização, catequização e conversão dos índios no Sul de Mato Grosso para o Governo e a sociedade envolvente, ressalta-se que eles eram a mão-de-obra sem a qual não se podia trabalhar o solo, nem tampouco defender a Província de ataques de inimigos, fossem eles estrangeiros ou índios hostis<sup>57</sup>.

Com isso percebemos a importância do indígena como mão de obra para a região sul de Mato Grosso, tanto para a sociedade do entorno aos aldeamentos quanto para o governo, num período em que os *braços* para trabalhar nos diversos afazeres cotidianos era de extrema escassez. Parte importante do desenvolvimento da economia

---

<sup>51</sup> VASCONCELOS, C. A., *A questão indígena na província de Mato Grosso*, grifo nosso.

<sup>52</sup> GARCIA, A. C., *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do Sul de Mato Grosso (1845-1930)*, p. 31.

<sup>53</sup> VASCONCELOS, C. A., *A questão indígena na província de Mato Grosso*, p. 123.

<sup>54</sup> Conjunto de aldeias onde viviam os povos indígenas integrados a administração portuguesa, desde o período colonial.

<sup>55</sup> VASCONCELOS, C. A., *A questão indígena na província de Mato Grosso*, p. 63-64.

<sup>56</sup> VASCONCELOS, C. A., *A questão indígena na província de Mato Grosso*, p. 87.

<sup>57</sup> GARCIA, A. C., *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do Sul de Mato Grosso (1845-1930)*, p. 34.

regional foi levada adiante pelos índios, além da defesa das fronteiras do país. Na prática, os indígenas foram os principais sujeitos dos empreendimentos governamentais ou privados na região, “a mão-de-obra com que a população não índia podia realmente contar no decorrer dos séculos XIX e XX, era basicamente a dos índios”<sup>58</sup>.

Assim, exerceram forte contribuição a economia local. Conquanto, as reações de resistência não estiveram ausentes das relações estabelecidas, pela citação seguinte fica explícito o caráter da micro relação que coloca o índio como senhor de si, dentro das próprias especificidades culturais:

As comunidades indígenas, em contato com a comunidade local, utilizavam-se de ações e estratégias que lhes eram peculiares, sendo compreensivo que se levasse em conta aquilo que era proveitoso e vantajoso para os índios. Assim sendo, poder-se-ia questionar as razões que levaram esses índios a abandonarem seus trabalhos: se por motivos culturais, baixa remuneração, se por terem a seu dispor suprimentos necessários para a sua subsistência e/ou pelas condições degradantes do serviço, entre outros<sup>59</sup>.

Apesar de não ficar explícito o motivo principal do abandono das atividades pelos indígenas, podemos entender que a necessidade dessa força de trabalho a tornava, até certo ponto, autônoma.

Os conflitos entre índios e brancos intensificaram-se do século XIX em diante, de um lado:

Os governos com seus instrumentos repressivos: expedições punitivas ou bandeiras, destacamentos militares, rondas volantes, guardas rurais: por outro, a reação dos índios com suas *correrias*, atacando as populações invasoras e assaltando os comerciantes que circulavam pelo interior da província<sup>60</sup>.

Vasconcelos relata que Ferreira Penna (presidente da província de Mato Grosso em 1863) após diversas expedições de bandeiras de repressão aos índios, constatou que o uso da força (ou melhor, violência) não atingia os fins desejados, pelo contrário, os resultados foram mais agressão e ódio contra as populações não-indígenas<sup>61</sup>. A reação não poderia ser diferente, levado em consideração o histórico de conflito.

---

<sup>58</sup> GARCIA, A. C., *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do Sul de Mato Grosso (1845-1930)*, p. 91.

<sup>59</sup> GARCIA, A. C., *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do Sul de Mato Grosso (1845-1930)*, p. 38-39.

<sup>60</sup> VASCONCELOS, C. A., *A questão indígena na província de Mato Grosso*, p. 110-111, grifo do autor.

<sup>61</sup> VASCONCELOS, C. A., *A questão indígena na província de Mato Grosso*, p. 107.

Voluntaria ou compulsoriamente, os índios prestaram os mais variados serviços para segmentos da sociedade, sobretudo para a elite latifundiária no sul de Mato Grosso, dois ramos principais dessas atividades foram a produção alimentar e a abertura e conservação das fazendas de gado; sendo considerados exímios agricultores<sup>62</sup>, de grande importância, também, foram os serviços nos ervais da Companhia Mate Laranjeira (o que será considerado na próxima parte do texto). Nas construções de obras públicas, foram responsáveis pelas linhas de transmissão quando da Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, chefiada por Marechal Cândido Rondon (1900-1906), ou pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (primeiro quartel do século XX); apesar destas construções serem posteriores ao período imperial, mostram a continuidade da força de trabalho indígena na região sul de Mato Grosso.

É incontestável que, conforme a expansão demográfica, a mão de obra tornou-se mais heterogênea, com mais indivíduos não-indígenas trabalhando nas mesmas atividades dos índios, mas via de regra estes últimos recebiam remuneração (quando recebiam) inferior em relação aos outros obreiros. Significa dizer que ao mesmo tempo que o trabalho do índio era fundamental, o preconceito ou estigmatização imposta os desvalorizavam enquanto trabalhadores.

Para finalizar este subitem, constatamos que no período final do século XIX e durante o XX, as atividades desempenhadas pelos índios deram-se nos serviços fora das reservas, também conhecido como *changa*<sup>63</sup>. Apesar de habitarem as reservas, a sobrevivência econômica nela passou a ser inviável a partir das ondas de colonização.

### **1.5) Trabalho nos ervais da Companhia Matte Laranjeira**

A Companhia Matte Laranjeira (1882-1943) começou a funcionar com o fim do período imperial, até a primeira metade do século XX. Na região sul de Mato Grosso, tornou-se importante empresa extratora de erva nativa, a erva-mate. Também contribuiu para o trabalho do índio fora das aldeias.

O contexto da implantação e florescimento da companhia extratora da erva-mate foi definido pelos seguintes fatores: delimitação de fronteiras, disponibilidade de navegação pelo rio Paraguai e mão de obra disponível. A erva era nativa da extensa área

---

<sup>62</sup> GARCIA, A. C., *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do Sul de Mato Grosso (1845-1930)*, p. 57.

<sup>63</sup> É denominado pelos Guarani e Kaiowá o trabalho fora da comunidade, serviço temporário para o não-indígena.

que fazia parte da porção central da bacia platina, onde estava localizado o extremo sul de Mato Grosso<sup>64</sup>.

Com a implantação da empresa, iniciou-se as primeiras frentes não-indígenas em território Kaiowá e Guarani, a partir da década de 1880. Toda a área da empresa estava nas terras indígenas, embora não interferisse de forma direta na posse delas. “Interferiu menos, ao que parece, na estrutura social interna dos Kaiowá e Guarani do que as iniciativas posteriores”<sup>65</sup>. A estratégia usada pela companhia para adentrar o território indígena para extração, com a ajuda dos próprios indígenas, era o retorno com objetos de uso pessoal: ferramentas, tecidos e artigos que despertavam o interesse dos índios<sup>66</sup>. Dessa maneira, ela obteve um lucro muito maior do que o esperado, levado em consideração os bens que permutava em relação aos salários que não pagava as comunidades tradicionais.

Ao se engajarem no trabalho da erva-mate, os índios deslocavam das aldeias, a partir daí, passavam a conviver com outros espaços e sociabilidades, estabelecendo formas diferentes de interação e hábitos diferentes de sua cultura<sup>67</sup>.

O impacto mais visível causado pela Matte Laranjeira aos Kaiowá e Guarani estava no estabelecimento das relações de trabalho. “A mão de obra indígena nos ervais inicia a partir de 1902”<sup>68</sup>, portanto, anterior à implantação do órgão tutelar indigenista, Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910. Isso quer dizer que no mundo ervateiro os indígenas não dispunham de uma instituição específica a sua *proteção* quando na *changa*.

O trabalho compulsório era rotina, conforme entrevista realizada por Eva Maria Luiz Ferreira ao obreiro indígena João Aquino, que realizou atividades nos ervais da Matte Laranjeira:

O amanhecer nos ervais se dava de forma agressiva, e o dia iniciava, ainda, de madrugada. Desde o levantar, pela madrugada e, no decorrer

---

<sup>64</sup> QUERIOZ, P. R. C., *Uma esquina nos confins da América*.

<sup>65</sup> BRAND, A., *Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS*, p. 139.

<sup>66</sup> FERREIRA, E. M. L., *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*, p. 81.

<sup>67</sup> FERREIRA, E. M. L., *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*, p. 73.

<sup>68</sup> FERREIRA, E. M. L., *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*, p. 59.

do dia, havia um monitoramento, por parte do capataz, das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores<sup>69</sup>.

Pela severidade relatada, permanecia traços escravista do período colonial na empresa. Apesar da importância econômica dos ervais, as fazendas tinham sua influência econômica e, tanto numa quanto nas outras, “os indígenas eram sempre explorados, como, aliás, acontecia com todos os trabalhadores da região”<sup>70</sup>. Muitos indígenas perderam a vida nos ervais pela extrema dureza da atividade executada<sup>71</sup>. A economia de mercado no sul de Mato Grosso parece ter se desenvolvido a partir de relações extremamente coercitivas.

O adiantamento e o endividamento foram outros artifícios praticados pela companhia para aumentar os lucros. O primeiro consistia em adiantar parte do salário aos familiares dos trabalhadores, criando o primeiro vínculo da escravidão, que mantinha o obreiro como devedor<sup>72</sup>. O valor deixado com a família e as mercadorias consumidas durante o período de trabalho tornavam-se impagáveis, pelo fato dos produtos nas dependências da Cia Matte serem superfaturados e o débito crescer proporcionalmente ao consumo do obreiro. A partir daí dava-se a escravização por endividamento, pois, enquanto não saldasse a dívida, não tinha permissão para sair livremente da empresa, se saísse sem autorização, era capturado e a dívida aumentava por conta da fuga, às vezes pagava com a vida pela saída. Afirma Gilmar Arruda que “a estratégia do adiantamento como forma de ‘prender o trabalhador aos ervais através da dívida foi usado por mais de meio século’”<sup>73</sup> pela Matte Laranjeira.

Quando havia o pagamento pela atividade desempenhada, podia ser em dinheiro ou em produtos. As relações não estavam pautadas na lógica trabalho-salário, assim:

Em regime de trabalho semiescravo e exigindo constantes deslocamentos em busca de novos ervais, as relações alternavam-se entre a troca, por ferramentas e outros utensílios de interesse, e relações de conflito, confronto e fuga<sup>74</sup>.

---

<sup>69</sup> FERREIRA, E. M. L., *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*, p. 76. Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M. L. Ferreira, Fernando A. A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB K7 2092, p. 5-6.

<sup>70</sup> FERREIRA, E. M. L., *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*, p. 55.

<sup>71</sup> BRAND, A., *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/ Kaiowá*.

<sup>72</sup> VIETA, K., *Histórias sobre terras e xamãs Kaiowás*, p. 53-54, grifo do autor.

<sup>73</sup> ARRUDA, G., *Frutos da terra*, 1989, p. 151 *apud* FERREIRA, E. M. L., *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*, p. 57.

<sup>74</sup> FERREIRA, E. M. L., *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*, p. 60.

Apesar das estigmatizações sofridas, tanto por patrões quanto pelos próprios trabalhadores não-indígenas, os Kaiowá e Guarani não se submetiam aos ditames do mundo ervateiro. Paradoxalmente, selou-se uma relação de coerção e troca de produtos por mão de obra, com caráter de intensa precarização.

Em 1910 é criado o SPI que começou a atuar na região da Grande Dourados<sup>75</sup>. A premissa da instituição governamental voltada aos indígenas era a integração à sociedade nacional através do trabalho, concedeu-lhes pequenas faixas de terras para a agricultura, por isso a importância para a instituição da demarcação de terras e estabelecimento das reservas ou áreas indígenas. Nesse sentido, incorpora-los aos ervais como trabalhadores poderia ser percebido como parte de os incluírem numa atividade econômica<sup>76</sup>, a preocupação não era pela atividade desempenhada e sim pela incorporação a alguma.

Entretanto a demarcação territorial determinou o processo de confinamento dos Kaiowá e Guarani (e outros grupos) e a consequente liberação de áreas para o desenvolvimento das diversas frentes econômicas<sup>77</sup>. Todavia, entendemos que o processo desencadeado pela entidade governamental não atingiu de forma homogênea toda a população indígena do estado, vale lembrar que estamos tratando especificamente da área compreendida ao sul de Mato Grosso.

Estabeleceu-se uma relação de parceria entre o SPI e a Cia Matte, em que cada parte colaborava com o que tinha de melhor, de um lado os recursos materiais vindos da empresa ervateira, de outro a mão de obra indígena advinda das áreas sob jurisdição do órgão<sup>78</sup>. Por esse motivo, constantemente os indígenas eram procurados para exercer atividades nos ervais.

Sobre a importância do trabalho dos índios nos ervais, Brand esclarece:

Referente as relações da Cia Matte Laranjeira com a população Guarani, na região hoje mais conhecida como Grande Dourados, [...], é ilustrativo o relatório apresentado pelo auxiliar Genésio Pimentel Barbosa, ao inspetor do SPI, Dr. Antonio Martins Estigarribia, sobre os serviços “procedidos” no ano de 1927. Constata ele em seu relatório que a “proporção de índios Caiuás empregados na elaboração

---

<sup>75</sup> Composta pelos seguintes municípios: Itaporã, Douradina, Rio Brillhante, Maracaju, Fátima do Sul, Caarapó, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis, Juti e Vicentina.

<sup>76</sup> FERREIRA, E. M. L., *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*.

<sup>77</sup> FERREIRA, E. M. L., *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*.

<sup>78</sup> FERREIRA, E. M. L., *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*, p. 84.

da herva, sobre o operário (não-indígena), é, em média, de 75 %, na região de Iguatemi”. Informa ainda que nos demais estabelecimentos ervateiros visitados, “a quantidade de índios que nelles trabalham é sempre superior ao trabalhador paraguayo”<sup>79</sup>.

E mais, a coleta da erva emergia como um dos únicos locais de *assalariamento* aos indígenas, eles eram atraídos pelos bens oferecidos pela empresa, também por que havia áreas ervateiras encontradas em suas terras<sup>80</sup>.

## 1.6) A Colônia Agrícola Nacional e os impactos aos indígenas

Antes de darmos prosseguimento, é interessante salientar que após o empreendimento da Companhia Matte Laranjeira, houve políticas de povoamento das fronteiras nacionais, como a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (em 1943), projeto do governo federal com o intuito de povoar áreas consideradas devolutas.

O acirramento entre indígenas e trabalhadores rurais em torno da terra, tomou proporções maiores, falaremos brevemente sobre tal fato, pois é de suma importância a compreensão de que a ausência de terras necessárias à vivência indígena e a consequente desestruturação de seu modo de ser, constituiu o ponto central do trabalho fora das aldeias.

Destacamos três pontos do contexto da colonização através das colônias agrícolas estimuladas pelo governo central: 1) a política fundiária e a legislação agrária do século XX seguiam no caminho de controlar e estimular as ocupações regionais<sup>81</sup>; 2) “o desmoronamento da companhia [Matte Laranjeira] precisa ser reportado ao contexto da política de nacionalização das fronteiras, levada a efeito pelo Estado Novo”<sup>82</sup>; 3) os problemas trazidos aos indígenas, surgidos com a Colônia Agrícola Nacional (CAN), foram diversos daqueles com a Cia Matte. Esta se interessava pelos ervais dentro das aldeias e pela mão de obra do índio para a exploração, já a CAN confrontava-os diretamente com os colonos migrantes pela posse da terra. “Portanto, o conflito entre as comunidades indígenas e a CAN foi imediato”<sup>83</sup>.

---

<sup>79</sup> BRAND, A., *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/ Kaiowá*, p. 49-50.

<sup>80</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani*, p. 64.

<sup>81</sup> ALBANEZ, J. L., *Ervais em queda transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)*, p. 69.

<sup>82</sup> LENHARO, A., *Colonização e trabalho no Brasil*, p. 66.

<sup>83</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani*, p. 75.

A fim de identificarmos melhor o que ocorreu no período pós-companhia, é significativo entender que nas décadas de 1930/ 1940, assistimos a um intenso florescimento de projetos corporativistas como reais alternativas para a política e economia contemporâneas, assim, germinaram discussões sobre políticas de colonização, com o fim da conquista territorial e integração espacial do Brasil. “Na verdade, esses impulsos surgiam como contrapartida necessária ao esforço totalitário de reordenamento corporativo da sociedade, e da pretensão pedagógica de homogeneização ideológica de todos os brasileiros”<sup>84</sup>.

Os projetos governamentais visavam unir os espaços e os habitantes em um ideal, qual seja:

O slogan da Marcha para Oeste visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsáveis por ela<sup>85</sup>.

Apesar da propaganda governamental de destaque para a colônia de Dourados, “somente em julho de 1948 é que o governo federal demarcou a área e os limites para sua futura instalação”<sup>86</sup>.

Com o desenvolvimento das colônias agrícolas nacionais, esperava-se, aos poucos, a instalação de indústrias de beneficiamento de gêneros alimentícios, usinas de açúcar e álcool e fontes de abastecimento energético, foram pensadas como “miniatura do mercado nacional, microcosmos econômico do país”<sup>87</sup>. O que não aconteceu, pelo menos imediatamente.

O principal objetivo das colônias estava no *abastecimento* pelos estados considerados interioranos aos grandes centros consumidores, como assevera Lenharo:

As Colônias Agrícolas Nacionais, a menina dos olhos da política de colonização do Estado Novo, foram planejadas de modo a se submeterem a uma administração centralizada e permanecerem subordinadas diretamente ao Ministério da Agricultura. Estruturadas em pequenas propriedades, seus lotes deveriam ser distribuídos preferencialmente para trabalhadores brasileiros sem terras – um dos recursos pensados para resolver esse grave problema social. A localização das colônias por si só explica a finalidade da organização de sua produção. Dourados, em Mato Grosso, e a Colônia de Goiás,

---

<sup>84</sup> LENHARO, A., *Colonização e trabalho no Brasil*, p. 13.

<sup>85</sup> LENHARO, A., *Colonização e trabalho no Brasil*, p. 14, grifo do autor.

<sup>86</sup> LENHARO, A., *Colonização e trabalho no Brasil*, p. 56.

<sup>87</sup> LENHARO, A., *Colonização e trabalho no Brasil*, p.47-48.

ambas via estrada-de-ferro, teriam o mercado paulista em mira. As do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Paraná, seriam destinadas principalmente ao abastecimento das respectivas capitais<sup>88</sup>.

A meta econômica definida tinha na fragmentação territorial da implantação das colônias (divididas em pequenos lotes) a *integração* ao mercado interno nacional, via política federal. A organização do trabalho dava-se através de cooperativas.

Sobre os grupos indígenas que viviam no MS, sobretudo na parte sul:

A implantação da Colônia Agrícola obedecia a um plano amplo de colonização oficial do Governo Federal e não seria admissível que um grupo de índios atrapalhasse sua implantação, como aliás tem sido de praxe neste tipo de conflito. O respeito aos direitos indígenas, já amplamente garantidos pela Constituição em vigor, confronta-se com os projetos de desenvolvimento, coordenados e incentivados pelo mesmo Ministério. A corda arrebenta do lado mais fraco e a ação do SPI está subordinada e integrada nos planos globais de desenvolvimento econômico<sup>89</sup>.

Quer dizer, apesar da própria legislação federal direcionar direitos aos povos indígenas, além do estabelecimento de uma instituição pública de *proteção* (SPI), a política de colonização implementada pelo próprio governo, atingiu parte significativa do território Kaiowá e Guarani. Com o discurso de que pequenos grupos não podiam bloquear o desenvolvimento, os empreendimentos político-econômicos foram levados adiante. A demarcação das terras indígenas era primordial para assegurar suas tradições, o que não aconteceu.

Com a implantação da colônia, os índios negaram-se a deixar suas terras, iniciou-se uma longa trajetória pela manutenção territorial. Por parte dos colonos, através de processos na justiça, tentaram expulsar os habitantes anteriores<sup>90</sup>. Logo, a intenção governamental com a introdução das colônias, de ocupar espaços considerados *vazios* do territorial brasileiro, não condiz com o que de fato ocorreu.

Nas décadas posteriores, o processo de demarcação das terras guarani e kaiowá intensifica-se, já que a área ocupada pelas empresas econômicas é alargada, igualmente há a modernização da base agrícola. “A partir da década de 1950, especialmente, acentua-se a instalação de empreendimentos agropecuários nos demais espaços ocupados pelos Kaiowá e Guarani, ampliando o processo de desmatamento do

---

<sup>88</sup> LENHARO, A., *Colonização e trabalho no Brasil*, p. 47.

<sup>89</sup> BRAND, A., *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/ Kaiowá*, p. 63.

<sup>90</sup> BRAND, A., *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/ Kaiowá*, p. 57-58.

território”<sup>91</sup>. E, no final da década de 1970 e início de 1980 a expansão das usinas sucroalcooleiras chega ao estado e agrega o processo realizado pela Cia Matte Laranjeira e o projeto de colonização da CAND, isto é, utilização da mão de obra do índio nos canaviais e espoliação de suas áreas.

### **1.7) Expansão agroindustrial no Mato Grosso do Sul**

Trata-se do setor, agroindústria<sup>92</sup>, em que o governo intervinha diretamente em todas as fases e em diversos momentos de crise da produção nacional. Então, com a crise do comércio internacional do petróleo (em 1973 e em 1979), tem-se a criação pelo governo federal do Programa Nacional do Álcool, ou chamado Proálcool, em 1975.

O programa tinha o intuito de transpor a crise e estimular a geração de álcool. “A ‘orquestração’ de interesses para viabilizar o Proálcool englobou os empresários das usinas e destilarias, o Estado, o setor de máquinas e equipamentos e a indústria automobilística”<sup>93</sup>.

O argumento oficial defendia que o país deveria encontrar um substituto viável para o petróleo, a fim de manter o controle da balança comercial, outras matérias-primas foram cogitadas para a substituição da cana (mandioca, madeira, babaçu, batata doce), mas esta matéria prima foi privilegiada, por esse motivo “o Proálcool fora formulado e estabelecido menos como uma solução para a ‘crise energética’ do Brasil, do que como uma alternativa para a previsível capacidade ociosa da sua agroindústria canavieira”<sup>94</sup>.

Interessante enfatizar que o programa foi implementado durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1984) instituída no país após golpe de estado ocorrido em 31 de abril de 1964. Nesse momento, houve uma série de incentivos governamentais às empresas estrangeiras e extinção das políticas sociais anteriores ao golpe. No campo aumentou o poder de mando dos grandes proprietários, enquanto os movimentos reivindicatórios foram criminalizados e seus líderes perseguidos, além do descaso com as comunidades tradicionais como os indígenas, camponeses e quilombolas.

---

<sup>91</sup> BRAND, A., *Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS*, p. 139-140.

<sup>92</sup> Termo correspondente à junção do segmento agrícola com o segmento processador da cana-de-açúcar, industrial.

<sup>93</sup> SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, A.; BACHA, C. J. C., *A evolução da agroindústria canavieira brasileira desde a sua origem até 1995*, p. 73.

<sup>94</sup> SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. P., *O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial*, p. 71.

O Estado forneceu toda estrutura necessária ao estabelecimento e desenvolvimento das multinacionais, a integração do território nacional através de sistemas de transportes e a modernização da agricultura foram algumas das medidas tomadas. Isto é, no período ditatorial, o caminho estava livre para a expansão do capitalismo; o paradoxo estava no aumento da pobreza. Estados considerados interioranos, como Mato Grosso do Sul, foram alvo da expansão capitalista no campo. Acentuamos que foi durante tal regime que o estado de Mato Grosso foi dividido, dando origem a Mato Grosso do Sul (em 1977), atendendo aos interesses estratégicos voltados a essa área do país.

Com a crise do petróleo, países como o Brasil foram afetados diretamente, assim, novas fontes e formas de produção de energia foram necessárias. O álcool advindo da cana foi uma alternativa para a base energética brasileira. Desse modo, os investimentos do Estado no setor favoreceram tradicionais e novos produtores, a demanda por essa fonte energética era enorme.

Dentre os produtores tradicionais destacavam-se os estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Sudeste), Alagoas e Pernambuco (Nordeste). Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eram estados que não tinham tradição na produção alcooleira e passaram a ter nesse momento. Dentre os principais motivos de esses estados passarem a produzir esta matéria prima estava na proximidade com os produtores tradicionais, preços acessíveis da terra (nos estados tradicionais, havia os altos valores e escassez das terras para plantação da cana) e condições edafoclimáticas propícias ao cultivo, além da histórica experiência desses estados em lavouras extensivas de outras agriculturas<sup>95</sup>.

Em destilarias independentes ou agregadas às usinas, a sacaricultura tomou proporções nos estados do Centro-Oeste e, desse modo, o Nordeste foi ultrapassado de vez na safra da cana nacional. A região Centro-Oeste aumentou a intensidade nesse ramo a partir da segunda metade do século XX<sup>96</sup>.

Durante a fase de implantação da maior parte das usinas com incentivos do Proálcool<sup>97</sup> em MS, apesar do programa federal, os incentivos também advinham do governo do estado. Como exemplificado na palestra proferida na Associação Comercial de Belo Horizonte, na qual “o governador Marcelo Miranda garantiu a empresários mineiros que seu estado é a [...] mais promissora opção nacional, em termos de

---

<sup>95</sup> ANDRADE, M. C., *Espaço e Tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco*.

<sup>96</sup> ANDRADE, M. C., *Espaço e Tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco*.

<sup>97</sup> Em 1982 e 1983 são os anos em que oito das nove primeiras usinas são instaladas em Mato Grosso do Sul.

produção de fontes alternativas de energia renovável”<sup>98</sup>. Fica explícito que a intenção do governo era a crescente expansão da matéria-prima cana-de-açúcar. Havia euforia nos meios políticos com a consolidação da agricultura da cana-de-açúcar.

Para o governo estadual:

A agroindústria é nosso caminho. E haveremos de persegui-la, sem esperar que venha em decorrência do tempo [...]. Com os altos custos dos transportes, em razão da crise do petróleo, Mato Grosso do Sul é a mais promissora opção nacional, em termos de fontes de energia alternativa<sup>99</sup>.

Dentre as principais medidas adotadas como incentivos a produção canavieira, temos: redução de impostos, subsídios governamentais e concessão de áreas a instalação das empresas. O discurso do progresso econômico buscava legitimar a exploração de extensas faixas de terras: “dispomos de milhões de hectares de terra que podem ser usados para a formação de biomassa com vistas à produção rural do álcool etílico [...]. A cana-de-açúcar tem sua produtividade comprovada em diversas regiões do Mato Grosso do Sul”<sup>100</sup>, eis o ânimo do governo estadual com as possibilidades do aumento do setor sucroalcooleiro.

Assim, “essas políticas continuaram se realizando no Mato Grosso do Sul, pois os discursos desde a Era Vargas (1930-1945), sempre indicaram esse território como passível de ‘grandes’ possibilidades de investimento e oportunidades para aqueles que chegavam”<sup>101</sup>.

O que nem sempre foi levado em consideração foram as reais condições de trabalho nos empreendimentos econômicos:

Uma questão que está sendo deixada de lado pelo poder público diz respeito às relações de trabalho encontradas no setor. Há uma série de incentivos e vantagens para a instalação, implantação e ampliação do setor canavieiro, não questionando quais as formas de trabalho utilizadas e, ainda, anunciando um enorme número de vagas no mesmo. Contudo, muitas vezes não há as mínimas condições humanas de trabalho, o que em alguns casos chega ao trabalho escravo<sup>102</sup>.

---

<sup>98</sup> Álcool: em Minas Marcelo Miranda prova que MS é a melhor opção para o país. *O Progresso*, Dourados-MS, nº 3012, 27/28 set. 1980, p. 2.

<sup>99</sup> Álcool: em Minas Marcelo Miranda prova que MS é a melhor opção para o país. *O Progresso*, Dourados-MS, nº 3012, 27/28 set. 1980, p. 2.

<sup>100</sup> Álcool: em Minas Marcelo Miranda prova que MS é a melhor opção para o país. *O Progresso*, Dourados-MS, nº 3012, 27/28 set. 1980, p. 2.

<sup>101</sup> BACKES, T. R., *O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção*, p. 81.

<sup>102</sup> DOMINGUES, A. T., *A territorialização do grupo agroindustrial canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul*, p. 31.

Um dos fatores primordiais destacados pelos governos quando da implantação de agroindústrias sucroalcooleiras é a quantidade de empregos gerados e não, necessariamente, a qualidade deles. Pois não foram poucas as denúncias de índios em condição de escravidão nos canaviais, conforme veremos no terceiro capítulo.

### **1.8) Usinas sucroalcooleiras**

Falaremos brevemente sobre a primeira usina instalada no estado de MS para exemplificarmos o que discorreremos até aqui.

Companhia Agrícola Sonora Estância<sup>103</sup>, implantada no ano de 1979. Pelo site da Usina Sonora, é possível compreender que, “[...] com o advento do Proálcool iniciou-se em 1977 a construção da Destilaria Aquárius, uma das primeiras no cerrado [e projetada para o cerrado], que passou a funcionar efetivamente dois anos depois [...]”, em 1979. Em 1980 foi criada a Rio Corrente Agro Industrial, empresa vinculada à Aquárius. Então a usina compreendia a própria Sonora e mais as agregadas: a destilaria Aquárius e a Rio Corrente Agrícola<sup>104</sup>. Apesar da implantação da usina no ano de 1976, ela entrou em funcionamento em 1980, ou seja, MS já era estado emancipado.

A Usina Sonora influenciou na constituição de uma vila que posteriormente tornou-se município. “Sonora foi fundada a partir da vila construída para alojar os funcionários da empresa [Usina Sonora]”<sup>105</sup>, que vinham do estado do Paraná e fixaram-se nas proximidades da empresa. A vila estava localizada na localidade de Pedro Gomes, ao norte do estado. Posteriormente, no ano de 1980, Sonora emancipa e converte-se em município. A influência que a empresa possuía em âmbito municipal e estadual mostrou-se na proximidade entre os políticos de Sonora e diretores da usina.

Na Companhia Agrícola Sonora Estância, a mão de obra do índio era expressiva. Conforme os fiscais do trabalho, em inspeção realizada nas dependências da empresa, “não existe qualidade de vida neste local. [Constataram que] as pessoas não são para a

---

<sup>103</sup> A partir de 2006 passa a chamar-se Sonora Estância S.A., permanecendo com o mesmo nome até a atualidade.

<sup>104</sup> USINA SONORA. Disponível em: <[www.usinasonora-ms.com.br](http://www.usinasonora-ms.com.br)>. Acesso em 25 jun 2014.

<sup>105</sup> USINA SONORA. Disponível em: <[www.usinasonora-ms.com.br](http://www.usinasonora-ms.com.br)>. Acesso em 25 jun 2014.

empresa pessoas, mas, apenas trabalhadores”<sup>106</sup>. Diante das declarações, entende-se que os trabalhadores eram tratados sem condições de segurança física ou psicológica.

A mão de obra indígena (por volta de 880 terenas da região de Miranda, Taunay, Limão Verde e Cachoeirinha) era utilizada em larga escala nas lavouras da Sonora<sup>107</sup>. A principal atividade exercida pelos indígenas era o corte de cana. Portanto, desde a implantação da primeira usina sucroalcooleira no estado, a força de trabalho do índio estava presente nos canaviais e igualmente as más condições no ambiente canavieiro. Ressaltamos que as usinas eram divididas entre a parte industrial e agrícola, nossa preocupação centra-se nesta última, pois local de concentração do trabalho do índio.

Em outro relatório de Visita à Sonora<sup>108</sup> para fiscalizar as condições dos trabalhadores, consta que durante a visita de fiscais do Ministério Público do Trabalho e de agentes de outras entidades não governamentais, em uma reunião, compareceu o “diretor presidente da usina e o prefeito da cidade”<sup>109</sup>. Tal fato causou certa desconfiança dos fiscais: “até agora não sabemos por que o prefeito de Sonora foi convidado para o almoço”<sup>110</sup>. A proximidade do chefe do executivo municipal com o diretor da empresa causou suspeita sobre o real papel desempenhado pela prefeitura do município. Tal proximidade pode estar atrelada ao significado da empresa para o local, mas também ao conluio em troca de benefícios recíprocos e ilegais que estabelece relações de corrupção.

Ainda conforme o mesmo documento, outro funcionário público municipal acompanhou a visita nas instalações da usina, “o presidente da usina e o secretário de saúde nos acompanharam o tempo todo”<sup>111</sup>. Ressaltamos que as visitas constituíam inspeções de fiscalizações de atendimento aos direitos trabalhistas. No mesmo relatório, no ponto denominado *avaliações do documento*, os fiscais desconfiaram que possivelmente a visita foi avisada com antecedência aos diretores, e relataram que, “tudo pode melhorar dentro de um campo de concentração se há aviso de visita [havia a] aparência de que tudo estava muito bem ensaiado”<sup>112</sup>.

O ano dos documentos consultados nos dois parágrafos anteriores é o de 1994, mas as denúncias e/ou condições precárias na usina que motivaram as visitas das

---

<sup>106</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO [MPT], INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO [ICP] n° 001/1994, *Relatório de visita*, p. 20-26.

<sup>107</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Relatório síntese de inspeção*.

<sup>108</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Visita à Destilaria de Alcool de Sonora*.

<sup>109</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Visita à Destilaria de Alcool de Sonora*.

<sup>110</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Visita à Destilaria de Alcool de Sonora*, p. 20.

<sup>111</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Visita à Destilaria de Alcool de Sonora*, p. 20.

<sup>112</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Visita à Destilaria de Alcool de Sonora*, p. 20.

entidades podem ser anteriores, isto é, os motivos que levaram às visitas fiscalizatórias podem ter sido praticados desde a instalação desse setor no estado, por volta de 1979. Portanto, a precarização do trabalho pode estar presente desde o funcionamento das primeiras usinas/ destilarias em MS.

### **1.9) Usina Passa Tempo**

Na década de 1980 são instaladas as primeiras usinas de cana do estado. Em 1982 foram implantadas a usina Santa Helena, Maracaju (conhecida como MR), Passa Tempo, Santa Fé e Santa Olinda. Em 1983, mais três, usina Santa Quitéria, COOPERNAVI e Destilaria de Brasilândia S/A (DEBRASA). Todas incentivadas pelo Proálcool, gradativamente o setor cresceu.

As primeiras safras ocorreram a partir do ano de 1985/ 1986. Neste momento a mão de obra era composta por nordestinos e indígenas do próprio estado. Os índios eram em sua maioria dos grupos Guarani e Kaiowá, e Terena, provinham em grande parte do sul do estado. Da região Nordeste, os principais estados de origem dos canavieiros era Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Sergipe, além de São Paulo e Minas Gerais (do Sudeste).

A família pernambucana Tavares de Melo era a proprietária da usina Passa Tempo e da usina Maracaju (a primeira localizada em Rio Brillhante, a segunda em Maracaju). Os integrantes da família eram acionistas da Usina Passa Tempo, primeira (junto com a Usina Maracaju) a serem implantadas na Região da Grande Dourados.

Isso demonstra que houve investimento de grupos nordestinos em usinas/ destilarias no estado de Mato Grosso do Sul, conforme destaca Backes:

Esse processo se realizou devido a algumas articulações do Estado com os grupos empresariais que se mantinham estáveis economicamente no Nordeste e transferiram seus recursos para o investimento em outras regiões brasileiras como o Centro-Oeste. Os incentivos provindos do Proálcool possibilitaram aos usineiros ampliar as atividades industriais; logo, aliado a um período de recessão e inversão no polo de produção da cana-de-açúcar para o Sudeste, os empresários nordestinos que possuíam capital suficiente para superar a crise, buscaram investir em outros ramos de produção ou ampliar seus negócios criando outras unidades (destilarias/ usinas) em outros estados brasileiros<sup>113</sup>.

---

<sup>113</sup> BACKES, T. R., *O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção*, p. 40.

Os acionistas da empresa eram da mesma família, viviam em Pernambuco e detinham outras propriedades no estado e em outros estados do país:

Na sua estrutura estavam quatro unidades produtoras de açúcar e álcool, entre elas: Usina Estivas – 1969 (RN), Destilaria Giasa – 1971 (PB), Usina Passa Tempo – 1982 (MS), Usina Maracaju – 1985 (MS), e também a Agroarte, uma empresa criada exclusivamente para gerir a área agrícola<sup>114</sup>.

Mato Grosso do Sul foi o local privilegiado de investimentos do grupo na década de 1980.

Entre a efetiva instalação da usina e a safra, os trabalhadores começaram a chegar, pois, “a empresa Passa Tempo iniciou suas atividades no ano de 1986, produzindo então apenas álcool. A partir do ano de 1988 é que a empresa passou a produzir também açúcar”<sup>115</sup>. E nas safras subsequentes aumentava o contingente de canavieiros, maior produção exigia ampliação da mão de obra. “Em 1987 a Usina Passa Tempo tinha por volta de 1190 trabalhadores”<sup>116</sup>.

Com o intuito de manter os obreiros próximos a usina, foi construída uma agrovila para residirem. O interesse de algumas empresas em manter os migrantes por perto, originou as agrovilas:

Uma das características do ciclo agrícola da cana-de-açúcar é a demanda sazonal e intensa de mão-de-obra, sobretudo na época da safra. O fato da indústria não poder ficar ociosa, da necessidade de sincronizar a oferta de matéria-prima com a demanda industrial e da alta perecibilidade da cana-de-açúcar, fazem com que esta atividade seja altamente dependente de mão-de-obra, tanto no corte (fase agrícola), quanto no processamento (fase industrial). Diante desta necessidade, uma das formas de suprir a demanda por funcionários durante o período da franca expansão da atividade foi a construção de núcleos urbanos próximos às usinas, os quais são denominados agrovilas<sup>117</sup>.

---

<sup>114</sup> GRUPO TAVARES DE MELO. Disponível em: < [www.tavaresdemelo.com.br](http://www.tavaresdemelo.com.br)>. Acesso em 27 jan 2015.

<sup>115</sup> ARAUJO, R. M. S., *Análise da gestão ambiental em empresas agroindustriais de usinas de açúcar e álcool no Mato Grosso do Sul*, p. 60.

<sup>116</sup> BACKES, T. R., *O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção*, p. 45.

<sup>117</sup> FRATA, A. M.; PEREIRA, M. C.; CAMPELO, E., *Agrovila de trabalhadores de usina sucroalcooleira em Rio Brillhante/MS*, p. 3.

A expansão da atividade sucroalcooleira dependia da mão de obra disponível quando necessário. A agrovila da Passa Tempo era constituída por “210 moradias, nas quais vivem famílias de trabalhadores, e também por dois alojamentos nos quais residem, em um os funcionários administrativos temporários e noutro trabalhadores rurais temporários”<sup>118</sup>. Os moradores estavam distribuídos na agrovila de acordo com a atividade que desenvolviam, “41,0% dos domicílios apresentam trabalhadores agrícolas, 36,7% apresentam trabalhadores industriais e o restante trabalhadores administrativos, 22,4%”<sup>119</sup>. No local havia moradores efetivos e temporários, “os moradores das residências juntamente com os moradores temporários que vivem nos alojamentos perfazem o total de aproximadamente 1.940”<sup>120</sup>. Além das moradias, havia uma escola, um posto de saúde e três igrejas (duas evangélicas e uma católica).

Entretanto, com as mudanças estruturais nas empresas sucroalcooleiras, advindas principalmente do processo de modernização e eficiência econômica, “uma nova fase se estabelece. Nesta nova, percebe-se um movimento no sentido de extinção das agrovilas, com a opção por alocar os funcionários nas cidades próximas, providenciando a sua locomoção até a indústria diariamente”<sup>121</sup>. Foi o que aconteceu com a agrovila da Passa Tempo.

Em março de 2007, além das unidades de MS, as outras duas usinas do grupo Tavares de Melo foram vendidas para a subsidiária brasileira do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LDC Bioenergia). Mas o Tavares de Melo mantiveram-se proprietários das terras da lavoura de cana em Rio Brilhante, e as arrendavam a empresa LDC. A capacidade de processamento da LDC chegou a 11 milhões de toneladas, somando as unidades de Rio Grande do Norte, Paraíba e Mato Grosso do Sul<sup>122</sup>.

No ano de 2009, com a fusão do grupo LDC Bioenergia com a Santelisa Vale (uma das maiores companhias nacionais na produção e processamento de cana), é fundada a Biosev Bioenergia, em termos mundiais, uma das maiores do setor sucroalcooleiro, permanece com o nome até os dias atuais<sup>123</sup>.

---

<sup>118</sup> FRATA, A. M.; PEREIRA, M. C.; CAMPELO, E., *Agrovila de trabalhadores de usina sucroalcooleira em Rio Brilhante/MS*, p. 4.

<sup>119</sup> FRATA, A. M.; PEREIRA, M. C.; CAMPELO, E., *Agrovila de trabalhadores de usina sucroalcooleira em Rio Brilhante/MS*, p. 4.

<sup>120</sup> FRATA, A. M.; PEREIRA, M. C.; CAMPELO, E., *Agrovila de trabalhadores de usina sucroalcooleira em Rio Brilhante/MS*, p. 4.

<sup>121</sup> FRATA, A. M.; PEREIRA, M. C.; CAMPELO, E., *Agrovila de trabalhadores de usina sucroalcooleira em Rio Brilhante/MS*, p. 3.

<sup>122</sup> GRUPO TAVARES DE MELO. Disponível em: < [www.tavaresdemelo.com.br](http://www.tavaresdemelo.com.br)>. Acesso em 27 jan. 2015.

<sup>123</sup> BIOSEV. Disponível em <[www.biosev.com](http://www.biosev.com)>. Acesso em 27 de jan. de 2015.

### 1.10) O município de Rio Brilhante

O povoamento das terras que, atualmente compreendem o município de Rio Brilhante, onde estava localizada a Usina Passa Tempo, data da terceira década do século XIX, inicialmente constituía-se em local de passagens<sup>124</sup>.

O município de Rio Brilhante, componente da região da Grande Dourados, uma região considerada estratégica do ponto de vista econômico. No período 1970/ 1980, a região da Grande Dourados teve elevada importância para o estado de MS e porção Centro-Sul do país. A agricultura de arroz, soja e a criação de gado eram as principais atividades exercidas, mercadorias exportadas para outros estados brasileiros. Havia também outras lavouras, como da cana:

A produção de soja na safra 79/ 80 na região da Grande Dourados ultrapassará à 1 milhão de toneladas, como revelam as previsões feitas ontem pela unidade da Cooperativa Tritícola Regional Serrana. Segundo estimativas, o Mato Grosso do Sul colherá este ano em torno de 1,5 milhão de toneladas de soja, constituindo-se numa das maiores safras desta oleaginosa, tendo em vista a alta produtividade<sup>125</sup>.

Em outros termos, tanto a Grande Dourados quanto todo o estado encaixavam-se dentro de um projeto no qual “o território do estado de Mato Grosso do Sul, já nasceu projetado com uma função social voltada para a produção de monoculturas e da pecuária”<sup>126</sup>. A condição de estado agropecuário baseado em latifúndios permanece como legitimadora do poder dos grandes proprietários de terras. Isso não explica a totalidade dos projetos políticos ou econômicos projetados para o estado, mas contribui no entendimento da formação e fortalecimento de uma elite agrária forte.

Esse cenário leva a reconhecer a afirmação de Martins de que “a questão da propriedade da terra no Brasil, e da situação das pessoas que nela trabalham ou dela precisam para trabalhar, é hoje extremamente grave”<sup>127</sup>, o contingente de trabalhadores que viviam/ vivem em situação de precariedade aumenta na mesma proporção da expansão capitalista no campo e conseqüente concentração de terras.

---

<sup>124</sup> PREFEITURA DE RIO BRILHANTE. Disponível em: <www.riobrilhante.ms.gov.br>. Acesso em 27 jan. 2015.

<sup>125</sup> Produção de soja ultrapassará a 1 milhão de toneladas, *O Progresso*, Dourados-MS, nº 2660, 16 jan. 1980, p. 2.

<sup>126</sup> BACKES, T. R., *O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção*, p. 81.

<sup>127</sup> MARTINS, J. S., *Expropriação e violência*, p. 43.

Nas décadas de 70 e 80, criou-se uma estrutura comercial no MS que favorecia o pleno desenvolvimento das agroindústrias, a intervenção estatal no contexto da região da Grande Dourados evidenciou o intuito de incentivar a entrada de empreendimentos privados. A região sul e leste do estado mostraram-se aptas ao desenvolvimento da cultura canieira por suas condições ambientais favoráveis e pelo terreno plano existente em largas extensões no estado. O preço de arrendamento das terras também se elevou com a vinda da cana.

Rio Brilhante é considerado, atualmente, o maior produtor de cana do estado, responsável por 25% da produção estadual.

Desde longos períodos, os recursos naturais são ressaltados como meio de subsistência neste município. A necessidade do gado na vida sertaneja, tanto como instrumento de manejar a terra quanto a obtenção de carne; além da variedade de alimentos, soja, arroz, cana, plantadas na terra “humosa”, que conserva a umidade em períodos de escassez de chuvas<sup>128</sup>.

As terras férteis sempre foram propícias ao desenvolvimento da agricultura:

Rio Brilhante é o sétimo produtor de soja de Mato Grosso do Sul, com produção média de 108 toneladas (safra de 90/ 91) perdendo apenas para São Gabriel D’Oeste, Ponta Porã, Chapadão do Sul, Dourados, Maracaju e Costa Rica. Possui a quarta maior produção de trigo, a segunda de arroz irrigado e a sexta de milho e de arroz sequeiro. A pecuária é a segunda maior fonte de renda do Município com um rebanho bovino estimado em 474 mil cabeças<sup>129</sup>.

Em tempos mais recentes (década de 1990), a cidade é considerada a maior produtora de cana-de-açúcar no estado, além de se destacar em outras produções:

Rio Brilhante se destaca entre os dez municípios mais dinâmicos do Estado e é o maior produtor de arroz e de cana-de-açúcar, o terceiro produtor de aveia, o quarto produtor de milho e mandioca, o quinto produtor de sorgo e de soja, o sexto produtor de mel-de-abelhas e o sétimo produtor de ovos de galinha. O rebanho de gado de corte é de 160 mil cabeças. O município possui o distrito de Prudêncio Thomaz (Aroeira) e tem ainda dez assentamentos, com mais de 900 famílias<sup>130</sup>.

---

<sup>128</sup> GUIMARÃES, A. V., *História dos municípios*, p. 16.

<sup>129</sup> GUIMARÃES, A. V., *História dos municípios*, p. 20.

<sup>130</sup> FAZENDA RAMALHETE. *Gigante da bioenergia inaugura usina de açúcar e etanol no Mato Grosso do Sul*, p.45.

A plantação de cana teve início na década de 1980 quando a primeira usina chega à cidade<sup>131</sup>. A partir daí a expressividade econômica do açúcar e do álcool no município cresce progressivamente. Nas décadas de 1980 e 1990 há o enrijecimento do trabalho nos canaviais, é o período anterior ao crescimento vertiginoso observado nos anos iniciais do século XXI.

Para o prefeito da cidade, segundo documento de 2008:

A Pequena Cativante passa por transformações em vários aspectos, principalmente quanto às questões de emprego e moradia. “O município criou novas oportunidades de trabalho e geração de renda, e isto tem despertado o interesse de muitas pessoas de outras localidades que, com entusiasmo, buscam uma vida digna, auxiliando no desenvolvimento local. É desta forma que o progresso acontece”, declarou<sup>132</sup>.

As extensões do setor produtor de álcool aumentaram consideravelmente e influenciaram diretamente sobre a produção de outros alimentos, devido a ampliação da produção de cana, houve o retrocesso na produção de distintas fontes alimentares no município<sup>133</sup>. Ano após ano, os canaviais aumentaram. Desse modo, “com a entrada gananciosa do capital<sup>134</sup> agroindustrial canavieiro, os alimentos vão deixando aos poucos de ser produzidos nestes municípios, sendo atropelados pelo setor”<sup>135</sup>.

A expansão da agroindústria canavieira gerou devastações até na vegetação original, “para iniciar o plantio da cana é necessário retirar a vegetação nativa e, portanto, todas as árvores são arrancadas”<sup>136</sup>. Além de que, o discurso governamental sobre a cana como matéria prima de energia limpa e renovável não condiz com os efeitos gerados, visto que “o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar e o biodiesel

---

<sup>131</sup> Usina Passa Tempo, na época do Grupo Tavares de Melo. No ano de 2007 foi vendida para a multinacional francesa Louis Dreyfus.

<sup>132</sup> COMISSÃO PASTORAL DA TERRA [CPT]. *Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia*, p. 45.

<sup>133</sup> DOMINGUES, A. T., *A territorialização do grupo agroindustrial canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul*.

<sup>134</sup> O capital é essa força que procura expropriar o lavrador, ou pelo menos submeter o seu trabalho; que procura divorciá-lo dos instrumentos de trabalho, da terra, para que, ao invés do lavrador trabalhar livremente para si mesmo, passe a trabalhar para ele, o capital, como acontece com os operários (José de Souza Martins. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 16).

<sup>135</sup> DOMINGUES, A. T., *A territorialização do grupo agroindustrial canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul*, p. 35.

<sup>136</sup> CPT, *Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia*, p. 16.

feito a partir da soja causam mais danos ao meio ambiente do que os combustíveis fósseis”<sup>137</sup>.

Atualmente, a cidade conta com três usinas (Passa Tempo, Rio Brilhante e Eldorado, as duas primeiras do grupo Louis Dreyfus e a terceira do Odebrecht). O canavial tomou conta da paisagem e mudanças sociais importantes aconteceram com o advento canavieiro em 1980.

Um dos fenômenos observados trata das relações de trabalho no município, mais especificamente a sua precarização, o que será considerado nos próximos dois capítulos, mais detalhadamente.

---

<sup>137</sup> CPT, *Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia*, p. 12.

## CAPÍTULO II: O TRABALHO INDÍGENA NAS USINAS SUCROALCOOLEIRAS

### 2.1) Economia e trabalho na perspectiva indígena

As comunidades indígenas sul-americanas caracterizavam-se por uma pluralidade de etnias e cultura. Aqui nos baseamos no grupo Piaroa do Amazonas para destacar o significado de trabalho para índios e não-índios. Ressaltamos que Piaroa, Guarani e Kaiowá são simbolicamente diferentes, entretanto nossa preocupação é ressaltar o funcionamento da economia e das relações de trabalho para os índios das terras baixas sul-americanas. Então, nosso principal objetivo neste tópico é ressaltar a dessemelhança entre os costumes dos índios e aqueles não-índios envolvidos no mundo do trabalho.

Em artigo sobre a organização social e política do povo indígena Piaroa, a antropóloga Joanna Overing mostra o sentido de solidariedade que permeava as relações entre estas populações e a dificuldade do olhar ocidentalizado na compreensão deste aspecto. A autonomia com relação ao trabalho e aos produtos daí advindos não estava desvinculada dos laços comunitários, a partilha e a generosidade eram valores comunitários que conferiam status individual àquele que as praticasse, o respeito pessoal estava no compartilhamento, inclusive de bens de utilidade econômica<sup>138</sup>.

Com relação a economia guarani e kaiowá, também era baseada na distribuição dos alimentos entre seus integrantes, solidariedade que se manifestava na vida social do grupo.

A reciprocidade não significava a simples troca, mas “a razão pela qual os membros da comunidade tradicional se reconhecem como humanos e também o espaço social no qual as ações e as [coisas] adquirem sentido e valor”<sup>139</sup>. A interação econômica estava entrelaçada nas outras esferas da vida e também se constituía como valor fundamental de reciprocidade e coesão do grupo.

Por fatores ambientais ou culturais, o principal meio de sustento desse grupo indígena tornou-se as roças, ao longo do tempo foi intensificada sua dependência, com a progressiva redução dos territórios<sup>140</sup>. Nas Reservas Indígenas de Mato Grosso do Sul

---

<sup>138</sup> OVERING, J., *A estética da produção*, p. 13.

<sup>139</sup> REZENDE, S. B. A., *Potencialidades de desenvolvimento local dos Kaiowá e dos Guarani cortadores de cana-de-açúcar da Aldeia Te'Yikue*, p. 20.

<sup>140</sup> SCHADEN, E., *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*.

verifica-se, até os dias atuais, a importância da agricultura como complemento ou meio de subsistência para as famílias indígenas. E, em tempos mais recentes, cresceu a dependência do assalariamento nas usinas de álcool e açúcar.

A religião tem importância inestimável na cultura guarani, para Schaden:

Em todas as esferas da cultura, inclusive na economia, a ponto de as atividades econômicas aparecerem, não raro, como simples pretexto para a realização de cerimônias de contacto [sic] com o sobrenatural e controle dos poderes pessoais que se julgam ter influência no destino dos homens. Quer seja um puxirão, a colheita dos produtos da roça, a partida para uma viagem, o aparecimento de qualquer fenômeno inesperado ou invulgar — tudo, enfim, pode ser motivo para rezas e danças rituais<sup>141</sup>.

Como veremos adiante, as bases religiosas foram se perdendo, seja pelo processo de esbulho das terras indígenas, pela concentração dentro das reservas, ou ausência de grande parte dos homens que saíam para trabalhar, além da influência das igrejas (neo) pentecostais dentro das reservas indígenas.

Apesar da inestimável importância da religião na vida dos índios, eles sofreram uma série de mudanças em seu modo de viver, desde o estabelecimento de fazendas e usinas em suas terras, até políticas de delimitação territorial, impactaram diretamente em suas práticas religiosas, Brand entende que:

Com a radicalização do confinamento e a progressiva imposição do assalariamento nas usinas de álcool, a partir do final da década de 1970, acelerando a desintegração das relações de parentesco e a simultânea atuação cada vez mais ampla das Igrejas Neopentecostais dentro das Reservas, cresceu a inviabilização e a desarticulação deste refúgio de resistência kaiowá e guarani, a religião tradicional. Ao se inviabilizar esta religião tradicional, instaurou-se o caos, mediante a perda de referenciais básicos, que sustentam o modo-de-ser herdado dos antepassados. A palavra explicitada através de *reza* e dos rituais perdeu sua eficácia e instaurou-se a descrença. Quebrou-se a ponte que garantia a passagem para o sobrenatural<sup>142</sup>.

A dependência do modo de vida externo fragilizou as bases sociais de referência das comunidades indígenas, como a religião tradicional (que tinha e ainda tem, pois não foi totalmente extinta) fundamental importância em todas as esferas da vida dos índios. Desse modo, recai o peso de afirmar-se como índio na comunidade, principalmente

---

<sup>141</sup> SCHADEN, E., *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*, p. 38.

<sup>142</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani*, p. 265, grifo do autor.

sobre os mais jovens, com a fragmentação crescente de referências. Percebemos que o ambiente canavieiro “contribui” para tal perda.

A complexidade da vida social não pode ser reduzida a segmentos independentes e autoexplicativos. Entre as sociedades ditas primitivas a dificuldade parece ser maior, “uma única atividade coletiva pode desempenhar papéis ao mesmo tempo econômicos, religiosos, sociais, políticos e culturais. Essa observação é fundamental para introduzir a temática do sistema econômico nas sociedades guarani”<sup>143</sup>. Todas as esferas estão interligadas por um sentido sobrenatural que as rege.

O sentido de mutualidade vinculado ao social, também está atrelado a legitimação do poder, como se os líderes fossem uma espécie de administradores e termômetros das relações do grupo:

Entre os Guarani, assim como na maior parte dos grupos cultivadores de floresta – as informações empíricas disponíveis mostram – os princípios da reciprocidade e da redistribuição são responsáveis para que o poder e o prestígio sociais estejam identificados em associação com outras qualidades, como a generosidade e o dom da oratória<sup>144</sup>.

Então, os dois primeiros valores (reciprocidade e redistribuição) sustentam a organização e a legitimação dos líderes pelo grau de generosidade e oratória que demonstram perante o grupo ao qual pertencem.

Schaden destaca mais dois motivos principais para a legitimação da autoridade guarani: o primeiro seria o caráter predominantemente comunal da produção e consumo, por isso encontramos nessa relação o impulso para o trabalho; o segundo seria a importância cultural e sobrenatural<sup>145</sup>. A reciprocidade é a chave para entender o trabalho do índio, desempenhado de tal forma que vise além daquele que a desempenha. Nesse sentido, a saída para as destilarias poderia representar o momento de realização de tarefas com e para o outro componente do grupo, entretanto, o motivo do deslocamento para os canaviais era outro, como demonstraremos adiante.

Trabalho coletivo significava estar em grupo e exercê-lo para o grupo, por isso, “o trabalho mais produtivo era aquele que trazia prazer, trabalho que carregava um ar de espontaneidade. De um ponto de vista político, coletividade – e o trabalho exigido para

---

<sup>143</sup> CATAFESTO DE SOUZA, J. O., *O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais*, p. 214.

<sup>144</sup> CATAFESTO DE SOUZA, J. O., *O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais*, p. 242.

<sup>145</sup> SCHADEN, E., *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*, p. 37-38.

sua sobrevivência – tornava-se questão de uma política de manejo do ânimo”<sup>146</sup>, o trabalho era concebido dentro das relações pessoais de comunidade e moralidade. O acúmulo pessoal de bens estava fora de cogitação nesse sistema.

Entretanto, os grupos ameríndios que praticavam a economia de tipo comunitária e cooperativista foram e têm sido obrigados a substituir por outra, a do mundo ocidental, a economia de mercado. O processo de globalização com o caráter hegemônico e homogeneizador atingiu quase a totalidade das comunidades indígenas que vivem próximas às áreas urbanas ou localizadas em terras de interesse de empreendimentos comerciais e estatais, é o caso dos índios que vivem em reservas próximas a cidade de Dourados e região. As cidades, sendo os locais por excelência da expansão desse processo, aqueles que as habitam ou suas proximidades são alvos dessa engrenagem.

A disparidade social só ganhou terreno entre os Guarani e Kaiowá a partir do momento que os valores vinculados à produção e acumulação individual passaram a ter certo significado e serem assimilados.

O profundo misticismo guaranítrico travava até o possível este desenvolvimento, pelo caráter emocional e sentimental que envolvia suas ações<sup>147</sup>, inclusive as econômicas, incapacitando-os ao desenvolvimento do senso de lucro e aproveitamento privado<sup>148</sup>. “A mercadoria é apenas adicionada à cultura tribal, mas não incorporada segundo sua implícita lógica mercantil e acumulacionista”<sup>149</sup>, isto quer dizer que ela entra, mas de modo diferente, ressignificada. A visão de mundo religiosa ainda está presente, apesar do impacto das igrejas evangélicas nas aldeias e o período de ausência dos homens que trabalham nas usinas e o confinamento (para usar termo de Brand) dentro das reservas.

O pensamento sobrenatural choca-se e regula até certa medida as atitudes diante do novo. Esta é a explicação crucial para a ausência de acúmulo ou mesmo desejo de lucros dos índios guarani e kaiowá que trabalharam nos empreendimentos comerciais,

Como não busca acumular além do necessário para o auto-sustento de sua família e para a redistribuição, o tempo dedicado ao trabalho

---

<sup>146</sup> OVERING, J., *A estética da produção*, p. 14.

<sup>147</sup> CATAFESTO DE SOUZA, J. O., *O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais*, p. 232-233.

<sup>148</sup> CATAFESTO DE SOUZA, J. O., *O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais*, p. 232-233.

<sup>149</sup> MARTINS, J. S. *Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano*, p. 147.

produtivo era limitado pela necessidade do consumo. Por isto sobrava tempo para a caça, pesca e, acima de tudo, para as festas e os rituais. Portanto, o trabalho, para o Guarani, também não tinha a característica de exploração que tem em nossa sociedade. Era um trabalho que tinha na cooperação o seu ponto alto<sup>150</sup>.

O entendimento dado ao econômico não parece desconhecer a lógica capitalista, mas existem fatores culturais limitadores do desenvolvimento deste fundamento. O sentimentalismo que envolve as relações guaraníticas tende a bloquear os critérios racionais da sociabilidade capitalista, “a aculturação econômica [...] realiza-se de modo integral a partir do momento em que o indivíduo consiga encarar a sua eficiência econômica como critério de avaliação de sua própria personalidade e não apenas como fonte de prestígio e distinção social”<sup>151</sup>. Isto é, a partir do momento em que conseguir desenvolver uma ligação consistente entre subjetividade pessoal e bens materiais.

Consequentemente, o dinheiro adquire maior valor simbólico do que real, existe para ser gasto, não há espaço para economizá-lo ou poupá-lo. A compra de cavalo, o comércio da mandioca ou de outros haveres, deu-se com os contatos do entorno rural<sup>152</sup>.

Apesar da marcha aculturativa, as peculiaridades dos povos indígenas fazem-se presentes na ressignificação de determinadas características e objetos que passam a fazer parte de seu cotidiano. A compreensão desse fator coloca o índio como sujeito de si e defensor de seu modo de ser. Junte-se a isso a etnicidade do trabalhador indígena, traduzido na “vinculação a um determinado território, por exemplo, e a um determinado conhecimento sobre o território, leva a um determinado tipo de estrutura produtiva de economia doméstica que fixa o indígena naquele contexto ecológico e não outro”<sup>153</sup>.

Neste viés, o pertencimento étnico a um determinado grupo é elemento essencial para entender o tipo de serviço realizado e a inserção nas relações de trabalho nas agroindústrias:

As especificidades podem ser observadas na necessidade de ter alguém do grupo para disciplinar o trabalho a partir de um determinado momento, como o surgimento do “cabeçante” nas usinas; a transposição do trabalho da esfera doméstica para além das fronteiras territoriais; a relação temporária, por prazos determinados, por exemplo, diferente da relação contínua com os migrantes

---

<sup>150</sup> BRAND, A. *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*, p. 113.

<sup>151</sup> SCHADEN, E., *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*, p. 55.

<sup>152</sup> SCHADEN, E., *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*.

<sup>153</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 21.

nordestinos; a localização das reservas indígenas que permite toda uma logística sempre em benefício das unidades agroindustriais<sup>154</sup>.

Os aspectos elencados são peculiares aos índios que trabalhavam fora das reservas, especialmente nas usinas de cana de açúcar. Quando iam em direção as unidades sucroalcooleiras os índios saíam em grupos, formavam as turmas, com cerca de 45 a 50 pessoas, chefiadas cada uma por um *cabeçante*.

E o fato do setor alcooleiro exigir quantidade expressiva de mão de obra para todas as atividades que envolviam a área agrícola, pode elucidar o contingente de 10 a 15 mil indígenas que trabalhavam para fazendeiros e usineiros em todo o estado de MS no ano de 1993<sup>155</sup>, inclusive índios do grupo kaingang do estado do Paraná<sup>156</sup>, trazidos para trabalharem nas atividades canavieiras, possivelmente pela cobiça por essa força de trabalho específica. Além disso, por volta de 2107 índios em apenas uma usina de cana localizada na cidade de Brasilândia – MS<sup>157</sup>.

Os meses de maior atividade nas lavouras domésticas coincidiam com a ida aos canaviais. Os serviços temporários (executado em sua maioria pelo índio) na época da safra, ocorriam entre os meses de maio a outubro, ou novembro de cada ano<sup>158</sup>. Era exatamente a época em que se desenvolvia a lavoura nas aldeias, a roçada ocorria no mês de maio até junho e a derrubada da mata de junho até agosto. Nesse mesmo mês a queimada, até outubro ocorria o plantio e a quebra de março em diante<sup>159</sup>.

Praticamente durante todo o ano havia o cultivo alimentar nas aldeias: milho, feijão, batata doce, abóbora, amendoim, manga, melancia, banana e mandioca. Outros alimentos advinham da extração, caça e pesca.

Com a saída para o assalariamento (leia-se incompatibilidade para conciliar as roças domésticas com o trabalho canavieiro) aliado a incapacidade de cambiar o novo pelo que se praticava, “parecem ser as causas principais da desintegração cultural e destribalização dos grupos guarani do Sul de Mato Grosso”<sup>160</sup>.

Os índios permaneciam por um período de 60 a 70 dias fora dos aldeamentos e quando retornavam, por ali ficavam de 10 a 15 dias voltando novamente às atividades nas usinas. Isso significa que poderiam ficar meses ou a maior parte do ano trabalhando

---

<sup>154</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 8-9.

<sup>155</sup> MPT, ICP nº 001/1994, *Sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Brillhante*, p. 70.

<sup>156</sup> MPT, ICP nº 001/94. *Condições são precárias*, p. 140.

<sup>157</sup> MPT, ICP nº 001/94. *Relatório de visita*, p. 105-107.

<sup>158</sup> MPT, ICP nº 002/94. *Termo de depoimento*, p. 209.

<sup>159</sup> SCHADEN, E., *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*, p. 39.

<sup>160</sup> SCHADEN, E., *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*, p. 39.

fora da economia doméstica, o que trouxe consequências impactantes culturalmente. Para Schaden,

Nas transformações que a vida econômica vem sofrendo em virtude do contacto [sic] com a civilização reflete-se talvez mais claramente do que em qualquer outro setor da cultura a desorganização social que se opera na maior parte dos núcleos Guarani da atualidade<sup>161</sup>.

Um aspecto está mesclado com outro, a fragilização da economia doméstica afeta diretamente o modo de se organizar socialmente dos Guarani.

Como esclarecemos antes, não são novas exigências que estimulam diretamente novas maneiras de se relacionar com a economia de mercado, mas a desorganização de antigos padrões, obrigando a atualização do modelo econômico. Destarte, acreditamos como mudança mais incisiva a seguinte incompatibilidade:

A maior dificuldade consiste na falta de equipamento mental em correspondência com a economia individualista. Além de uma noção de trabalho adequada à nova forma de vida econômica, o Guarani carece de um mínimo de previsão, bem como da noção de correspondência de valores nas transações comerciais (de onde a impossibilidade de lidar com dinheiro)<sup>162</sup>.

O ajustamento ao modelo de produção capitalista exige maneiras inéditas de adaptação a atividades estranhas aos costumes tradicionais. À medida que aumenta o trabalho remunerado nas usinas, o comércio de objetos artesanais e de produtos agrícolas, a perda da economia grupal é ampliada proporcionalmente e a autossuficiência esvai-se<sup>163</sup>. Veja-se que com as transformações ocorridas, as alternativas de subsistência doméstica tolheram-se e a venda da força de trabalho passou ao primeiro plano.

O fato de o trabalho assalariado apresentar-se como incontestado e os índios dependerem dele, faz com que aumente a individuação econômica, destoante dos princípios da configuração social de outrora<sup>164</sup>. A venda da mão de obra na economia do entorno passa a ser a única forma de entrada no mercado, e em grande parte, uma venda sem as mínimas condições de dignidade humana tal como a ausência de direitos

---

<sup>161</sup> SCHADEN, E., *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*, p. 37.

<sup>162</sup> SCHADEN, E., *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*, p. 54.

<sup>163</sup> SCHADEN, E., *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*, p. 55.

<sup>164</sup> REZENDE, S. B. A., *Potencialidades de desenvolvimento local dos Kaiowá e dos Guarani cortadores de cana-de-açúcar da Aldeia Te'Yikue*, p. 30.

trabalhistas. Antes de prosseguirmos, releva informar que, quando usamos a expressão *entorno regional* estamos nos referindo aos espaços sociais fora das reservas indígenas, porém próximos a elas: fazendas, sítios, cidades, área rural ou urbana, em outras palavras, aquilo que se impõe de fora para dentro delas.

O entendimento do assalariamento é fundamental por dois motivos: 1) é o processo de transição da economia doméstica àquela de mercado e 2) entender as especificidades da precarização no setor sucroalcooleiro com a mão de obra indígena, especificamente.

## 2.2) Motivos do assalariamento

Considerando a terra como ponto central da organização indígena, historicamente, houve uma má apropriação e utilização dos recursos naturais onde habitavam os Guarani e Kaiowá, com impactos em seu ambiente, como os seguintes:

Quanto às entradas coloniais, as principais foram: a) de missionários; b) militares; c) colonizadores que tentavam efetuar a conquista territorial via estado nacional; d) colonizadores com interesse de se apropriar das terras indígenas enquanto terras particulares; e) Cia Matte Laranjeira e as atividades extrativas com exploração de mão de obra indígena; f) chegada do SPI com vista ao reservamento dos índios e sua “integração” à sociedade não indígena; g) chegada de colonos trazidos pela campanha nacional da *Marcha para Oeste* e pelas colônias agrícolas, ocorrendo a titulação das terras indígenas, desmatamento das fazendas e fortalecimento da pecuária e agricultura; h) requerentes de terra com vista a especulação imobiliária; i) colonizadores interessados na agricultura extensiva como a soja, milho e cana-de-açúcar e destinados à exportação<sup>165</sup>.

Além do interesse nas terras indígenas todos estes elementos dispuseram direta ou indiretamente da mão de obra do índio e influenciaram na precarização de formas tradicionais de organização desses povos.

O processo de colonização sobre as terras indígenas deu-se de modo violento e unilateral, na medida em que foi instituído um novo território sobre outro já existente (e de maior importância do ponto de vista da organização sócio-espacial). “Por cima de seus territórios [indígenas] são construídas as cercas das fazendas, as estradas que

---

<sup>165</sup> CRESPE, A. C. *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*, p. 377-378, grifo do autor.

recortam os territórios, as cidades, cria-se gado, soja e cana”<sup>166</sup>. Com isso, “os índios foram pressionados a saírem de suas terras para viverem nas reservas e trabalhar para os colonizadores”<sup>167</sup>.

Em outros termos, a lógica de desenvolvimento econômico regional desconsiderou a terra como ponto central da cultura material e imaterial indígena e a tornou passível de utilidade lucrativa. A área demarcada “inviabiliza a realização das festas e demais iniciativas coletivas e, acima de tudo, aumenta a dependência e as possibilidades de acesso ao que vem *‘de fora’*, em total detrimento ao que vem *‘de dentro’* das Reservas”<sup>168</sup>.

A terra para os Guarani e Kaiowá é considerada como seu próprio corpo, passível de doenças quando há depredação dos recursos naturais, “como a terra e o corpo humano estão umbilicalmente entrelaçados, terra, corpo e alma adoecem juntos. Por isto, na doença da terra estão, também, causas como a violência do homem contra o homem e faltas contra as normas morais de reciprocidade”<sup>169</sup>. Na degradação dos meios naturais, também está a resposta para a crescente violência e a própria degradação de condições de vida no mundo. O meio natural não é inseparável do humano.

A canavicultura invadiu as terras indígenas através de arrendamentos de antigos donos com lavouras em terras das comunidades tradicionais. Por conta do aumento do consumo do etanol<sup>170</sup> e consequente expansão das usinas, a mão de obra visada majoritariamente foi a indígena<sup>171</sup>. Lembramos que os índios já haviam acumulado enorme experiência no trato da terra. Na mesma proporção eles passaram a depender cada vez mais dos serviços externos. “O trabalho assalariado ganhou sim um grau de importância significativo [...], onde, de uma forma ou outra, transforma as relações comunitárias”<sup>172</sup>.

Além de experiência na agricultura, enfatizamos outros dois fatores de *preferência* pelo trabalhador índio: proximidade das reservas com os canaviais e abundância da mão de obra (consequente barateamento).

---

<sup>166</sup> CRESPE, A. C. *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*, p. 182.

<sup>167</sup> CRESPE, A. C. *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*, p. 182.

<sup>168</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani*, p. 263.

<sup>169</sup> BRAND, A., *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*, p. 103.

<sup>170</sup> Considerado um combustível ecologicamente limpo, portanto, causador de menos impacto ao meio ambiente se comparado a gasolina, ou outros combustíveis fósseis.

<sup>171</sup> CRESPE, A. C. *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*, p. 127.

<sup>172</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul*, p. 49.

Logo, temos a inserção desses grupos nas relações capitalistas, cujo uso do poder desproporcional do capital molda as relações dos membros. As atividades tradicionais e outros traços culturais das comunidades indígenas sofreram forte alteração frente a presença do capital<sup>173</sup>. Desta feita, deu-se o acesso deficitário e precarizado ao mercado regional como mão de obra, não pautado em relações contratuais entre partes portadoras de direitos.

Progressivamente a quantidade de índios exercendo alguma atividade nos canaviais (sobretudo o corte da cana) cresceu, e no ano de 1994, 70% deles compunham os trabalhadores das destilarias do MS, conforme matéria jornalística anexa ao inquérito instaurado pelo MPT<sup>174</sup>.

O administrador regional da FUNAI, com jurisdição da reserva de Dourados composta pelos grupos guarani e kaiowá, e terena, disse que a motivação da partida deles para a *changa* era o fato de serem atraídos pela parcela adiantada do salário. Eles deixavam com os familiares e criava-se certa expectativa de que a família receberia algo a mais na volta deles<sup>175</sup>.

O trabalhador sentia-se com *obrigação* de retornar com mais dinheiro para justificar a sua ausência por longo período longe da família, isso não acontecia na maior parte dos casos, por três fatores principais: 1) os poucos recebimentos mal davam para o sustento do próprio trabalhador; 2) havia aqueles que *caiam* na cilada da dívida contraída, e não retornavam para casa enquanto não pagassem o que supostamente deviam; 3) aqueles que ganhavam um pouco a mais gastavam com mercadorias que não tinham possibilidade de adquirir quando estavam nas reservas sem dinheiro. Os nordestinos que trabalhavam nos canaviais também passavam pelas mesmas situações dos índios.

Fora os poucos momentos de satisfação (viagem em grupo para ambiente diverso), o principal motivo do trabalho indígena externo à aldeia era o atendimento a necessidades fundamentais, secundariamente aquele relacionado ao contato com o entorno, como a aquisição de aparelhos eletrônicos, roupas, bicicletas, cavalos, carroças e outros.

---

<sup>173</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul*, p. 49.

<sup>174</sup> MPT, ICP n° 001/94, *Índios são 70% nas usinas de álcool*, p. 36.

<sup>175</sup> MPT, ICP n° 001/94, *Termo de depoimento*, p. 167.

A precariedade a qual estavam inseridos os índios no canavial, vinculava-se diretamente com o ambiente das reservas em que viviam<sup>176</sup>. A pobreza, a falta de políticas governamentais de apoio a economia doméstica e a insuficiência de recursos das instituições públicas que os auxiliavam constituíam a persistência dos serviços remunerados. Seria paradoxal que as empresas não os vissem como mão de obra muito barata sem levar em consideração o ambiente das reservas<sup>177</sup>.

Salvador cita o relato de um trabalhador Terena que ilustra as circunstâncias da saída: “naquela época a gente passava necessidade mesmo, a gente não tinha nada, mamãe era doente, papai não ‘tava’ nem aí pra gente, passava fome mesmo! Aí quando surgiu esse negócio de usina não pensamos duas vezes”<sup>178</sup>.

As usinas contratavam indígenas em aldeias que se localizavam próximas aos canaviais, e como nas décadas de 80 e 90 a maior parte delas estava instalada na região leste e centro-sul do estado, justamente nestes locais se deu a maioria dos grupos contratados, principalmente os Guarani e Kaiowá.

O momento que se intensificou o estabelecimento das unidades sucroalcooleiras no estado, coincidiu com as dificuldades de subsistência dos grupos indígenas dentro de suas tradições e terras. “Provavelmente, trabalham pela comida”, é o que disse o suplente do presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Índio, com função de fiscalização das condições das etnias indígenas no estado<sup>179</sup>.

O grau de dependência da função de cortador nas usinas foi tamanho que em determinado momento era o único local onde o serviço remunerado podia ser exercido, e isso vale frisar, pela pobreza de recursos que se encontravam os aldeamentos, impossibilitando aos índios meios para sobreviverem somente no seu interior. “Fome, superlotação e tuberculose são os principais problemas dos índios, distribuídos nas aldeias de Mato Grosso do Sul”<sup>180</sup>.

Essa condição propiciou a procura por alternativas salariais e, com efeito, houve a disponibilidade de altos contingentes e o conseqüente poder de redução dos salários pagos, além da coerção da mão de obra ao trabalho árduo.

---

<sup>176</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 74.

<sup>177</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Índios se tornam mão de obra barata*, p. 45.

<sup>178</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 73-74.

<sup>179</sup> MPT, ICP n° 001, *Termo de depoimento*, p. 218.

<sup>180</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Índios se tornam mão de obra barata*, p. 37.

Em outro depoimento, o chefe do posto indígena<sup>181</sup> em Ipegue, município de Aquidauana–MS, esclarece o seguinte: “desde que as destilarias concluíram que a mão de obra indígena é mais bem qualificada que a do branco, passaram a contratá-los”<sup>182</sup>. Mas, mais bem qualificada não quer dizer valorizada como tal. Disse acreditar “que os índios passaram a trabalhar nas destilarias, porque acabaram ficando em espaço insuficiente para prosseguir com sua cultura, tradição e cultivo da própria terra”<sup>183</sup>. Fica patente a ligação entre o processo de expropriação das terras indígenas e o posterior serviço nos canaviais.

A precária sobrevivência nas reservas e os altos índices de suicídios de índios em Dourados, em 1990 chamou a atenção da imprensa regional e nacional. Reportagem sobre esse tema em revista de circulação nacional destaca que:

O trabalho como boia-fria é a opção que resta. Nas grandes destilarias de álcool na região de Dourados levam de índios kaiowá disputam espaço com os nordestinos no corte de cana. Na destilaria Rio Brilhante, a 160 quilômetros de Dourados, cerca de 200 índios trabalham duro no corte de cana, numa jornada que começa às 5h da manhã e termina às 5h da tarde, com um intervalo de menos de uma hora para o almoço. Se dentro da aldeia as condições de vida são difíceis, nos acampamentos da destilaria são subhumanas. Os kaiowá ficam trabalhando dois meses ininterruptos, morando em barracões cobertos com plástico preto, sem qualquer ventilação. A temperatura em Dourados, à sombra, chega a 38 graus. Dentro dos barracos o calor é insuportável<sup>184</sup>.

O trabalho forçado nas usinas, combinado com outros fatores era uma das principais causas dos suicídios. “O índio Odair Lescano enforcou-se depois de trabalhar 40 dias em uma destilaria. Segundo sua tia Miriam Aquino, 29, ele voltou com pouco dinheiro e entrou em profunda tristeza ao não encontrar sua mulher. Ela fugiu com outro índio”<sup>185</sup>.

Outro índio destaca que a falta de perspectivas causa o mal: “Otoniel acredita que o motivo de tantos jovens cometerem suicídio é a falta de perspectiva. ‘Não têm

---

<sup>181</sup> Os postos indígenas vieram com a demarcação das reservas e no sentido de controlá-las. Política indigenista dentro da área indígena.

<sup>182</sup> MPT, ICP nº 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 212.

<sup>183</sup> MPT, ICP nº 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 212.

<sup>184</sup> BORGES, João, *Morte e vida kaiowá, índios se suicidam em protesto contra a miséria*. Revista Isto É Senhor, 24 de outubro de 1990, São Paulo.

<sup>185</sup> MPT, ICP 001/1994, *Destilarias são acusadas de escravizar índios*, p. 796.

futuro, não têm respeito, não têm trabalho e nem terra pra plantar e viver. Escolhem morrer porque na verdade já estão mortos por dentro”<sup>186</sup>.

Outro indígena aponta o canavial como a única solução naquele momento para a sobrevivência do grupo: “Ramon da Silva tem uma visão clara do dilema kaiowá. ‘Sem isso aqui – aponta para o canavial –, eu não sei o que seria’, afirma ele, para observar em seguida: ‘O índio se suicida porque vê que a vida não tem jeito’”<sup>187</sup>.

A falta de opções de autonomia na produção alimentar étnica e a consequente *changa* pode ter contribuído com os suicídios verificados durante o período. Constituindo-se como uma possibilidade de adquirir algum recurso o trato canavieiro, tolheram-se as formas tradicionais de subsistência e o modo de ser do índio.

Num período de 11 anos (1986-1997) foram registradas 244 mortes por suicídios entre os Guarani e Kaiowá de MS<sup>188</sup>. Os suicídios davam-se, sobretudo no retorno dos contratos, os jovens que mais suicidavam, a faixa etária estava entre 12 e 24 anos (66,43%), desses 43,93% tinha entre 12 e 18 anos e 22,50% dos 18 aos 24 anos<sup>189</sup>. “Registram-se ainda notícias de desaparecimento de trabalhadores indígenas nas empresas, hipóteses de que o suicídio dos jovens kaiowá possa estar ligado a sofrimentos ocorridos nessas saídas das aldeias”<sup>190</sup>.

Além dos aspectos destacados, acrescentaríamos as condutas de discriminação e o ódio étnico, incentivadas, inclusive, pelos meios de comunicação, quando mostram o índio como um entrave, empecilho ao desenvolvimento local.

Na *troca* entre índios e usinas de cana, tem-se de um lado certeza de alta lucratividade, além da aproximação geográfica das reservas (em comparação aos trabalhadores vindos do Nordeste) e mão de obra com histórica experiência na agricultura; de outro, atendimento das necessidades imediatas, oportunidade de serviço temporário e acesso a objetos do mercado<sup>191</sup>.

Pelas notas de receitas e despesas da usina DEBRASA, umas das maiores do estado na época, é possível constatar os seguintes valores: receita de R\$ 12.277,9940,

---

<sup>186</sup> Índice de suicídios entre indígenas no MS é o maior em 28 anos. Conselho Indigenista Missionário de Mato Grosso do Sul [CIMI-MS], Disponível em: <<http://cptms.blogspot.com.br>>. Acesso em 10 jun 2015.

<sup>187</sup> BORGES, João. 1990. Morte e vida kaiowá, índios se suicidam em protesto contra a miséria. Revista Isto É Senhor, 24 de outubro de 1990, São Paulo.

<sup>188</sup> Índice de suicídios entre indígenas no MS é o maior em 28 anos. Conselho Indigenista Missionário de Mato Grosso do Sul [CIMI-MS], Disponível em: <<http://cptms.blogspot.com.br>>. Acesso em 10 jun 2015.

<sup>189</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani*, p. 140.

<sup>190</sup> ESTERCI, N., *Escravos da desigualdade*, p. 53.

<sup>191</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 21.

despesas de R\$ 6.038,7290, saldo líquido de R\$ 6.239,2650 (resultado sem custo) e saldo líquido de R\$ 2.510,7950 (resultado com custo), para o período de 08/08/1994 até 21/09/1994<sup>192</sup>. Na usina recorte desta pesquisa, Passa Tempo, os dados da produção estavam em torno de 4.000 m<sup>3</sup> de álcool e 245.000 sacas de 50 kg (média) de açúcar<sup>193</sup>. Então, entendemos que a dissimetria estava nos enormes ganhos de uma parte, e inexistência de salário de alguns trabalhadores (constatado em holerite)<sup>194</sup> na outra. No ano de 1996 foram produzidas cinco milhões de toneladas de cana em todo o estado de MS<sup>195</sup>.

É no período da colheita que se paga mais, e tem-se a maior quantidade de trabalhadores, de acordo com o quadro que segue:

**Quadro 1:** Distribuição salarial na Usina Passa Tempo no mês de fevereiro de 1995.

Distribuição salarial		
Grupo de Renda Mensal	Safra	Entre Safra
De 01 a 03 salários mínimos	1072	737
De 03 a 05 salários mínimos	105	70
De 05 a 10 salários mínimos	48	48
Acima de 10 salários mínimos	10	10
Total	1235	865

Fonte: MPT, ICP n° 001/1994, *Relatório Síntese de Inspeção*, p. 625.

Apesar de na safra arremeterem-se mais trabalhadores, aqueles que ganhavam acima de 03 salários mínimos quase não se altera. Aqueles com os maiores salários, acima de 05 mínimos, parecem ser os funcionários permanentes da empresa, pois, não há mudança nos ganhos durante a safra ou a entressafra.

Pelo quadro, durante a colheita ocorreu o aumento de 307 obreiros que recebiam até 05 salários mínimos e o aumento de 370 no total. Aqueles que trabalhavam na administração, usina e laboratório, eram considerados trabalhadores da indústria e tinham a base salarial correspondente, já os cortadores de cana eram considerados rurais, tendo a base salarial rural (menor). Os salários eram pagos por produção (no campo) ou diária, conforme a função exercida.

<sup>192</sup> MPT, ICP n° 001/ 1994, *DEBRASA – Sistema de Mão de Obra*, p. 492.

<sup>193</sup> MPT, ICP n° 001/ 1994, *Relatório Síntese de Inspeção*, p. 622.

<sup>194</sup> MPT, ICP n° 001/ 1994, *DEBRASA – Sistema de Mão de Obra*, p. 493.

<sup>195</sup> MPT, ICP n° 001/ 1994, *Crianças carvoeiras são alvos de cadastramento*, p. 695.

Independente do extenuante esforço de alguns para ganhar um pouco a mais, vimos que os salários maiores eram pagos aos funcionários permanentes, ao contrário do temporário. Na Passa Tempo a diária correspondia ao valor de R\$ 2,18 (dois reais e dezoito centavos). Nem todas as empresas dispunham de tabelamento dos valores dos serviços prestados. Um cortador de cana relata que, “a pessoa precisa ser muito boa para ganhar R\$ 100,00 no final do mês”<sup>196</sup>, ou seja, o valor do salário mínimo naquele ano. “Maucir Pauleti, do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), calcula que o trabalhador precisaria cortar de 250 a 300 metros por dia”<sup>197</sup>, para ganhar um salário que atendesse as necessidades imediatas.

Notamos a incompatibilidade entre os valores recebidos e a jornada realizada. Para Antunes, “trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a da *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*”<sup>198</sup>. Este assunto será mais detalhado no próximo capítulo.

As dificuldades alimentares e de bens materiais transformaram as reservas em *estoque* de mão de obra<sup>199</sup>. Os índios, os migrantes e as crianças compunham a mão de obra mais barata e exerciam os serviços mais pesados<sup>200</sup>.

No período analisado sobre as usinas de cana, as carvoarias também compunham o cenário das más condições no ambiente de trabalho. Em uma dessas empresas na cidade de Ribas do Rio Pardo–MS houve sistemáticas denúncias de doenças advindas da água consumida pelos trabalhadores. A água não tinha qualquer tratamento, provinha de um córrego e era depositada em caixas de alvenaria, no chão, descobertas, utilizada pelas famílias que moravam nos alojamentos.

Com a inexistência de instalações sanitárias, as diarreias eram frequentes<sup>201</sup>. A consulta médica e os atestados não eram recebidos de bom grado, pois, “o trabalhador pode ir ao médico uma vez. Na segunda vez é dispensado da empresa”<sup>202</sup>. Aqueles com atestado médico tinham os dias não trabalhados descontados na folha de pagamento.

---

<sup>196</sup> MPT, ICP n° 002/1994, *Remuneração em usina de Aparecida do Taboado é uma das mais baixas*, p. 62.

<sup>197</sup> MPT, ICP n° 002/1994, *Remuneração em usina de Aparecida do Taboado é uma das mais baixas*, p. 62.

<sup>198</sup> ANTUNES, R., *Os sentidos do trabalho*, p. 3, grifo do autor.

<sup>199</sup> Segundo alguns autores, como Antonio Brand. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani*.

<sup>200</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Destilaria de Mato Grosso do Sul terá de pagar CR\$ 34 milhões por contratar irregularmente 1370 indígenas para trabalho temporário em carvoarias*, p. 139.

<sup>201</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Relatório técnico*, p. 32.

<sup>202</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Relatório de viagem*, p. 27.

Ainda que a maior parte dos contratos na década de 1980 tenham se dado de forma verbal e informal, na década seguinte (1990) aumentaram os contratos formalizados pelo órgão responsável pela política indigenista oficial, “estes trazem duas características importantes: a duração, que é de 50 a 60 dias seguidos, e o número de pessoas envolvidas em cada contrato, que fecha em média, com 50 a 70 pessoas”<sup>203</sup>. A assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou o registro na DRT não eram realizados no ato da contratação, “os trabalhadores rurais indígenas constituíam um grupo extremamente à margem dos direitos trabalhistas”<sup>204</sup>.

### 2.3) O trabalho nas usinas

A instituição das aldeias indígenas significou a concentração territorial e a fragmentação das relações sociais, por isso a dependência da *changa*, que atingiu a maior parte dos grupos indígenas de MS. A demarcação de suas áreas era a maneira mais eficiente para explorar economicamente as terras onde antes habitavam os índios. Junto com a delimitação espacial, veio uma série de mudanças na estrutura social indígena:

Os grupos que vão para a reserva encontraram uma realidade que não se afina ao modo de organização tradicional. As reservas foram estabelecidas pelo SPI sem nenhuma preocupação sobre como, a partir dali, os indígenas garantiriam a própria existência, tanto física quanto cultural. Os Guarani e Kaiowá nunca tinham vivido, segundo seus costumes, organizados em um pequeno território, nas chamadas “aldeias”. Este espaço físico foi construído pelo discurso oficial e no sul de Mato Grosso do Sul implementado a partir da atuação do SPI como sendo “o lugar do índio”<sup>205</sup>.

Com pequenas porções de terras destinadas aos índios, todo o resto estava passível de usufruto pelos empreendimentos comerciais. Além disso, o controle da mão de obra indígena dentro das reservas seria mais eficiente, pois havia a intenção de integrar o índio à sociedade como força de trabalho. “Assim, foram estabelecidos os

---

<sup>203</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani*, p. 218.

<sup>204</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 71.

<sup>205</sup> CRESPE, A. C. *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*, p. 116.

postos indígenas com toda a estrutura já mencionada (casa do posto, escola, casa de máquinas, aberturas de estrada, etc.) e com seus limites e cercas”<sup>206</sup>.

Em diversas entrevistas realizadas na pesquisa de doutorado de Brand, os indígenas destacaram o impacto causado pelo trabalho nas usinas de cana, falaram sobre a diversidade de obtenção de alimentos em tempos remotos, depois, a pequena agricultura foi o que restou como possibilidade de subsistência.

E chegou-se no vicênio 1980/ 1990 no assalariamento nas destilarias, exclusivamente, a única forma de obter recursos financeiros. A base mais importante da interação com a sociedade externa é a relação de trabalho, então a transformação do cotidiano indígena está estritamente ligada a essa<sup>207</sup>.

Antes, interessa esclarecer que o termo *changa* ganhou outra conotação, deixou de ser o serviço para fora, temporário e esporádico (considerado desde os serviços realizados nas fazendas), e passou a designar um costume. É tido como um termo antigo, quando a carteira de trabalho ainda não era assinada, em contraste com a situação mais recente de estabilidade e regulamentação<sup>208</sup> das leis trabalhistas. O trabalho nas agroindústrias passou a ser parte integrante do grupo, “de certo modo estrutural e estruturante no cotidiano das aldeias, o que, por sua vez, pode ser reflexo de uma transformação mais ampla da utilização e da centralidade dessa força de trabalho no setor alcooleiro do estado”<sup>209</sup>.

Desse modo, concluímos que:

Por meio das variações do sentido atribuído a *Changa*, considera-se possível retirar uma certeza, ainda que provisoriamente: ao longo do processo de organização do trabalho indígena [...] no corte da cana desde 1980, sua formação desdobrou-se de tal modo que atualmente ele representa algo diverso daquilo que consistia “antigamente”, uma vez que passou a exercer cada vez mais um papel de central importância econômica e política para esse povo e deixou de ter uma continuidade direta com as relações de trabalho anteriores que caracterizavam a *Changa* nas fazendas. No entanto, essa atual configuração, justamente por consistir em um polo do processo, não pode ser desvinculada dele e possui, pois, relações históricas com as formas anteriores de trabalho fora das aldeias, dito de outra forma, com as modalidades de *Changa* e com o que se entende como “desenvolvimento” de Mato Grosso do Sul. O fato do emprego no

---

<sup>206</sup> CRESPE, A. C. *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*, p. 118-119.

<sup>207</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 22.

<sup>208</sup> PERINI DE ALMEIDA, C., *Da changa ao costume*, p. 2.

<sup>209</sup> PERINI DE ALMEIDA, C., *Da changa ao costume*, p. 8, grifo do autor.

corde da cana hoje ser entendido por alguns como *costume* e não reconhecido como *Changa* pode evidenciar essa transformação<sup>210</sup>.

No trabalho canavieiro, a *changa* passou a significar outra coisa, não semelhante ao serviço informal antigo, mas algo novo. Apesar de, inicialmente, constituir modalidade de atividade estranha à economia doméstica, transformou as relações no interior das aldeias.

O corte da cana foi a principal atividade desempenhada, mas havia ainda a capina, o arranque de colônias, a catação de bitucas, erradicação de brotos (as duas funções anteriores eram exercidas principalmente por crianças) e outros serviços pertinentes à lavoura canavieira, o corte dava-se na época da safra e os outros serviços na entressafra<sup>211</sup>. Durante o plantio e a colheita, os canavieiros eram contratados pelos intermediários (no caso dos índios pelo *cabeçante* e no dos nordestinos, pelos *gatos*) e não pela destilaria diretamente<sup>212</sup>. Não encontramos contratações realizadas diretamente pela empresa contratante.

As tarefas realizadas pelos índios nas destilarias se davam desde a primeira metade de 1980, porém, não há contrato de trabalho formal deste período, pois, “a década de 1980 transcorreu com a contratação verbal, passando, posteriormente, a ser efetivada por intermédio de ‘contratos de trabalho’ que, na verdade, se tratava de simples locação de mão de obra”<sup>213</sup> e mesmo estas eram frequentemente desrespeitadas. Tal contexto de informalidade pode explicar a primeira denúncia oficial envolvendo o setor sucroalcooleiro de MS pela Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, somente no ano de 1993<sup>214</sup>.

Os contratos mais antigos que tivemos acesso são do ano de 1986, estipulam as horas de trabalho diário, o período de permanência no ambiente das atividades (no caso dos índios, de 45 a 60 dias) e o salário a ser recebido (por produção), além dos adiantamentos. Não abordam questões como o trabalho de crianças e menores, as condições no ambiente usineiro e nem pactos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

---

<sup>210</sup> PERINI DE ALMEIDA, C., *Da changa ao costume*, p. 8, grifo do autor.

<sup>211</sup> MPT, ICP nº 001/94, *Contrato de trabalho 071/PIND/ 87*, p.79.

<sup>212</sup> MPT, ICP nº 001/1994, *Relatório síntese de inspeção*, p. 750.

<sup>213</sup> REZENDE, S. B. A., *Potencialidades de desenvolvimento local dos Kaiowá e dos Guarani cortadores de cana-de-açúcar da Aldeia Te‘Yikue*, p. 77.

<sup>214</sup> REZENDE, S. B. A., *Potencialidades de desenvolvimento local dos Kaiowá e dos Guarani cortadores de cana-de-açúcar da Aldeia Te‘Yikue*, p. 77.

Em outro contrato de período menos recuado, do ano de 1995, após as cláusulas principais, seguem as seguintes observações:

- a) Não será permitido em hipótese alguma incluir trabalhadores não-índios neste contrato, caso isto, venha a ocorrer o trabalhador será dispensado, e o custo de retorno ao local de origem do mesmo será por conta do cabeçante.
- b) É obrigatório o uso de equipamento de segurança fornecido pela Empresa.
- c) A remuneração do cabeçante de turma será a base de 12% sobre a produção total do grupo em seu comando.
- d) Diária de cozinheiro e ajudante de cozinha 6,50 por dia.
- e) Diária do zelador R\$ 4,50 por dia trabalhado.
- f) Atestado e chuva: diária de acordo com o salário mínimo.
- g) Falta sem justificativa: desconto diária de acordo com o salário mínimo, referente a alimentação.
- h) Menores de 14 anos: A empresa não permitirá em hipótese alguma o deslocamento de menores de 14 anos de idade para as dependências dela, no local de trabalho; caso isto venha a ocorrer o responsável pela turma (cabeçante) arcará com todos os custos de retorno à aldeia do menor, o que será feito assim que for constatada a irregularidade.
- i) Menores de 14 a 16 anos: Somente será permitida a presença destes menores, se os mesmos estiverem portando documentos de identidade de índio, para assim comprovarem que não são menores de 14 anos. Caso contrário as penalidades aos cabeçantes serão as mesmas do item (h).
- j) Limite de pessoas por contrato: fica limitado à quantidade máxima de 44 pessoas de acordo com a lotação dos ônibus e dos alojamentos. Caso seja constatado um número maior do estipulado as penalidades ao cabeçante será as mesmas do item (h) <sup>215</sup>.

Quase todos os itens designam os *cabeçantes* como responsáveis pelo descumprimento dos contratos. A delegação aos chefes de turma indígena tira boa parte dos encargos que deveriam ser cumpridos pela empresa. Uma das principais formas de entender a precarização do trabalho está na distância entre a empresa principal e o trabalhador, quanto maior, proporcionalmente tende ser a precariedade no ambiente de trabalho.

A contratação era feita nos postos indígenas, com a presença do representante da usina, cabeçante, cacique<sup>216</sup>, chefe de posto e em alguns casos, testemunhas. Conforme o depoimento do chefe do posto indígena Ipegue, em Aquidauana, consoante a citação abaixo:

---

<sup>215</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Contrato de locação de serviços*, p. 226, grifo do autor.

<sup>216</sup> Atualmente o cacique é chamado de capitão.

Um agenciador, normalmente empregado da destilaria comparece na aldeia, com documento comprovando autorização da empresa, entra em contato com o cacique, para formação de grupo de trabalho. São normalmente formados 5 grupos, cada qual com cerca de 45 a 50 índios, para trabalho durante 60 dias. São eleitos os cabeçantes, dentre eles, um para cada grupo. *Combinam as condições de trabalho, entre o cacique, os índios e o agenciador.* Procuram então o chefe do posto indígena para formalização do contrato. Os índios recebem uma quantia que chamam “adiantado” ficando esta com a família. Após 30 dias, novamente recebem mais alguma quantia, já pela produção que conseguiram e os que querem, mandam mais dinheiro para a família, por meio do cabeçante. Após 60 dias retornam à aldeia, permanecendo por cerca de 10 dias e quem quiser retornar efetua novo contrato<sup>217</sup>.

Dois pontos chamam a atenção durante a contratação. Primeiro, a quantidade de trabalhadores que se deslocavam de uma vez, de 225 a 250, contratados por uma só empresa, lembramos que naquele momento essa mão de obra era visada pela maioria das destilarias. O segundo fator (que também está relacionado com o primeiro) é a parte destacada na citação, não acreditamos que os índios eram consultados sobre as condições de trabalho antes de saírem e isso por três motivos: a quantidade deles, expectativa do primeiro trabalho e necessidade do serviço.

Basicamente, desenhava-se assim a saída em direção às usinas. Além dos serviços na lavoura, havia outros trabalhadores que acompanhavam e auxiliavam, “cada grupo leva um cozinheiro, um ajudante e um zelador que ganham por diária, da destilaria. A destilaria entrega os mantimentos e o próprio cozinheiro de cada grupo é quem faz as refeições”<sup>218</sup>. No período de permanência nos serviços, a ausência de índios (em maior quantidade homens) era enorme. As longas distâncias das usinas e o deslocamento por determinado tempo para locais desconhecidos, causava certa fragilidade emocional diante do novo.

O período que poderiam dedicar à reivindicação de terras tradicionais, os indígenas trabalhavam nas usinas, por isso as mobilizações ficavam prejudicadas com a saída expressiva de homens (dentre esses algumas lideranças) das aldeias.

Os *capitães* eram figuras que substituíam os caciques na intermediação entre indígenas e não-índios na administração das reservas, normalmente escolhidos dentre os índios, aquele mais próximo dos funcionários dos órgãos indigenistas oficiais,

---

<sup>217</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 213, grifo nosso.

<sup>218</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 213.

inversamente, mais distante da organização social, com a função de intermediar as relações entre os índios e a instituição indigenista<sup>219</sup>.

Com o tempo e as mudanças ocorridas no interior das reservas, o *capitão* passa a ser uma espécie de líder e representante, ao mesmo tempo, na e da organização indígena. E isso trouxe como consequência a mudança da base de legitimação da liderança, outrora baseada na oratória e no convencimento, depois a coerção começou a fazer parte do cotidiano. “Com uma forma de atuação diferente das lideranças tradicionais, muitos capitães passaram a atuar dentro das reservas como uma espécie de polícia indígena, fazendo uso de uma postura agressiva e recorrendo a violência como forma de punição”<sup>220</sup>. Disso surge um novo conflito, entre os líderes mais antigos (princípios praticados até então) e a nova liderança (valores trazidos de fora).

Brand enfatiza que “para manter a harmonia entre os casais e a própria comunidade, o costume era dar conselho. Certamente, com a saída continuada para os contratos e devido a grande população encontrada dentro das Reservas, parece, hoje, difícil manter esta prática”<sup>221</sup>. O autor destaca a informação de um cacique sobre o período de ausência dos homens:

*“tem casa que parece só dormitório mesmo. Tem algum que fica só na changa. Chega, fica uns três dias e já volta por mais dois meses”. O impacto da ausência prolongada dos homens no dia-a-dia da família e das Reservas, durante os contratos, não se reflete apenas na diminuição das lavouras familiares, responsáveis pela fome de inúmeras famílias indígenas, mas, especialmente, na desintegração das famílias nucleares e no abandono da prática das rezas. É dramático o depoimento do velho cacique Jorge Paulo, constatando que agora “homem velho morreu, quase tudo é solteiro (...), casa (...) e amanhã já vai embora 60 dias [contrato] e volta do mesmo jeito (...), dois, três dias vem patrão atrás dele. Já leva outra vez 60, 70, 40 [dias] (...) ficam só a viúva”<sup>222</sup>.*

Podemos aludir que a falta dos homens na reserva diminuiu a produção agrícola interna, conseqüentemente há a fome, o abandono da família (inclusive dos filhos menores) e a *quebra* dos vínculos étnicos (prática da reza e festas coletivas). Segundo

---

<sup>219</sup> FERREIRA, E. M. L., *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*.

<sup>220</sup> CRESPE, A. C. *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*, p. 121.

<sup>221</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani*, p. 216.

<sup>222</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani*, p. 218, grifo do autor.

Brand, foi comprovado que nas aldeias nas quais o assalariamento sistemático não aconteceu, a separação dos casais e o abandono dos filhos eram reduzidos<sup>223</sup>.

Nas aldeias, durante a saída dos trabalhadores, ficavam, sobretudo, as crianças, as mulheres e seus pais, que auxiliavam nas despesas com o dinheiro da aposentadoria. O adiantamento do salário recebido pelo índio canavieiro era insuficiente para cobrir os gastos até o seu retorno, então, recaía sobre as mulheres a responsabilidade de cuidar dos filhos durante o período de ausência dos companheiros.

Nos contratos firmados, não havia o registro de crianças que se deslocavam junto com os mais velhos, entretanto, grande quantidade de crianças e jovens de 15 a 18 anos acompanhavam os adultos às usinas. Não encontramos a idade mínima para exercer as atividades canavieiras, sabendo-se que era frequente encontrar menores nos canaviais exercendo a mesma função dos adultos.

Em visita as destilarias de MS, o responsável pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) constatou a presença de indígenas com idades de 9 e 14 anos que exerciam carga horária de trabalho de 8 a 12 horas diárias em atividades insalubres<sup>224</sup>. A média da faixa etária era de 12 e 13 anos de idade, faziam o mesmo serviço dos adultos e recebiam a metade deles<sup>225</sup>. Quando os órgãos fiscais realizavam visitas de inspeção nas usinas, as crianças eram orientadas a esconderem-se nos canaviais para evitar multas à empresa, durante uma das visitas, uma criança foi encontrada perdida no canavial.

A falsificação dos documentos de identidade era a artimanha usada para os menores ingressarem nas usinas, normalmente com o consentimento do chefe de turma. Sobre isso:

Segundo o capitão de Caarapó: “É difícil negar. Ele [menor] quer ir e diz que não tem sapato, roupa, não tem comida e os pais dele não têm nada. Ai fica difícil não levar”. Por esta razão, segundo o mesmo informante, os menores recorrem a diversas estratégias para driblar a proibição legal. Alteram suas idades ou buscam deslocar-se clandestinamente até as destilarias<sup>226</sup>.

Os funcionários das destilarias responsáveis pela contratação não conferiam *in loco* cada um que adentrava ao estabelecimento para trabalhar, isso também contribuía

---

<sup>223</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani*, p. 215.

<sup>224</sup> MPT, ICP nº 001/ 1994, *FETAGRI denuncia destilarias a estrangeiro*, p. 145.

<sup>225</sup> MPT, ICP nº 001/ 1994, *Índios são 70% nas usinas de álcool*, p. 36.

<sup>226</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani*, p. 219, grifo do autor.

para a entrada dos menores. “Cerca de 40% dos índios [que trabalhavam nos canaviais] eram menores de dezoito anos (alguns com menos de 14 anos)”<sup>227</sup>.

A interação com os não-índios e seus costumes “impuseram” novas necessidades aos indígenas, principalmente de consumo, inclusive aos jovens que absorveram mais facilmente essas necessidades e as internalizaram<sup>228</sup>, este fator somado ao trabalho em grupo, levava os jovens a buscar o serviço temporário.

O resultado imediato foram as evasões escolares, que atingiram altos níveis. A falta de estímulos para permanecerem na sala de aula, tornava o serviço canavieiro interessante e uma entre as escassas fontes de renda.

Concordamos com Brand quando diz: “dos que se engajam em contratos, aproximadamente 40% são jovens de 16 a 18 anos, e outros 40% de jovens casados. Apenas 20% seriam trabalhadores já de mais idade”<sup>229</sup>. Outro fator principal que estimulava os jovens a buscarem os serviços na cana-de-açúcar estava atrelado à especificidade étnica. O casamento era o ponto inicial de um grupo econômico indígena, responsável pela sua própria subsistência<sup>230</sup>, e as despesas financeiras eram assumidas pelo parceiro. Além disso, aquele que assumia contrato era considerado imbuído de certa responsabilidade e tratado de forma diferente, como pessoa adulta.

Havia outro ponto de estímulo da etnicidade kaiowá e guarani que facilitava a saída para os contratos. Desde o transporte, passando pelos alojamentos e pelo trabalho na cana, tudo era realizado coletivamente, neste sentido, acompanhado de forte caráter lúdico, apesar da dureza da tarefa de cortar cana<sup>231</sup>.

O vínculo coletivo firmado nos serviços fora das aldeias resgatava o trabalho coletivo de outrora. A animação para o trabalho consistia no desejo individual e coletivo “de tão intensamente pessoal quanto social, o trabalho era, a um só tempo, produtor e produto de relações sociais prazerosas”<sup>232</sup>, criadas e mantidas vivas em um tempo que elas já estavam quase extintas.

Em sentido inverso, havia informações da supressão dos momentos de descanso dos índios, com isso as empresas lucravam mais, pois a produção aumentava sem gastos

---

<sup>227</sup> MPT, ICP nº 001/1994, *Relatório de fiscalização*, p. 161.

<sup>228</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 45.

<sup>229</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani*, p. 216-217.

<sup>230</sup> CATAFESTO DE SOUZA, J. O., *O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais*, p. 228.

<sup>231</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani*, p. 220.

<sup>232</sup> OVERING, J., *A estética da produção*, p. 15-16.

adicionais, também não havia encargos sociais<sup>233</sup>. Havia relatos de casos extremos, como da destilaria de álcool RS, em que “nenhum lazer, nenhum dia de descanso, alimentação precária, atendimento médico deficiente. O valor do álcool produzido por dia é de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros, já descontados os impostos. A soma mensal era de 54 bilhões”<sup>234</sup>. É provável que a extinção dos benefícios dos trabalhadores tenha sido uma alternativa para o aumento da produção, ou pelo contrário, este crescimento seja o motivo da eliminação dos benefícios.

Quando os descontos eram efetuados com o conhecimento dos operários, normalmente estavam em desacordo com as leis regulamentadoras. “São efetuados descontos de: alimentação, moradia, colchão, botas, faltas no trabalho. Alguns trabalhadores do campo afirmaram que mesmo de posse de atestado médico o dia é descontado”<sup>235</sup>. Foram constatados abatimentos pela empreiteira denominada Serviços Rurais de Lavoura (SERUL) – localizada na cidade de Rio Brilhante – e também por aluguel em moradias, com até quatro famílias morando na mesma residência.

A principal liderança dentro das aldeias quando da contratação pelas destilarias eram os caciques, eles que indicavam quem seriam os chefes de turmas (na falta destes), as indicações estavam pautadas pela proximidade familiar (normalmente um parente) e afinidades políticas,

Quando não existe uma pessoa de contato nas Reservas, como um cabeçante, as usinas que necessitam de trabalhadores para o corte de cana ou trato da lavoura da cana entram em contato com o cacique da aldeia solicitando trabalhadores para a usina. O cacique da aldeia contatada indica um indígena para ser “cabeçante”. Nesse caso, pode ocorrer do cacique valer-se de seu poder local para indicar alguém pertencente a sua facção política ou grupo familiar. Todavia, como são décadas de trabalho nas usinas, geralmente os cabeçantes são retirados do próprio grupo de trabalhadores ou de uma pessoa de *referência* para o grupo. Além de ser um mérito do trabalho e do exercício da função de cortador de cana, na elevação de cortador para a função de “cabeçante” tem sido muito importante a relação de confiança e amizade com seu superior imediato nas usinas, os Fiscais<sup>236</sup>.

A designação a cabeçante dependia primeiramente da proximidade e afinidade política com a liderança da reserva a qual pertencia, depois, o bom relacionamento com os fiscais das empresas, a indicação dos fiscais também tinha significativa importância

---

<sup>233</sup> MPT, ICP nº 001/1994, *Índios Guarani no Brasil trabalham em condições semi-escravas*, p. 132.

<sup>234</sup> MPT, ICP nº 002/1994, *Relatório de visitas*, p. 47.

<sup>235</sup> MPT, ICP nº 001/1994, *Intermediários apontados como responsáveis*, p. 148.

<sup>236</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 97, grifo do autor.

na escolha perante a empresa. Pelas peculiaridades da função e os ganhos a mais, a elevação a chefe de turma era considerado uma ascensão para o cortador de cana. Os cabeçantes eram considerados coordenadores dos indígenas pelas empresas.

Antes dos chefes de turmas indígenas, havia entre as usinas e índios a figura do empreiteiro, indivíduo não-índio cuja motivação para suas atividades se concentrava nos ganhos adicionais, visto pelas comunidades como *de fora*, representação do patrão, estranho ao grupo. Quando conheceram o trabalho indígena, as usinas passaram a negociar diretamente com eles, “sem que se dispensasse a figura de um líder para a equipe de trabalho. Na relação entre índios e usinas desaparece a figura do empreiteiro e surge a figura do ‘cabeçante’”<sup>237</sup>.

Assim, o *cabeçante* constitui uma das características da mão de obra indígena,

A substituição do empreiteiro pelo “cabeçante” demonstra uma das especificidades nas relações de trabalho indígena, ou seja, da etnicidade na construção do campo das relações de trabalho agroindustriais onde aparece (numa posição ambígua) como representante dos indígenas e da usina ao mesmo tempo. Geralmente os primeiros cabeçantes foram aqueles que já possuíam experiências na liderança de equipes de trabalho, domínio da escrita, capacidade de negociação e reconhecido como líder diante de determinado espaço<sup>238</sup>.

Os *cabeçantes* eram responsáveis pelas turmas formadas, a ele eram encaminhados todos os holerites, recebiam de duas a três vezes a mais que os outros índios pela função, além de uma antecipação de 50% do salário do mês, meio salário mínimo<sup>239</sup>. Tal figura seria mais interessante às empresas que aos trabalhadores, pois a ele era transferida parcela de suas responsabilidades (que, frequentemente, respondiam de maneira autoritária, às exigências que lhes chegavam).

As responsabilidades a mais que assumiam os líderes de turma na saída dos índios das reservas, não os isentavam de agir maliciosamente a fim de obterem ganhos extras:

As destilarias Debrasa, Maracaju, Sonora, Passa Tempo, Naviraí, Nova Andradina e Santa Helena têm um entreposto de venda de mercadorias, na realidade, uma espécie de convênio com as destilarias, mas quem vende os produtos, é o cabeçante ou o empreiteiro, por preço excessivo. Chamam de mercadinho ambulante,

---

<sup>237</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 68.

<sup>238</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 68-69.

<sup>239</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 173.

montado em um caminhão itinerante, que é dirigido pelo cabeçante ou empreiteiro<sup>240</sup>.

As destilarias aproveitavam-se das maiores distâncias entre as usinas e as mercearias ou vendas mais próximas, dispunham de um caminhão com produtos acima do preço, assim, havia a contração de dívidas (em alguns casos impagáveis) na aquisição de produtos superfaturados. Nesse momento se estabelecia a face nítida e perceptível da dívida injusta por parte dos trabalhadores.

Os chefes de turmas são importantes até os dias atuais para o índio conseguir um serviço: “em alguns acampamentos [de índios], como os localizados nas margens das rodovias, os homens tem mais dificuldade de acessar um *cabeçante*. O não acesso ao trabalho torna a situação em muitas áreas ainda mais precária”<sup>241</sup>. Aqueles que não habitavam as reservas esbarravam no empecilho de não serem contratos para os serviços temporários por falta de um intermediador direto (leia-se *cabeçante*).

Além dos chefes de turmas, os caciques também recebiam uma porcentagem pela negociação, “enquanto intermediários diretos, as lideranças de cada reserva recebem 20% sobre o total dos adiantamentos pagos no momento da saída dos trabalhadores para os contratos”<sup>242</sup>. Em tempos recentes, os *capitães* vêm assumindo cada vez mais o papel de *cabeçantes*.

Quando se intensificou a partida dos indígenas para as usinas, a FUNAI direcionou sua atuação na gestão e no controle da força de trabalho, sem impedir os excessos. Após algum tempo o órgão deixou de fiscalizar a saída e entrada como fazia, justamente nesse momento houve a maior circulação de trabalhadores nas aldeias. A assinatura dos contratos pelo administrador da FUNAI representava apenas simbolicamente a tutela da instituição<sup>243</sup>, mas ela não deixou de acompanhar o momento da contratação da mão de obra, principalmente com as usinas sucroalcooleiras.

O administrador da instituição oficial indigenista alegava a importância do serviço dos índios nas destilarias porque não havia recursos suficientes da instituição para alimentá-los<sup>244</sup>. Vimos que os meios de subsistência nas reservas eram escassos.

---

<sup>240</sup> MPT, ICP 001/1995, *Termo de depoimento*, p. 300.

<sup>241</sup> CRESPE, A. C. *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*, p. 245.

<sup>242</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guaraní*, p. 236.

<sup>243</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 69-70.

<sup>244</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Intermediários apontados como responsáveis*, p. 148.

Eventualmente, o órgão reconhecia a fiscalização das condições de trabalho como essencial, como forma de evitar fraudes nos pactos trabalhistas. Em circular interna do administrador regional para o responsável pelo posto indígena da Aldeinha em Anastácio-MS, explicita-se as seguintes exigências:

Face às irregularidades constatadas pela Comissão de Fiscalização Trabalhista, no cumprimento dos Contratos de Trabalho firmados entre trabalhadores indígenas e destilarias de álcool em vários municípios deste estado, onde as condições de trabalho oferecidas não estão dentro dos padrões exigidos por lei, determinamos aos senhores chefes de PIN's [postos indígenas], maior rigor no acompanhamento no ato de assinatura dos referidos contratos<sup>245</sup>.

No valor pago aos trabalhadores, havia um desconto de 10% destinado à instituição tutelar, chamado de *taxa comunitária*. O “referido valor é usado pela FUNAI na compra de remédios e combustíveis para locomoção das viaturas. Esse dinheiro é usado para o caso de algum índio fique doente ou por qualquer motivo que tenha que retornar à aldeia. Quem recebe é o chefe do posto”<sup>246</sup>. A taxa recolhida não era suficiente para sanar todas as despesas. A falta de recursos contribuiu para a deficiente tutela dos índios, por parte dos órgãos públicos.

O *adiantado* que todos recebiam no momento da saída era deixado com os familiares que permaneciam nas reservas. Constituíam-se numa parte do salário, por volta de 20% do valor total (baseado nos ganhos dos trabalhadores da safra anterior). Após o término do contrato, de volta as aldeias, os trabalhadores recebiam a outra parte do pecúlio.

Os documentos dos trabalhadores eram retidos pelos cabeçantes quando pagavam o valor antecipado, para evitar a fuga de quem estava com o dinheiro em mãos, e era entregue somente no local de trabalho<sup>247</sup>. Em contrato do ano de 1995, os valores dos adiantamentos pagos eram de R\$ 70,00 para os cortadores de cana e R\$ 140,00 para os *cabeçantes*.

Outro ponto interessante sobre o pagamento adiantado é que:

Caso o trabalhador, com o adiantamento em mãos, não se destinasse à usina – golpe conhecido como “*nó*” ou “*cano*” – isso implicava na desvalorização moral diante do seu empregador, do cabeçante e diante

<sup>245</sup> FUNAI, *Circular n° 013/ GAB/ ADR/ MS*, Campo Grande, 20 ago. 1993.

<sup>246</sup> MP, ICP n° 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 218.

<sup>247</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani*, p. 221.

de seus colegas de turma, fato extremamente ruim para quem frequentemente necessitava dos trabalhos esporádicos das usinas<sup>248</sup>.

Podemos entender o adiantamento de forma dual. Ou como método de manter o trabalhador preso ao contrato e devedor de serviço antes mesmo de chegar ao local de trabalho, ou um incentivo financeiro aos obreiros. A retenção dos documentos pessoais para evitar a evasão do indígena, pode sinalizar que os serviços nos canaviais não eram bem vindos, em contra partida, o dinheiro adiantado sim. O ganho antecipado trazia certa expectativa àquele que saía em contrato e a seus dependentes.

Como parâmetro ilustrativo dos ganhos por atividades desempenhadas, dispomos a tabela abaixo.

**Tabela 1:** Preços dos serviços rurais, em reais, da usina Santa Helena, no ano de 1996.

Salário mínimo	100,00
Diária mínima	3,34
Diária de atestado médico	3,34
Diárias em serviços diversos	5,50
Valor diária/ hora	0,69
Diária de cozinheiro	7,32
Diária de ajudante de cozinha	6,10
Diária de zelador de alojamento	5,14
Gratificação de caminhão descarregado por turma	7,00

Fonte: MPT, ICP n° 001/1994, *plano de assistência social*, p. 742.

É importante esclarecer que havia uma padronização nos valores pagos, isto é, não variavam demasiado de uma usina para outra, quando isso acontecia, havia indícios de rebaixamento dos pagamentos.

As diárias, com valores muito baixos, *obrigavam* os cortadores a esforçarem-se mais para alcançarem maiores ganhos. Nessas circunstâncias, o tempo que o trabalhador estivesse dedicando-se a outros afazeres que não trabalhar, lhe dava a sensação de estar *perdendo dinheiro*.

Diante do exposto até aqui, passaremos a identificar no próximo capítulo as relações degradantes de trabalho a qual estavam incluídos os indígenas. A desumanização praticada contra os trabalhadores e a condição de escravos dos

<sup>248</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 72, grifo do autor.

canavieiros, além das motivações para retornarem aos canaviais, após findos os contratos de trabalho.

### CAPÍTULO III: O TRABALHO DEGRADANTE

As agroindústrias sucroalcooleiras têm importância fundamental no Brasil, seja pela contribuição à indústria alimentícia, como elemento de destaque na política energética, pelo volume financeiro movimentado em suas atividades, ou por contribuir com o aumento dos postos de trabalho. Entretanto, na outra ponta, sempre contou com a exposição de mão de obra rural a condições degradantes nos tratos culturais canavieiros. “Este é o paradoxo dos dois mundos da sociedade contemporânea. O trabalho que produz esta enorme riqueza é o mesmo que mutila e pode matar os ‘Severinos’, que deixam suas terras em busca da sobrevivência individual e familiar”<sup>249</sup>.

Os agentes que historicamente compõem a mão de obra na canavicultura são: segmentos políticos em condição de dominação, as etnias, os grupos sociais expropriados da terra, os migrantes sem documentos, as mulheres, as crianças e grupos rurais<sup>250</sup>, todos guardam alguma característica em comum, são pobres e privados de condições adequadas para viverem, dentre elas o trabalho digno. Outros pontos comuns são: maioria homens, jovens e o baixo grau de escolaridade. No MS a mão de obra era formada majoritariamente por nordestinos e índios; além de guardarem as características anteriores, ainda possuem mais uma: o longo processo de expropriação de suas terras.

No setor sucroalcooleiro alguns efeitos colaterais são visíveis, as formas coercitivas extremadas de exploração do trabalhador, por exemplo, chegando por vezes a configurar uma situação de trabalho escravo<sup>251</sup>.

Desde 1960 já circulavam notícias na imprensa nacional com os termos: trabalho escravo, escravidão branca, aliciamento e venda de trabalhadores como mercadoria. Ao longo de 1970, os próprios trabalhadores escravizados (quando conseguiam fugir das amarras coercitivas) passaram a fazer as denúncias, além de seus parentes (quando tinham notícias do que acontecia) e organismos e membros de equipes religiosas<sup>252</sup>.

Na década de 1980, em Mato Grosso do Sul, algumas instituições denunciavam evidências de más condições de trabalho e trabalho escravo nas carvoarias e nas usinas de álcool do estado. Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), de Ribas do Rio Pardo, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), Ordem dos Advogados do

---

<sup>249</sup> SILVA, M. A.M., *A morte ronda os canaviais paulistas*, p. 23.

<sup>250</sup> ESTERCI, N., *Escravos da desigualdade*, p. 23.

<sup>251</sup> Utilizaremos o termo “trabalho escravo” e não “trabalho análogo à escravidão”, o que ficará esclarecido mais adiante.

<sup>252</sup> ESTERCI, N., *Escravos da desigualdade*.

Brasil (OAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dentre outras. Em alguns casos foi comprovada a existência de trabalho escravo e em outros não<sup>253</sup>. As denúncias de condições subumanas dos trabalhadores começaram nas regiões de Ribas do Rio Pardo e Água Clara<sup>254</sup>.

Nas usinas de cana, prevalecia a mão de obra dos povos Terena, Guarani e Kaiowá (divididos nas quatorze aldeias do estado), além de nordestinos e índios kaingang, vindos do Paraná. Havia também trabalhadores canavieiros que embarcavam junto com os índios do Paraná, estes eram contratados como se índios fossem, chegavam às usinas, trabalhavam e permaneciam nas mesmas instalações, o que era considerado prejudicial aos índios.

Os indígenas de Dourados realizavam serviços em outras unidades sucroalcooleiras (além da Passa Tempo), na NOVAGRO, em Nova Alvorada do Sul, COOPERNAVI em Naviraí e na DEBRASA em Brasilândia, esta última considerada a maior naquele momento, com o maior número de índios e também de denúncias comprovadas de violência e trabalho escravo.

Desde a implantação da DEBRASA em Brasilândia, denúncias de trabalho degradante contra a empresa foram constantes, através da imprensa ou órgãos responsáveis pela fiscalização das condições de trabalho. Os índios estavam presente ali em grande contingente.

Do lado do Estado, no período de 20 anos (1980 a 2000) houve um relativo *abandono* por parte dos órgãos e especialmente da FUNAI, os índios ficaram a mercê das condições degradantes nos canaviais<sup>255</sup>. Por parte da sociedade civil, neste vicênio, houve intensa mobilização para garantir os direitos humanos das minorias no país.

Mas há uma dimensão importante que poderíamos entender da seguinte forma: “tenhamos em mente que, embora o fenômeno da globalização seja tido como o que há de mais moderno em termos de relações de produção e troca, em Mato Grosso do Sul perduram relações antigas”<sup>256</sup> e escravistas de produção.

Agora, preocupa-nos entender qual era a real condição que se encontravam os índios no interior dos canaviais, posto que houveram inúmeras notícias de formas

---

<sup>253</sup> MARTINS, J. S., A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: CPT (org.), *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*, p. 130.

<sup>254</sup> MPT, ICP 001/1994, MS é destaque na CPI da escravidão, p. 130.

<sup>255</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 56.

<sup>256</sup> Texto elaborado em regime de mutirão por membros da Comissão e da Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul, Ação conjunta no Mato Grosso do Sul, p. 227. In: CPT (org.). *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

degradantes e escravistas. Antes, discutiremos o termo *desumanização* e o de *campo de concentração*, por entendermos que a escravidão é uma forma extrema de desumanização e aflora em locais específicos, onde a exceção torna-se a regra ou esta é substituída por outra.

É importante enfatizar que a aplicação do Estatuto do Índio (1973), dentre outras formas de atuação estatal, procurava *integrá-lo* à sociedade nacional através da via camponesa, na área rural. O trabalho no setor primário, dentro da estrutura capitalista, é considerado subalternizado, por isso é compreensível a maior permanência dos índios neste setor econômico e os canaviais como o local por excelência dessa atividade em 1980 e 1990 em MS, haja vista a necessidade de maior produção de álcool para o país nesse período, visto que as áreas tradicionais de plantação da cana estavam escasseando, como argumentamos no primeiro capítulo.

### 3.1) A desumanização

Para falarmos de desumanização, começaremos com o conceito de despersonalização utilizado por Tzvetan Todorov na obra *Em face do extremo* (1995). Nela o autor faz uma pesquisa dos testemunhos de sobreviventes dos campos de concentração dos regimes totalitários: nazista e comunista, respectivamente na Alemanha e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). As lições morais que se pode tirar das experiências vividas naqueles locais, que chegaram ao ponto extremo da maldade contra o outro, é a preocupação norteadora do livro. Ele analisa as formas de despersonalização do indivíduo e sua consequente desumanização.

Observa-se que o impulso aniquilador ou as violências perpetradas ao outro, não são intrínsecas ao ser humano, mas afloram dadas as condições de *fragmentação do mundo e despersonalização das relações humanas*. Ele considera que não é somente em situações extremas que há atos extremados. A banalidade do mal está na sociedade e não nos indivíduos que a compõem, no lugar da análise individual, entra a social.

Afirma o autor: “o que me interessa, mais uma vez, é o enraizamento banal dos atos excepcionais, as atitudes cotidianas que poderiam fazer de nós uns ‘monstros’, se tivéssemos de trabalhar em um campo de concentração”<sup>257</sup>. Ele busca no limite do mal a compreensão das praticas violentas do dia-dia.

---

<sup>257</sup> TODOROV, T. *Em face ao extremo*, p. 176.

Todorov entende que os responsáveis por brutalidades, por sua vez, não são monstros dispostos a aniquilar qualquer um por sua livre vontade, ao contrário, apesar da desumanidade dos crimes, “esses seres ordinários cometeram atos extraordinários”<sup>258</sup> influenciados pelo contexto em que se encontravam.

O autor chega a seguinte conclusão:

O que tornou possível esse mal imenso foram as características absolutamente comuns e cotidianas de nossa vida: *a fragmentação do mundo e a despersonalização das relações humanas*. Essas características em si mesmas, no entanto, são produto de uma transformação progressiva, não exatamente do homem, mas de suas sociedades: a fragmentação interior é produto da especialização crescente que reina no mundo do trabalho, portanto, de sua compartimentalização inevitável; a despersonalização provém de uma transferência do pensamento instrumental para o domínio das relações humanas. Em outras palavras, aquilo que é próprio das atividades teleológicas (especialização, eficácia) apodera-se também das atividades intersubjetivas e é isso que multiplica por mil um potencial de mal provavelmente não muito diferente do dos séculos passados<sup>259</sup>.

A visão fragmentada da vida e a lógica racional transferida ao mundo da subjetividade humana ressaltam a desumanização. Como resultado, temos a violência que vê no outro um meio para se conseguir determinados fins, e somente isso.

Prossegue o autor e afirma que:

É nesse sentido que se pode responsabilizar pelos campos a nossa civilização industrial e tecnológica: não porque meios industriais particulares sejam necessários para perpetrar os assassinatos em massa e provocar infinitos sofrimentos (na Alemanha não se foi muito mais longe do que o uso da pólvora, do veneno e do fogo; a Rússia, mais pobre, matou, sobretudo pelo frio, pela fome e pelas doenças que eles provocam), mas porque uma mentalidade “tecnológica” invade *também* o mundo humano essa evolução é trágica, pois não se pode supor que cesse: a tendência à especialização e à eficácia está inscrita na nossa história, portanto, seu efeito nefasto sobre o mundo propriamente humano é incontestável<sup>260</sup>.

Guardada as devidas peculiaridades e proporções, a reflexão do autor sobre a maldade e seus agentes, portanto, pode ser identificável em alguns empreendimentos comerciais que submetem a máxima pressão os trabalhadores para tirar deles aquilo que se quer, no caso das unidades sucroalcooleiras, entendemos ser a lucratividade.

---

<sup>258</sup> TODOROV, T. *Em face ao extremo*, p. 174.

<sup>259</sup> TODOROV, T. *Em face ao extremo*, p. 329, grifo nosso.

<sup>260</sup> TODOROV, T. *Em face ao extremo*, p. 329, grifo do autor.

Outro pensador importante para esta análise é Giorgio Agamben, citaremos seu pensamento através de autores nacionais que o estudam. As contribuições dele podem ser compreendidas com relação ao que diz sobre o campo de concentração. Considera-o como um espaço geográfico ou demográfico em que a regra jurídica do Estado moderno é desconsiderada e em seu lugar passa a vigorar outra. “Quando se realiza a suspensão total ou parcial dos direitos sobre a vida de algumas pessoas, elas automaticamente passam a viver num espaço em que a exceção se torna sua norma de vida”<sup>261</sup>. Nesse sentido o autor entende que o campo de concentração passou a representar a política moderna.

Este autor teve influência dos escritos de Walter Benjamin, então também faremos uso das ideias deste último, esporadicamente, interpretadas pelo filósofo Reyes Mate, para esclarecer alguns pontos adiante.

Agamben faz uma genealogia dos campos de concentração e constata que o “nascimento” da escravidão, é concomitante aos Estados modernos, e a senzala é a sua representação. A política estatal moderna foi responsável pela “comercialização” de vidas humanas por mais de três séculos. Afirma que a exceção da regra jurídica institucional do campo moderno começam com as reservas indígenas, criadas durante o século XVIII nos Estados Unidos. A delimitação espacial e a segregação social tornaram os viventes daquelas localidades plenamente vulneráveis:

Então teremos que admitir que encontramos-nos potencialmente em presença de um campo sempre que tal estrutura é criada, independentemente da natureza dos crimes ali cometidos, e quaisquer que sejam sua designação e a topografia que lhe é própria [...]. Em todos esses casos, há um lugar de aparente anódino que efetivamente circunscreve um espaço no qual o ordenamento normal está de fato suspenso, e onde não depende da lei se lá são cometidas atrocidades ou não, mas unicamente da decência e do entendimento ético da polícia, que age temporariamente como soberano [...]. Creio que podemos acrescentar que o mesmo vale para o que ocorre em nossas prisões, favelas, assim como nas periferias de nossas capitais mais ricas e desenvolvidas<sup>262</sup>.

A atualidade e valia do pensamento dele está na lógica de delimitação espacial de imposição dos indivíduos em determinados espaços, locais em que as regras instituídas juridicamente são plenamente violadas ou substituídas por outras (na

---

<sup>261</sup> RUIZ, C. B., O campo como paradigma biopolítico moderno. In: *Cadernos IHU em formação*, p. 18.

<sup>262</sup> GIACOIA JUNIOR, O., O que resta de Auschwitz e os paradoxos da biopolítica em nosso tempo. In: *Cadernos IHU em formação*, p. 71.

ausência de regras, teríamos o caos, nesse sentido a substituição por outras regras). O trabalho no interior do canavial aqui analisado será entendido como local de extrema violação da humanidade. E vide que os índios que ali trabalhavam, vinham de outro espaço onde a exceção era plena, as reservas. “Sua forma de vida habitual é excepcional, isto é, eles vivem em um estado de exceção que é permanente”<sup>263</sup>.

Seria ingênuo achar que os fins dos estados de exceção e das agroindústrias são os mesmos (ou parecidos), absolutamente, mas as “tecnologias” aplicadas em ambos podem demonstrar aproximações, seja o idealismo ou o lucro o fim pretendido. Os seres humanos (ou sua desumanização) foram necessários (meios) para atingi-los.

Então, o que Todorov escreve é que o mal não é praticado somente em casos extremos, ou seja, nos campos de concentração, e o que Agamben esclarece é que estes mesmos campos podem tornar-se a regra em determinados contextos e espaços. O que os dois juntos ensinam é que os fatos não são transparentes, precisam ser interpretados para entendermos seus sentidos, além disso, podemos interpretá-los em situações e ambientes diferentes.

Utilizaremos nesse primeiro momento os conceitos de desumanização e estado de exceção para falarmos do ambiente canavieiro<sup>264</sup>. Sabemos que as lavouras canavieiras não foram inventadas com o fito de violentar os seres humanos que ali realizavam alguma tarefa, mas os mecanismos utilizados para tirar o máximo de esforço do canavieiro, fizeram com que se tornassem locais com características afins.

Na canavicultura este processo pode ser percebido pelas horas extenuantes de trabalho diárias, alimentação deficiente e insuficiente, desrespeito ou ausência das leis trabalhistas e folgas garantidas, precário ambiente de acomodação e higienização, falta de segurança física e psicológica do trabalhador e o não pagamento dos salários (ou quando pagos, baixíssimos, além dos descontos maliciosamente efetuados: vide os preços excessivos cobrados nos comércios locais, os instrumentos de trabalho e outros), e a intermediação de indivíduos ou empresas entre trabalhadores e empresa principal (terceirização da mão de obra, comprovadamente elemento de precarização).

---

<sup>263</sup> MATE, R., *Meia noite na história*, p. 188.

<sup>264</sup> Falamos em ambiente, apesar de sabermos que são pessoas as responsáveis diretas pelas violências ali cometidas. Cabeçantes, gatos, seguranças ou mesmo os patrões poderiam ser a ilustração dos violentadores, mas havia toda a precarização que estava nos equipamentos utilizados para trabalhar, nas camas das acomodações, na alimentação deficiente, etc e isso está além dos indivíduos que se vê.

Algumas usinas do município de Rio Brillhante tem histórico de péssimas condições de trabalho, são elas: Usina Cachoeira, Usina Rio Brillhante e Usina Passa Tempo. Descreveremos sobre as três e especificamente a Passa Tempo.

Na destilaria Cachoeira, a mais antiga daquele município, foi constatado trabalho degradante e escravo, como segue:

Três trabalhadores fugiram das dependências da Destilaria Cachoeira em Nova Alvorada do Sul, alegando que recebiam valores ínfimos pelo trabalho exercido na empresa, disseram que a alimentação baseava-se em “pão velho e chá de capim”, caso não consumissem passavam fome. Contra a empresa pesavam outras denúncias e notificações da DRT<sup>265</sup>.

No ano de 1992, na mesma empresa, foram encontradas 235 pessoas trabalhando sob regime escravo<sup>266</sup>. Gradativamente as formas degradantes vieram à tona e entidades passaram a cobrar medidas governamentais, alguns trabalhadores “desapareceram” e outro foi encontrado morto por tiros de arma de fogo. Sobre este último fato, chama a atenção a declaração do gerente da empresa:

No auge da onda de protestos das entidades de direitos humanos contra o assassinato do trabalhador rural Cícero Caetano da Silva, morto com um tiro na cabeça, em frente ao portão da usina, [o gerente] chegou a sustentar a dois deputados estaduais que foram à empresa que a morte de um empregado seu foi “pouco”. “Podia ter morrido uns cinquenta”, disse impassível. Os deputados saíram dizendo que a Cachoeira era um “campo de concentração”<sup>267</sup>.

As violações da dignidade daqueles que exerciam alguma atividade ali foram sistematicamente efetivadas. Neste caso, observamos que a destituição da humanidade do individuo o torna passível de eliminação física. O ambiente de violência vem à tona com a morte de um trabalhador no interior de uma destilaria.

Em outra destilaria, DEBRASA (estávamos falando de usinas apenas de Rio Brillhante, mas como as condições se repetiam em outras, é válido abordar esta de Brasilândia), ignorou a aplicação das leis trabalhistas oficiais em suas dependências, e editou uma legislação própria em detrimento de qualquer outra<sup>268</sup>. Assim, “para que o

---

<sup>265</sup> MPT, ICP 001/94, *Usina Cachoeira alvo de novas denúncias*, p. 44.

<sup>266</sup> *Alagoanos reafirmam trabalho semi-escravo na usina Cachoeira*, Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

<sup>267</sup> *Imprensa é barrada na porta da usina*, Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

<sup>268</sup> MPT, ICP 001/1994, *Ministério Público do Trabalho*, p. 160.

estado de exceção funcione – isto é, para poder deixar uma parte da sociedade em um espaço sem lei – faz-se necessária a presença da lei. [Aqui se trata] de um sistema legal que possa ser para os oprimidos um estado permanente de exceção”<sup>269</sup>.

Na Passa Tempo, houve inúmeras acusações. Trabalhadores indígenas, crianças, mulheres ou homens, todos se encontravam em condições degradantes<sup>270</sup>.

Dentre as modalidades de serviço exercidas, existia a denominada “acero”:

Índios sem qualquer equipamento de proteção individual empurravam a cana para abrir caminho nas ruas estreitas, a fim de facilitar o trabalho dos cortadores. Outros, com pedaços de cana retorcidos, empurravam a palha acumulada, para que na hora da queima da plantação, realizada antes da poda, o fogo não se alastre para outro lado<sup>271</sup>.

Os equipamentos de proteção individuais não eram usados por dois motivos, ou porque eram cobrados dos trabalhadores no momento da aquisição e geravam dívida, ou pelo simples motivo de não serem oferecidos pelas empresas. “As destilarias não fornecem, a contento, os equipamentos de segurança. Os próprios índios reclamam disto”<sup>272</sup>. Ou mesmo há relutância por parte dos indígenas em usar equipamentos que não estavam acostumados fora das usinas.

Nessa empresa a mão de obra era intermediada, inicialmente, pelos chefes de turmas e aliciadores, e, posteriormente, também pela empresa SERUL, agenciadora dos nordestinos (pela documentação pesquisada, parece ser a primeira empresa a intermediar mão de obra para destilarias em MS)<sup>273</sup>. Mantinha acomodações aos trabalhadores que trazia do Nordeste em Rio Brilhante; os levava diariamente da área urbana até a usina, a partir das 5 horas até às 18 horas. Concordamos com a afirmação de que a existência de firmas e empreiteiras teria como finalidade *afastar* as destilarias de suas obrigações com os canavieiros<sup>274</sup> verificado na documentação analisada. São empregados sem empregadores.

Os cortadores e plantadores de cana contratados pelos intermediários e considerados rurais pelos mesmos, não se filiavam ao sindicato, já que por uma decisão judicial, a Federação dos Trabalhadores da Indústria (FTI), deveria representar todos os

---

<sup>269</sup> MATE, R., *Meia noite na história*, p. 194.

<sup>270</sup> MPT, ICP 001/1994, Relatório final de visita.

<sup>271</sup> MPT, ICP 001/1994, *Comissão autua 2 destilarias por más condições de trabalho*, p. 61.

<sup>272</sup> MPT, ICP 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 218.

<sup>273</sup> MPT, ICP 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 209.

<sup>274</sup> MPT, ICP 001/1994, *Denúncia dos trabalhadores canavieiros das destilarias no Mato Grosso do Sul*, p. 60.

empregados das destilarias, desde a área administrativa, industrial até a rural (esta abrangia 90% dos trabalhadores), sendo que esta federação estava ligada mais aos interesses da indústria e menos do campo<sup>275</sup>.

O que se somava a piora nas condições de trabalho era os intermediários:

A adoção de intermediários (pessoas ou firmas, clandestinas ou juridicamente reconhecidas) passaria a funcionar como um alibi para os verdadeiros empregadores. Associando a intermediação ao regime de remuneração por tarefa e valendo-se ainda de outros expedientes menores, os empregadores construíram os pilares de sua estratégia. Transferindo sua responsabilidade aos intermediários, negavam os vínculos empregatícios com os trabalhadores; por meio do regime de remuneração por tarefa, criaram as bases para uma perversa contabilidade de dívidas e saldos, já suficientemente denunciada e descrita e que continua em funcionamento<sup>276</sup>.

No campo o trabalho era pior que aquele industrial, mas ambos eram insalubres. Na área da indústria, a “jornada de trabalho de 12 horas, exaustiva por causa da dobra quinzenal”<sup>277</sup>, já no campo, os cortadores recebiam conforme o metro cortado por dia, e o valor podia variar de R\$ 0,37 (trinta e sete centavos) a 0,46 (quarenta e seis centavos). A variação dos valores pagos estava relacionada ao tipo e local de corte da cana. As gramíneas que estivessem próximas a estradas tinham um valor, no meio do canavial, outro, se “em pé” (plantas mais eretas) ou “deitada”, também variava. Os esforços exigidos para cortá-las eram igualmente diferenciados. Se o corte estivesse rendendo, o preço pago pela tonelada cortada diminuía<sup>278</sup>.

A quantia produzida diariamente dava-se a partir da “medição [da cana cortada] feita através de um compasso de madeira de 2 metros. O fiscal de campo media sozinho sem acompanhamento de nenhum ‘fiscal dos trabalhadores’”<sup>279</sup>. Os trabalhadores afirmavam que não estava sendo entregue o comprovante de produção diária (chamado de “pirulito” por eles)<sup>280</sup>, com ele seria possível comparar a produção e os ganhos baseados nela. Sem o “pirulito”, escapava ao trabalhador o salário baseado na sua produtividade.

Em época de chuva, quando o trabalho, necessariamente, era interrompido, pois a lama não permitia o deslocamento dos cortadores e o corte tornava-se impossível, a

---

<sup>275</sup> MPT, ICP 001/1994, *Relatório síntese de inspeção*, p. 750.

<sup>276</sup> ESTERCI, N., *Escravos da desigualdade*, p. 67.

<sup>277</sup> MPT, ICP 001/1994, Relatório final de visita, p. 29.

<sup>278</sup> MPT, ICP 001/1994, *Relatório síntese de inspeção*, p. 570.

<sup>279</sup> MPT, ICP n° 001/ 1994, *Relatório de visita*, p. 116.

<sup>280</sup> MPT, ICP n° 001/ 1994, *Relatório de visitas às destilarias de Mato Grosso do Sul*, p. 62.

destilaria não pagava os dias parados, sob o argumento de que os ganhos baseavam-se na produção.

O esforço realizado era decorrente da combinação do trabalho com a forma de pagamento. Com isso, aumentava a força física para compensar os dias não pagos. Além disso:

Condições alimentares insuficientes – causadas pelos baixos salários, do calor excessivo, do elevado consumo de energia, em virtude de ser um trabalho extremamente extenuante, a imposição da média, ou seja, da quantidade diária de cana cortada, cada vez mais crescente, tem sido o definidor do aumento da produtividade do trabalho [...]. Esta imposição atinge não somente os migrantes como também os trabalhadores locais. Por esta razão, estes capitais necessitam de mão-de-obra jovem, dotada de muita energia física, para o desempenho desta atividade. Assim, a rotatividade tornava-se muito alta, em virtude da reposição constante da força de trabalho, consumida durante o processo produtivo<sup>281</sup>.

Para os obreiros da área rural não havia interrupção para o almoço, este era feito no próprio local de trabalho<sup>282</sup>, apesar da existência de refeitórios (normalmente reservado aos funcionários da indústria), as refeições não eram realizadas ali, possivelmente porque o deslocamento até esses locais era entendido como “perda de tempo e/ ou de dinheiro”.

O horário das refeições dava-se entre 11 horas e 11 horas e 50 minutos<sup>283</sup>, numa média de 50 minutos à uma hora. O reduzido período de alimentação poderia estar atrelado a dois fatores principais: ou advinha da empresa, desconsiderando a legislação, ou a cobrança do próprio trabalhador, por entender que ao invés de estar descansando, poderia estar cortando a cana, pois os ganhos eram baseados na produção. Além da alimentação que era fria e insuficiente, composta de arroz, feijão e macarrão, às vezes carne bovina (repetida dia após dia)<sup>284</sup>.

O trabalho era penoso, porque muito pesado e realizado sob o sol quente, para conseguirem permanecer até o fim da jornada, os trabalhadores solicitaram que fosse concedido um lanche por volta das 14 horas, o que não foi atendido<sup>285</sup>. A proibição da

---

<sup>281</sup> SILVA, M. A. M., *A face oculta do trabalho*, p. 40-41.

<sup>282</sup> MPT, ICP 001/1994, Relatório final de visita, p. 29.

<sup>283</sup> MPT, ICP 001/ 1994, Relatório de visitas, p. 270.

<sup>284</sup> MPT, ICP 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 299.

<sup>285</sup> MPT, Representação n° 88/2007, *Relatório de inspeção*, p. 38.

parada para tomar a bebida conhecida como “tereré”<sup>286</sup> (duas vezes ao dia, pela manhã e à tarde) também causou insatisfação dos índios. O café da manhã “era só um chá [...] caso o trabalhador se recusasse a trabalhar às 12 horas diárias, teria cortadas as refeições e não teria acesso ao alojamento”<sup>287</sup>.

O corte da cana-de-açúcar consistia em envolver com um dos braços um feixe de cana, abaixar o tronco lateralmente e golpear com o podão a base dos colmos o mais rente ao solo possível para facilitar a rebrota (esta atividade exige total curvatura do corpo). Depois de cortados os feixes de cana, o trabalhador, com o auxílio do podão, ajeita os colmos e os levanta do solo, gira o corpo, curva-se e os deposita nas leiras (montes). “Para cortar 10 toneladas de cana, o trabalhador desfere quase 10 mil golpes”<sup>288</sup>.

Esses movimentos, ao serem repetidos ao longo de toda a jornada de trabalho tornavam-se automatizados e causavam sérios problemas de saúde. Havia ainda os trabalhadores chamados “formigueiros” e os “arranca colônia”, os primeiros responsáveis pela eliminação de formigueiros (incidência frequente por conta do açúcar da cana) e os segundos em arrancar o mato que crescia entre a cana.

Os talhões eram áreas plantadas sem medida específica, divididos em eitos, que significa terra de trabalho negro. No corte da cana, ainda persistia o vocabulário da escravidão<sup>289</sup>.

A intensa produtividade marcava as condições de trabalho, exigia-se cada vez mais: “no que tange à colheita da cana, durante a década de 1980, a *média* exigida era em torno de cinco a seis toneladas diárias; estes números passam para 10, durante os anos de 1990”<sup>290</sup>. E a exigência refletia-se nas horas trabalhadas, conforme se observa: “o empregador mantém em atividade há mais de 48 horas no corte e plantio da cana os empregados”<sup>291</sup>.

Sobre os critérios de aferição do montante de cana cortado, antes do corte um técnico recolhia amostras de cana e as pesava, daí saíam os valores correspondentes, mas apesar disso as canas não possuíam o mesmo peso e nem encontravam-se da

---

<sup>286</sup> Tereré é uma bebida de origem guarani, típica da região sul da América, feita com a infusão da erva-mate em água fria.

<sup>287</sup> MPT, ICP 002/ 1994, *Depoimento de João Sabino da Silva*, p. 309.

<sup>288</sup> SILVA, M. A. M., *A morte ronda os canaviais paulistas*, p. 13.

<sup>289</sup> REPORTER BRASIL (Org.), *O Brasil dos agrocombustíveis*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis/relatorio.php>>. Acessado em: 10 mar 2015.

<sup>290</sup> SILVA, M. A. M., *A face oculta do trabalho*, p. 46, grifo do autor.

<sup>291</sup> MPT, ICP 001/1994, *Relatório de visitas*, p. 268.

mesma forma no terreno e no momento do corte, ou seja, as dificuldades exigidas no corte da cana não eram consideradas<sup>292</sup>.

Também no plantio a energia dispendida era grande:

Esta tarefa combina o emprego de força de trabalho e meios mecânicos. Após o corte das mudas, as mesmas são transportadas aos locais de plantio em caminhões. Em cima da carga de cana, que chega a atingir a altura de 3 metros, ficam os trabalhadores que vão lançando as mudas nos sulcos, já abertos para o plantio. Esta tarefa se combina àquela de outros trabalhadores que, agachados ou ajoelhados, vão colocando e cortando as mudas nos sulcos. Estes últimos são obrigados a desempenhar a tarefa no ritmo do caminhão e também do trator, que vem em seguida tapando os sulcos com terra. [...] Segundo relato de sindicalistas, os trabalhadores não descansam e não tem tempo sequer para suas necessidades fisiológicas<sup>293</sup>.

Todo esse processo de dispêndio de força física é extremamente estafante. Soma-se a isso o fato de os trabalhadores desse segmento econômico viverem em condição de pobreza, em alguns casos, saúde debilitada ou subnutrição antes de chegar ao ambiente usineiro. Tais fatores agravavam ainda mais a saúde pós-canavial. No final dos contratos ou da jornada diária, havia impactos sérios a saúde. Alguns patrões alegavam que os índios chegavam doentes das reservas e as usinas ofereciam todo o atendimento necessário<sup>294</sup>, o que constatamos não ser verídico.

Junto da produtividade, aumentaram as doenças, como o câncer (provocado pelo uso do veneno), doenças respiratórias (pela fuligem da cana), alérgicas, da coluna, e gripe (esta última com maior incidência na época de frio) e infecções. Aliadas a impossibilidade de tratamento ou compra de remédios, por não possuir recursos financeiros suficientes. Tais elementos contribuíram para o enfraquecimento da força para continuar “ativo” no mercado de trabalho, pessoas que teriam plenas condições físicas se não fossem as doenças provocadas pelo corte. Como os canavieiros era trabalhadores temporários, não recebiam aposentadoria e dependiam de parentes, vizinhos ou auxílios do governo. Havia também o sofrimento psíquico como o estresse e doenças dos nervos (causadas pela excessiva repetição dos movimentos)<sup>295</sup>. Além dos acidentes de trabalho provocados pelo ritmo cada vez mais intenso, como o de um índio com a função de cozinheiro:

---

<sup>292</sup> SILVA, M. A. M., *A morte rondas os canaviais paulistas*, p. 13.

<sup>293</sup> SILVA, M. A. M., *A morte rondas os canaviais paulistas*, p. 15.

<sup>294</sup> MPT, ICP 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 510.

<sup>295</sup> SILVA, M. A. M., *A face oculta do trabalho*, p. 48-49.

Em 01 de maio de 1995 sofreu acidente do trabalho, quando uma panela de 50 litros que manuseava, com feijão fervente, caiu sobre a sua perna direita, provocando sérias queimaduras no seu membro. No mesmo dia foi demitido, sem justa causa, encontrando-se, desde então, sob tratamento, sem condições de exercer suas atividades laborais<sup>296</sup>.

Além das moléstias sofridas, eles não sabiam exatamente o quanto produziam e nem quanto ganhariam no fim de cada dia ou no final do contrato, por conta do analfabetismo, ou por não falarem a língua portuguesa (a maioria). O controle da produção individual pelos índios tornava-se difícil, senão impossível.

Recebiam o pagamento apenas na aldeia de origem, após o término do contrato, da mão do *cabeçante*. Seus ganhos eram controlados por este, que efetuava todos os descontos: desde o “adiantado”, até compras em mercadinhos dentro ou próximos às destilarias (que normalmente eram controlados por recrutadores ou algum funcionário), além das garrafas térmicas, ferramentas de trabalho, dentre outros (que seguia sob a descrição “almoxarifado”, em alguns holerites), e mais a taxa da FUNAI e do capitão da aldeia<sup>297</sup>. Convém lembrar que o comércio ficava distante do canavial em que os índios exerciam suas atividades, sendo impossível não fazer dívida nos estabelecimentos mais próximos, no caso, os localizados no interior das destilarias.

Em folha de pagamento da Agro-Industrial Santa Helena, consta saldo negativo ao final da jornada de alguns indígenas por conta das “despesas extras”, não especificado pormenor o que de fato significava tais débitos<sup>298</sup>. “Os trabalhadores, em geral recebem menos do que o salário mínimo. Os descontos na folha de pagamento, às vezes superam o salário a receber, deixando-os em dívida com o empreiteiro”<sup>299</sup>, o que caracteriza a escravidão por dívida ou peonagem (conforme esclareceremos adiante). A dívida contraída normalmente era com o intermediador e não diretamente com a empresa principal.

Cada trabalhador era reduzido a suas funções no canavial, e apenas a isso, não se considerava as peculiaridades ou subjetividades de cada um. Fora do local de trabalho eram vistos como humanos, mas não valorizados enquanto tal (assim cumpriam melhor as funções que lhes eram atribuídas), principalmente no serviço. Quanto mais

---

<sup>296</sup> MPT, ICP 002/1994, *Reclamação trabalhista*, p. 638.

<sup>297</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Relatório do Inquérito Civil Público*, p. 531.

<sup>298</sup> MPT, ICP n° 001/1994, *Contrato de trabalho da agro industrial Santa Helena*.

<sup>299</sup> MPT, ICP n° 001/ 1994, *Relatório de visitas às destilarias de Mato Grosso do Sul*, p. 66.

degradante o ambiente de trabalho, mais desumanização há ali, ela está presente na medida de sua *eficácia*.

Os índios ficavam em instalações separadas dos outros operários canavieiros. Tanto funcionários das usinas quanto *cabeçantes* e chefes de posto alegavam que a separação era para “manter os costumes” dos índios, pois possuíam especificidades étnicas.

A assessoria sindical da FETAGRI informou que “a impressão que teve da usina [Passa Tempo] foi a pior possível, quanto aos alojamentos, esclarece que o dos índios era ainda pior”<sup>300</sup>. O Coordenador da principal entidade religiosa de averiguação das condições de trabalho do índio (CIMI) disse sobre o local de acomodação deles:

Alojamentos péssimos, pequenos, pouca ventilação, construção inadequada, camas próximas uma da outra, beliche em que a cama de cima fica a um metro do telhado, sujos, chuveiros de água fria, ou melhor, os próprios canos de água, colchões finos, despedaçados e velhos, colocados sobre estrado de ripa. Calor excessivo [acrescentaríamos, frio intenso]<sup>301</sup>.

Os abrigos nos canaviais eram feitos de lona preta com paus cruzados e amarrados, sem armários para guardar pertences, espaço insuficiente de locomoção e sem as mínimas condições de acomodação. Certamente a chuva, o calor e frio intensos causavam incomodo a mais nessas instalações. Além de não existir proteção contra animais peçonhentos que habitavam os canaviais, como cobras, escorpiões, aranhas, abelhas (atraídas após a queimada do canavial, pelo mel dos caules da cana) e ratos. E, também, a falta de local adequado para a higiene, o mato e o rio serviam de locais de higiene pessoal, vide que a infecção de doenças por microrganismos era rotineira. Tais problemas tornaram-se relevantes na medida em que, em todas as usinas de álcool de Mato Grosso do Sul trabalhavam indígenas<sup>302</sup>.

Todas as adversidades enfrentadas podem ser entendidas da seguinte forma: “reunindo-se as condições apropriadas, ou seja, uma pressão máxima chega-se necessariamente ao resultado pretendido. A fome, o frio, os choques e o trabalho forçado transformarão os seres no que os detentores do poder desejarem”<sup>303</sup>. Com a humanidade destituída, a violência tornou-se plena.

---

<sup>300</sup> MPT, ICP 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 82.

<sup>301</sup> MPT, ICP 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 299.

<sup>302</sup> MPT, ICP n° 001/ 1994, *Relatório câmara dos deputados*, p. 12.

<sup>303</sup> TODOROV, T. *Em face ao extremo*, p. 47.

Isto pode ser observado nos chamados “vazios ou silêncios” do Estado:

Estamos falando da vigência do estado de exceção. A história do colonialismo avaliza a tese de que o campo fazia parte de sua estratégia. Não basta, portanto, para conhecer e valorizar a política dos Estados recorrer a suas leis ou cartas constitucionais, pois sempre há um silêncio ou vazio legal cuja realidade é o campo<sup>304</sup>.

Acrescentem-se as humilhações, coações, ameaças e agressões físicas dos seguranças<sup>305</sup>, esses não possuíam traços patológicos de ódio nem intolerância, eram indivíduos que obedeciam ordens de outros (patrões), que visavam acima de tudo o negócio, “essa realidade existe porque produz dinheiro e dá muito lucro. Os trabalhadores em questão custam pouco, trabalham bastante, as despesas são só para mantê-los vivos”<sup>306</sup>.

Além da obediência pura e simples, outros fatores alongavam as atitudes dos algozes:

Os guardas agem como agem porque lhes disseram que esse era o seu dever, que é assim que eles contribuem para a realização do bem: ainda que não tenham acreditado nisso, tiveram todo o interesse em se conduzir como se acreditassem. Fazem-no, também, porque, uma vez aceita a tarefa, reportam-se a esquemas de pensamento habituais, que os auxiliam a levar a bom termo todas as suas outras tarefas: compartimentalização do mundo, portanto, profissionalismo, portanto, fragmentação interior; e emprego do pensamento instrumental, que não conhece diferenças entre pessoas e não-pessoas<sup>307</sup>.

A imputação ao papel desempenhado pelo agressor o convencia, até certa altura, de que era aquilo realmente que deveria fazer, e o autoconvencimento também auxiliava na execução da tarefa mais tranquilamente.

Em outra entrevista, agora do gerente da destilaria Rio Brillhante, afirmou, “esses índios são uns vagabundos, são os párias da sociedade. [...] diz só contratar os índios no final da safra, quando os outros peões já estão cansados”<sup>308</sup>. Evidencia-se a despersonalização que permeia a relação do gerente com os índios guarani e kaiowá, e a

---

<sup>304</sup> MATE, R., *Meia noite na história*, p. 199.

<sup>305</sup> MPT, ICP 001/1994, *Relatório de visita as destilarias de Mato Grosso do Sul*, p. 67.

<sup>306</sup> Texto elaborado em regime de mutirão por membros da Comissão e da Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul, Ação conjunta no Mato Grosso do Sul. In: CPT (org.). *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*, p. 226.

<sup>307</sup> TODOROV, T., *Em face do extremo*, p. 226.

<sup>308</sup> BORGES, João, *Morte e vida kaiowá, índios se suicidam em protesto contra a miséria*. Revista Isto É Senhor, 24 de outubro de 1990, São Paulo.

inverdade de que eles eram contratados no momento de descanso dos outros trabalhadores, já argumentamos anteriormente que a maior parte dos cortadores de cana do estado em 1980 e 1990 eram indígenas. Mas o problema da afirmação do gerente não está nele enquanto indivíduo detentor de racionalidade, mas no contexto social do qual fazia parte.

O pensamento totalitário é aquele que está entranhado na sociedade de forma total. Tal raciocínio estimulou os responsáveis pelas crueldades fascistas a pensarem que não há universalidade de direitos, há humanos inferiores e outros superiores, assim todas as ações de hostilidade contra aqueles são justificadas e até aceitas tranquilamente. Uma nova moral é imposta.

A afirmação dos gerentes (destilarias Cachoeira e Rio Brilhante) não é um caso isolado, havia um contexto que estimulava esse tipo de declaração. E ainda pior: “conjugando total controle sobre os meios de informação e sobre os meios de coerção com a ameaça de violência física e de morte, o poder totalitário obtém a submissão das vítimas”<sup>309</sup>.

O culto da “‘dureza’ e de uma depreciação sistemática de todo sentimento de piedade”<sup>310</sup> fazia parte desse tipo de pensamento. Sobre este último método é interessante que: “alguns gritos angustiam-nos, impulsionam-nos a agir em socorro de um ser desesperado. Gritos que se prolongam durante horas simplesmente nos dão vontade de fazer calar quem grita”<sup>311</sup>. Os atos de violência impostos a muitos parecem não ter o mesmo efeito que aquele individual.

Ademais, de acordo com documento escrito pelos trabalhadores canavieiros das destilarias de Mato Grosso do Sul:

Uma equipe de representantes de entidades de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul, que visitou 5 (cinco) destilarias de álcool deste estado [dentre elas a Passa Tempo], constatou várias irregularidades, conforme relatório em anexo, que formam um quadro assustador diante do desrespeito e da exploração dos cortadores da cana seja os da região, seja os oriundos de Minas e Bahia, bem como de outros estados, além de um grande contingente de índios.

Denunciamos os seguintes fatos:

– A existência de Firms e Empreiteiras (“gatos”) cuja finalidade é afastar as Destilarias de suas obrigações para com os

---

<sup>309</sup> TODOROV, T. *Em face ao extremo*, p. 146.

<sup>310</sup> TODOROV, T. *Em face ao extremo*, p. 202.

<sup>311</sup> TODOROV, T., *Em face ao extremo*, p. 175.

canavieiros, submetendo-os a uma rotina de desrespeito aos mínimos direitos trabalhistas e humanos.

– Salários inferiores ao mínimo, sob os quais os trabalhadores não têm controle, uma vez que não conseguem avaliar sua produção diária, bem como seu preço.

– Há alguns alojamentos mais parecidos a pocilgas do que habitações humanas, superlotados, sem água, sem luz, sem banheiro, com péssimas condições de higiene, faltando ventilação e outras condições de moradia.

– A alimentação em geral é deficiente, muitas vezes entregue estragada com atraso ou em quantidade insuficiente para todos os trabalhadores e em algumas destilarias, são cobrados preços que atingem até 50% dos seus vencimentos [pelas refeições].

– São comuns os casos de acidentes de trabalho por falta de equipamentos, tais como: luvas, perneiras e botas, bem como os necessários a manipulação de agrotóxicos. Os acidentados e doentes não recebem em muitos casos o atendimento devido e são “punidos” com a suspensão dos pagamentos e alimentação.

– Algumas empresas transportam trabalhadores em caminhões canavieiros ou basculantes e em muitos casos em transportes superlotados, sem condições de segurança.

– A utilização de menores, até 12 anos, em serviços pesados, inclusive de origem indígena.

– Os trabalhadores são constantemente ameaçados, intimidados e até espancados por seguranças das destilarias, gatos e até autoridades policiais, gerando um clima de medo e revolta, transformando alguns alojamentos em campos de concentração, onde explosões de violência ocorrem a qualquer momento e de forma incontrolável.

– A situação dos trabalhadores indígenas é ainda mais alarmante, pois estão submetidos às condições mais desumanas que dos outros cortadores de cana. As modernas destilarias conseguiram submeter os índios a um regime de trabalho escravo com maior eficiência que os colonizadores portugueses nos engenhos do século XVI, seus alojamentos são em alguns casos de lona plástica preta, sem água e sem instalações sanitárias, amontoados sem um mínimo de respeito humano e às suas tradições.

A FUNAI é quem faz os contratos com as destilarias por “cortes”, de trabalhadores que são explorados pelos “cabeçantes” (índios que desempenham papel de “gatos”). Não têm o direito de saber quanto produzem [os índios], nem quanto ganham, recebendo o pagamento apenas na Aldeia de origem, após o término do contrato de 2 (dois) meses<sup>312</sup>.

Os impasses apresentados eram percebidos por todos, apesar de nordestinos e índios terem visões diferentes sobre as condições de trabalho e a consequente postura na exigência de mudanças.

Quando os nordestinos faziam denúncias (como a citada), eram ameaçados de serem despedidos e em seus lugares assumiriam somente o índio, e em alguns casos isso

---

<sup>312</sup> MPT, ICP 001/1994, *Denúncia dos trabalhadores canavieiros das destilarias no Mato Grosso do Sul*, p. 54-55, grifo do autor.

aconteceu. Em determinados momentos, o interesse recaía em “contratar índios na inexistência de mão de obra do branco”<sup>313</sup>, esclareceu o proprietário de uma usina. Mas, pode-se observar aqui uma forma de controle da mão de obra nordestina, a fim de evitar *transtornos*, e não necessariamente uma prioridade dada a ela de fato.

Como observamos no segundo capítulo, a maioria dos índios que “changuavam” eram jovens, nesse sentido:

Índios em idade madura não saíam para trabalhar fora a não ser em situações de extrema necessidade ou movidos por alguma outra razão excepcional. Changuar, no entanto, seria muito comum para os mais jovens: saem para adquirir bens como tênis, bicicletas, roupas, que produzem status e prestígio; outras vezes para escapar a pressões internas que nessa faixa de idade, mais intensamente, vivenciam dentro do grupo<sup>314</sup>.

Havia diferenças fundamentais entre índios e nordestinos no momento de reivindicação. Movimentos de greve, organização de piquetes, fugas, denúncia a autoridades, participação de sindicatos promovidos, principalmente, pelos segundos.

Não que nos momentos mais tensos, os índios agissem de forma branda, mas no geral a atitude deles estava baseada da seguinte maneira:

Do lado dos índios, o que se vê é uma espécie de silêncio, pois o noticiário reflete muito mais a atitude e as iniciativas das entidades de apoio e defesa dos direitos humanos, que questionam a legalidade da forma de contratação, a participação da Funai na formulação dos contratos, a própria legislação sobre o estatuto dos índios, a apropriação, pelos intermediários (também índios, muitas vezes), de parte da remuneração devida aos trabalhadores diretos<sup>315</sup>.

As cobranças das populações tradicionais, normalmente, estavam dentro do que podemos chamar de formas institucionalizadas, conforme cartas escritas pelos *cabeçantes* dos postos indígenas de Porto Lindo, Caarapó, Dourados e Buriti, dirigidas a FUNAI<sup>316</sup>.

As atitudes dos Guarani e Kaiowá eram na maior parte das vezes de conciliação. Isso pode ser explicado por dois motivos principais, a maior parte da mão de obra era jovem e o *cabeçante* pessoa mais velha e experiente, este representava figura depositária de respeito e obediência, era o principal responsável pela formação e

---

<sup>313</sup> MPT, ICP 002/1994, *Termo de depoimento*, p. 170.

<sup>314</sup> ESTERCI, N., *Escravos da desigualdade*, p. 57.

<sup>315</sup> ESTERCI, N., *Escravos da desigualdade*, p. 53.

<sup>316</sup> MPT, ICP 002/1994, *Carta escrita pelos cabeçantes*, p. 522.

organização das turmas. “Mas pode ser que este argumento tenha algum respaldo em sua forma de perceber o emprego e nas expectativas que desenvolvem com relação aos ganhos”<sup>317</sup>.

E o fator principal poderia ser as diferenças étnicas:

Índios e brancos são culturalmente diversos, suas formas de organização social os fazem se defrontar com a alternativa de se empregarem com os usineiros de modo diferente. Da mesma forma como devem ser diferentes, sob algum aspecto, as expectativas por eles atribuídas ao trabalho para outros e, portanto, as exigências e as atitudes face à exploração e à dominação<sup>318</sup>.

É possível distinção, ainda, das três etnias da reserva de Dourados: os Terena (minoridade no canal da região) eram mais conformados, os Kaiowá (mais numerosos), geralmente submissos e menos afeitos a conflitos e os Guarani ficavam numa posição entre os dois anteriores. A postura das três etnias diante da condição no trabalho explicam-se pela etnicidade de cada uma e o grau de contato com o não-índio.

Nesse sentido:

É preciso, pois, não pensar os subordinados apenas como vítimas que eventualmente reagem. Importa vê-los como atores, portadores de tradições e valores, pessoas que ocupam posições determinadas na estrutura hierárquica e na organização dos grupos sociais a que pertencem. Daí que, ao se submeterem a certas relações, ainda que por questão de sobrevivência, o fazem orientados por perspectivas e concepções próprias de sua cultura, de sua faixa etária, de sua identidade sexual, étnica, de casta. Assim, há que se considerar que os grupos subordinados têm estruturas peculiares sobre as quais a dominação se faz. Há também que levar em conta que cada grupo é internamente diferenciado, que as atitudes e papéis distintos que decorrem de suas respectivas posições podem ser em alguma medida sancionada pelo grupo, mesmo que para os de fora isso não seja muito claro. Perspectivas diferentes orientam rapazes, homens maduros e velhos, mulheres e meninas, brancos e índios, chefes e subordinados. Cada segmento (ou indivíduo) desenvolve atitudes próprias com relação às condições com as quais se defronta. Os trabalhadores que se dizem escravos e vítimas – ou são percebidos e classificados como tais – são, portanto, também atores. Sujeitos de uma luta que, na verdade, levou muito tempo até ser percebida em toda sua dimensão. Dos anos de 1960 aos de 1990 a luta cresceu. Aumentou, por parte dos empregadores, a necessidade de imobilizar para neutralizar as reivindicações de direito porque cresceram a visibilidade do conflito, a

---

<sup>317</sup> ESTERCI, N., *Escravos da desigualdade*, p. 57.

<sup>318</sup> ESTERCI, N., *Escravos da desigualdade*, p. 51.

força dos trabalhadores e o espaço dos aliados. Explicitou-se e ganhou nova forma a contradição interna ao próprio Estado acerca de definições e encaminhamentos legais<sup>319</sup>.

Entretanto, índios e nordestinos estavam sob as mesmas condições, como exemplo, citaremos o caso da destilaria Santa Olinda (de Sidrolândia–MS) que contratou 400 trabalhadores em regime de “semiescravidão”, exerciam as funções sem as mínimas condições de segurança, direitos trabalhistas desrespeitados, descontos indevidos nas verbas adquiridas, ausência de horas extras, descontos exorbitantes em qualquer remédio ou alimentação dos trabalhadores no canavial, de modo a reduzir o pagamento a quantias irrisórias. Faltava higiene nos locais de refeição, havia um chiqueiro de porcos próximo ao refeitório, e péssima qualidade na comida consumida<sup>320</sup>.

Em outras destilarias de outro estado, São Paulo (maior produtor nacional de cana), as condições não eram diferentes de MS. Segue um exemplo em uma usina de Ribeirão Preto, ali os trabalhadores rurais (nordestinos) estavam submetidos a condições que concorriam para mutilações e mortes recorrentes, provocados por: superprodução com altas jornadas de trabalho, 10 horas/ dia com metas de 10/ 12 toneladas por dia; baixos salários ocasionados pela terceirização das atividades e “perda” do controle dos ganhos do trabalhador, sem saber ao certo o valor real do salário; falta de fiscalização na intermediação e nas relações de trabalho, visíveis na permanência de condições insalubres e perigosas no ambiente de trabalho e desrespeito à legislação nacional e aos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário; não aviso de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT); falta de pagamento das verbas rescisórias; além das ameaças aos trabalhadores que denunciavam irregularidades e recusa de contratação de ex-dirigentes sindicais<sup>321</sup>.

Os pontos elencados contribuem para entender as condições em outros estados do país, na mesma modalidade de trabalho, o que não se diferencia sobremaneira de uma região a outra.

Na cadeia produtiva e desumanizadora da cana-de-açúcar, cada membro possui uma atribuição específica, o funcionário administrativo há de zelar e cuidar das finanças da empresa. Nesse sentido, ele não se enxerga como pertencente de uma cadeia que

---

<sup>319</sup> ESTERCI, *Escravos da desigualdade*, p. 97-98.

<sup>320</sup> MPT, ICP 001/1994, *Termo de declarações*, p. 806.

<sup>321</sup> SILVA, M. A. M., *A morte rondas os canaviais paulistas*, p. 18-19.

desumaniza. A especialização e a compartimentação do trabalho, torna cada indivíduo destituído da visão do todo ao qual está inserido.

Conjuntamente está a separação entre privado e público: o que é feito publicamente diz respeito a objetivos, não é pessoal, as ordens devem ser cumpridas (sem questionamentos, de preferência), no privado há de portar-se diferente. Essa separação causa a despersonalização do próprio sujeito, por esse motivo, a obediência somada à despersonalização basta para transformá-los em instrumentos eficientes para o fim almejado. E é inobservada a humanidade alheia a partir do momento em que o pensamento instrumental e a abstração tornam-se presentes<sup>322</sup>.

Da preparação do terreno para a plantação da cana, até os produtos finais, como o álcool ou o açúcar, “os produtos do trabalho escravo e degradante se tornam quase imperceptíveis pela distância entre a produção e o consumo final. Eles não podem estar no açúcar sobre a mesa, [...], nos postos de combustível onde se abastece o carro a álcool”<sup>323</sup>. Não só o funcionário da área administrativa tem dificuldades de interpretar a cadeia produtiva advinda da cana, senão a maior parte dos consumidores destes produtos.

As expressões usadas para caracterizar a situação dos canavieiros, mostram sua desumanização:

“Bebiam a mesma água que os cachorros”, “viviam que nem porcos”, “transportados que nem gado”, “morando numa pocilga”, aparecem nas denúncias de escravidão dirigidas a médias propriedades do Sul do país e a destilarias do estado de Mato Grosso do Sul<sup>324</sup>.

O primeiro elemento macro observado por aqueles que realizaram as visitas de inspeção foi o antagonismo entre as condições no ambiente de trabalho e o faturamento das unidades sucroalcooleiras, como no relatado abaixo:

Uma situação injusta e desumana por um lado, a empresa extrai a força de trabalho ao máximo que pode, por outro lado os trabalhadores usam alojamentos que mais se parecem com abrigos de animais do que de seres humanos. Nenhum lazer, nenhum descanso, alimentação precária, atendimento médico deficiente. O valor do álcool produzido por dia é de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros, já

---

<sup>322</sup> TODOROV, T., *Em face ao extremo*, p. 218.

<sup>323</sup> Texto elaborado em regime de mutirão por membros da Comissão e da Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul, Ação conjunta no Mato Grosso do Sul. In: CPT (org.), *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*, p. 226.

<sup>324</sup> ESTERCI, N., A dívida que escraviza. In: CPT (org.), *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*, p. 121.

descontados os impostos. A soma mensal é de 54 bilhões. Enquanto isso, os trabalhadores trabalham e vivem como animais<sup>325</sup>.

No tratamento dispensado aos trabalhadores da destilaria, havia interesses escusos, pois, “inicialmente, induz-se um comportamento que se apresenta como ‘animal’; em seguida, com a consciência em paz, tratam-se esses seres como animais ou pior”<sup>326</sup>.

Estas situações demonstram que as condições dos trabalhadores chegavam ao ponto da desumanização. “Às vezes a afronta se concretiza de uma forma que leva o trabalhador a se assemelhar a tudo, menos a um ser humano”<sup>327</sup>. Voltando a Todorov, ele diz que os atos extremos estão em germe na vida cotidiana, o extraordinário deixa de sê-lo à medida que está presente o tempo todo<sup>328</sup>.

O trabalho forçado está dentro de uma lógica incompatível com a preservação de humanidade. A escravização foi levada adiante para extrair do obreiro o máximo de força de trabalho possível. Sendo a escravização (que passaremos a falar) o resultado máximo do processo de desumanização nas relações de trabalho.

Reiteradas notícias davam conta de trabalho escravo envolvendo os índios guarani e kaiowá nas usinas de Rio Brilhante e, por percebermos a escravidão como o ponto máximo da desumanização no ambiente de trabalho, passaremos a discorrer sobre tal. Junte-se a desumanização do trabalhador, com o cerceamento da liberdade, então temos a escravidão.

### **3.2) Trabalho escravo**

Nesta pesquisa, detectamos maior incidência de obreiros nordestinos arrolados nas formas coercitivas extremadas de exploração no trabalho, em comparação com os índios, porém nosso interesse volta-se a estes últimos. Majoritariamente, nos relatos analisados, fica evidente que as condições de trabalho oferecida aos índios eram mais degradantes que aquelas comparadas aos não-índios. Principalmente nos anos iniciais do trato da cana, posto que a herança deixada pelos empreendimentos comerciais aos povos tradicionais estabeleceu esse tipo de relação. Assim, faremos explicações,

---

<sup>325</sup> MPT, ICP 002/1994, *Relatório da visita*, p. 47.

<sup>326</sup> TODOROV, T. *Em face ao extremo*, p. 199.

<sup>327</sup> ESTERCI, N., A dívida que escraviza. In: CPT (org.), *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*, p. 120.

<sup>328</sup> TODOROV, T. *Em face ao extremo*.

quando conveniente, de não-índios escravizados, para melhor compreender aquela indígena.

Antes de entrar no assunto, colocaremos duas passagens que ilustram o que pretendemos analisar, o primeiro e segundo exemplos esclarecem como se dava a escravidão, desde o aliciamento, no estado de MS.

Primeiro: numa denúncia formal, um casal do Paraná afirmou ter sido escravizado em fazenda próximo à Campo Grande, onde havia “vigilância diuturna de 15 homens armados, e se acomodavam em dependências que eram mantidas com as saídas fechadas por grossas correntes”<sup>329</sup>. Não sabiam informar com certeza o local que estavam, pois chegaram à noite e não conheciam Mato Grosso do Sul. Disseram ainda que um capataz ordenava que dormissem com a luz acesa para controlar a permanência de todos no local.

Segundo: 28 trabalhadores trazidos de Pernambuco foram escravizados em destilaria de Nova Andradina. Segundo o presidente do sindicato dos Trabalhadores de Maraial (PE), os obreiros vindos para MS estavam “alojados coletivamente em precárias condições e recebiam alimentação imprestável ao consumo humano. Mal alimentados eram obrigados a trabalhar diuturnamente, inclusive, nos dias reservados ao repouso, na coleta de cana”<sup>330</sup>.

Grosso modo, assim ocorria a escravização nas destilarias de MS: aliciamento da mão de obra, imputação da dívida, imobilização, violência e a condição de vivência degradante durante o período de escravidão.

A escravidão não desapareceu no Brasil, mas tomou outras formas. Contemporaneamente, no campo ou em indústrias, na área rural ou urbana há escravos. Em todos os casos há violência física e em alguns, assassinato.

Isso também acontecia na escravidão negra, contudo numa proporção menor, pois naquele momento o escravo tinha preço de mercado e matá-lo seria um “prejuízo” ao seu senhor que, além de comprá-lo, dispndia considerável soma de dinheiro em sua *manutenção* enquanto força de trabalho. Outra diferença é que a escravidão atual é temporária, pode durar de meses a no máximo um ano ou pouco mais, e não está relacionada com diferença racial.

Então, os principais pontos que diferenciam a escravidão contemporânea daquela tradicional são: o custo do escravo atualmente é zero, a permanência do cativo

---

<sup>329</sup> MPT, ICP 001/94, *Denúncias sobre trabalho escravo investigada*, p. 38.

<sup>330</sup> MPT, ICP 002/1994, *Pernambucanos denunciam escravidão no MS*, p. 251.

exercendo alguma atividade é menor e a ausência do fator racial como legitimador ou não. Está presente de norte a sul do país. “Teve início na região Centro-Oeste – Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – e deslocou-se progressivamente para o Norte”<sup>331</sup>. Logo, a cadeia escravizadora dos dias de hoje, teve seu começo, dentre outros, no estado objeto deste estudo, Mato Grosso do Sul.

O fenômeno persiste por dois pontos principais, a passividade da sociedade diante da prática e a ineficiência da atuação do Estado<sup>332</sup>. Além de ser desumano, a escravidão está dentro de um contexto essencial, qual seja, a reprodução ampliada e contraditória do capital.

As formas escravistas não fazem parte de modelos arcaicos ou pré-capitalistas, pois, empresas consideradas ultramodernas (como as agroindústrias) recorriam e continuam a recorrer a elas. As denúncias de escravidão no país a partir da década de 1970 tornaram as relações de trabalho na sociedade capitalista passíveis de questionamento, estas não se definem necessariamente em padrões racionais e legais (contratual) igualitário entre os envolvidos (empregador e empregado), pois, não há uma linearidade nas relações sociais e nem nas trabalhistas<sup>333</sup>. “O tempo do capital não é concretamente apenas o tempo unilinear do progresso, da modernização, da conduta racional com relação a fins e do desenvolvimento. O tempo da reprodução do capital é o tempo da contradição”<sup>334</sup>.

O contraditório está no desencontro entre o alto desenvolvimento econômico desacompanhado do social. Chega-se ao ponto em que o pagamento dos salários, insuficientes para a recomposição da força física após a jornada de trabalho, comprometedor da subsistência do trabalhador e seus dependentes, só é possível, evidentemente, quando o excesso da mão de obra torna-a substituível e descartável<sup>335</sup>.

E é na área rural que a escravidão ocorre, tradicionalmente: “frequentemente os trabalhadores escravizados não recebiam salários, mas apenas alimentação e algumas roupas”<sup>336</sup>, o necessário para continuar subsistindo como mão de obra.

---

<sup>331</sup> VILELA, R. B. V. e CUNHA, R. M. A., A experiência do Grupo Especial de fiscalização móvel no combate ao trabalho escravo, p. 35. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*.

<sup>332</sup> CORRÊIA, L. B., Um fenômeno complexo. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*, p. 78-79.

<sup>333</sup> MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, p. 72-73.

<sup>334</sup> MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, p. 80.

<sup>335</sup> MARTINS, J. S., *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, p. 86.

<sup>336</sup> Contribuição da Anti-Slavery International (ASI). Formas contemporâneas de escravidão. In: CPT (org.), *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*, p. 51.

Citaremos como exemplo de escravidão contemporânea em segmentos dinâmicos do capitalismo quatro modalidades em quatro segmentos econômicos diferentes e quando possível, os locais de ocorrência: 1) em *zonas de expansão agrícola*, quando trabalhadores são conduzidos para fazerem derrubadas e empreendimentos em regiões da Amazônia (Pará, Mato Grosso e Rondônia) sob a vigilância de gatos e pistoleiros até o término do serviço; 2) em *corte de madeira*, “as empresas colocam os trabalhadores em abrigos precaríssimos e em regiões distantes onde a liberdade é, normalmente, tolhida, de modo que os trabalhadores ficam realmente sujeitos à escravidão”<sup>337</sup>; 3) nos *hortifrutigranjeiros*, nesse caso os trabalhadores são oriundos das periferias das grandes cidades ou do interior, onde há altas taxas de desemprego, com isso, são submetidos a condições de escravização; 4) nas *usinas de cana-de-açúcar*:

Utilizam intensivamente mão de obra escrava de outros estados nas épocas de corte de cana, alojando-os em condições sub-humanas, obrigando-os a pagar pelos instrumentos de trabalho. Muitas vezes, os escravos são, inclusive, crianças, mulheres e índios. Os índios estão sendo utilizados em grande escala, contratados pelos “cabeçantes” [...] indígenas com menos de 12 anos trabalham no corte de cana e na coleta de bitucas (resto de cana que não é recolhida pelo trator e posta nos caminhões). Os índios, normalmente, não usam nem botina, sendo às vezes, picados por cobras, quando não cortam perna ou braço. Vigias armados percorrem as ruas [espaço entre uma fileira de cana de açúcar e outra], fiscalizando o trabalho. Os índios são obrigados a pagar campo de futebol para jogar bola e para tomar banho no rio<sup>338</sup>.

O surgimento da escravidão nesses tipos de atividades não é indicativo, somente, de intensificação da exploração de trabalhadores no meio rural, mas de que ela é uma variação extrema do trabalho assalariado “*e o que lhe dá origem e sentido é a precedência da composição orgânica do capital nos setores de ponta da economia*”<sup>339</sup>.

A complexidade do trabalho escravo está além dos serviços prestados sob coerção. Tem início no aliciamento do trabalhador (normalmente recrutado centenas de quilômetros dos locais de prestação dos serviços, daí já se deduz a sua dificuldade para retornar ao local de origem), a ele são disponibilizados o adiantamento, transporte e a alimentação, que posteriormente podem se transformar em dívidas. Então começa a parte mais “visível” do processo, as dívidas que imobilizam e tornam as relações mais

---

<sup>337</sup> MPT, ICP n ° 001/1994, *Relatório da câmara dos deputados*, p. 6.

<sup>338</sup> MPT, ICP n ° 001/1994, *Relatório da câmara dos deputados*, p. 5-6.

<sup>339</sup> MARTINS, J. S., *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, p. 85, grifo do autor.

violentas. Todas as tarefas ficam a cargo de pessoas que mantêm estrito relacionamento com o tomador de serviços ou seus prepostos e intermediários<sup>340</sup>. “A escravidão se estabelece de forma sutil e complexa com a participação de vários agentes e em alguns casos, até com o consentimento da vítima”<sup>341</sup>.

Conforme Martins no caso brasileiro, dois motivos principais tornam a produção ampliada do capital possível:

O caso brasileiro recente mostra que a *expansão territorial do capital* e sua extensão as atividades agropecuárias não se dão exclusivamente nem predominantemente como resultado de reaplicação de capital num setor econômico novo. Ao contrário, elas se apoiam em incentivos fiscais e subsídios governamentais, de um lado, e no uso não capitalista da mão de obra necessária à fundação propriamente dita do novo empreendimento. Ou seja, *a produção ampliada do capital, nesses casos, inclui a produção não capitalista de capital*<sup>342</sup>.

O conceito de escravidão que empregaremos está atrelado à dívida maliciosamente imputada ao trabalhador. A partir dela há a imobilização da mão de obra e graus elevados de violência. A escravidão por dívida também é conhecida como *peonagem*. “As vítimas [da peonagem] são as pessoas mais humildes, mais pobres, geralmente analfabetas, que desconhecem seus direitos e não têm acesso aos meios legais e políticos, sendo facilmente enganadas e forçadas a resignar-se”<sup>343</sup>. “A peonagem, em diferentes roupagens, foi largamente utilizada em Mato Grosso, tendo, nos primeiros tempos – que em alguns locais avançam até o final do século XIX ou início do século XX – o indígena como personagem principal”<sup>344</sup>. A peonagem é percebida, primeiramente nas áreas amazônicas e tem uma característica importante, a dificuldade das empresas em recrutar mão de obra, o que parece não ter paralelo em MS, com a constituição e delimitação das terras indígenas.

As propostas enganadoras eram o alicerce da transformação na condição escrava, segundo reportagem: “enganados por propostas de ganhar muito dinheiro, crianças, trabalhadores rurais e índios acabam sendo utilizados em fazendas [e destilarias] no interior do Mato Grosso do Sul, em condições de escravos”<sup>345</sup>. A quem a

---

<sup>340</sup> CORRÊIA, L. B., Um fenômeno complexo. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*, p. 77.

<sup>341</sup> CASTILHO, E. W. V., Em busca de uma definição jurídico-penal de trabalho escravo. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*, p. 89-90.

<sup>342</sup> MARTINS, J. S., *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, p. 83, grifo do autor.

<sup>343</sup> ALEXIM, J. C., Trabalho forçado. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*, p. 45.

<sup>344</sup> BORGES, M. S. L., *A consignação da violência: a peonagem na região de Três Lagoas-MS*, p. 85.

<sup>345</sup> MPT, ICP 001/1994, *MS é destaque na CPI da escravidão*, p. 130.

dívida era imputada, poderia aceitá-la, haja vista a alimentação que recebia no ambiente de trabalho e outros objetos que adquiria no comércio local e não compreender claramente o início de um processo violento. “Agora o patrão, mesmo alegando que o trabalhador lhe deve, se abstém de tirar implicações coercitivas da dívida e de querer exigir mais trabalho como pagamento. Agora ‘o patrão diz que fica por conta do acerto, saindo o trabalhador sem nada’”<sup>346</sup>.

Apesar do não pagamento da dívida ser entendido como “roubo” por ambos, recrutador e trabalhador, a violência física não era realizada em todos os casos. Havia o lado paternalista que dispensava o uso da força física:

A dívida não traduz sempre, e necessariamente, apenas préstimos materiais; de forma mais ou menos relevante, ela pode expressar uma dependência para com o empregador que se traduz em dívida moral, de tal modo que ela acaba implicando para o trabalhador não apenas prestação compulsória de trabalho, mas também compromisso e lealdade com o patrão<sup>347</sup>.

As bases morais e econômicas do paternalismo são seus instrumentos de sustentação. “São relações que se constroem mediante laços de compadrio e prestação de favores, por exemplo, e permitem aos patrões contar com a complacência e a lealdade dos dominados [ou melhor, trabalhadores]”<sup>348</sup>.

As formas de submissão humana ao trabalho forçado (escavidão) estão calcadas em *relações de dominação*, consentidas e legitimadas tanto por aqueles em situação de escravizados quanto pelos responsáveis pela escravização, e setores da sociedade. Não obstante, “nos casos registrados como escavidão, hoje o uso da violência é tão arbitrário e o descumprimento dos acordos é tão ostensivo que o consentimento dos subordinados parece não importar absolutamente”<sup>349</sup>.

Não eram poucos os casos em que o suposto escravo escamoteava sua situação e se escondia das entidades oficiais de fiscalização, pois na maior parte dos casos aquele era seu único meio de sobrevivência e fora dele o que restava era a fome e a miséria de

---

<sup>346</sup> ESTERCI, N., A dívida que escraviza. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*, p. 116.

<sup>347</sup> ESTERCI, N., A dívida que escraviza. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*, p. 102.

<sup>348</sup> ESTERCI, N., *Escravos da desigualdade*, p. 6.

<sup>349</sup> ESTERCI, N., *Escravos da desigualdade*, p. 8.

sua família<sup>350</sup>. O estado “psicológico” da escravidão é uma mistura de medo com falta de alternativas<sup>351</sup>.

A sensação de estar escravizado é sentida, mas aquele que se encontra em tal situação não sabe exatamente o seu significado, isso pode ser esclarecido pela naturalização da arbitrariedade e violência no local do trabalho e a associação entre escravidão, correntes, senhores de escravo e outros símbolos que remetem ao período colonial. Por analogia, poderíamos substituir as correntes pela dívida, trocar o senhor de escravos pelo aliciador que promete o que não será cumprido, ou no lugar das senzalas as instalações dos índios.

Havia um pequeno mundo organizado em torno da peonagem que gerava lucros: desde recrutadores (responsáveis pelo endividamento inicial e pela coação), vendedores de roupas e objetos variados (como rádio de pilha, relógios, óculos de sol), donos de mercearias (localizadas dentro das usinas, nesse caso o próprio patrão ou algum intermediador), chegando ao capitão da aldeia.

Não encontramos registros (documentais ou bibliográficos) que apontem para índios que frequentavam os bares das cidades onde trabalhavam, por esse motivo não colocamos os donos de bares dentro da cadeia escravizadora, o que acontecia com os nordestinos. Normalmente os índios eram impedidos de sair do interior das usinas pelos *cabeçantes* nos momentos de folga.

O endividamento não era gerado somente por transporte, alimentação ou produtos adquiridos no entreposto comercial no interior da usina, mas no uso da água, energia elétrica, marmitas, talheres, colchões, equipamentos de proteção individual, campo de futebol e outros. Além do dinheiro pago adiantado, havia a retenção dos documentos do trabalhador e a negação de acesso aos meios de deslocamento de retorno ao local de origem. Do início ao fim do contrato, tinha-se um conjunto de dispositivos que geravam a dívida e conseqüentemente levavam a escravização.

Na Passa Tempo havia todos os condicionantes da peonagem, desde o aliciamento do trabalhador, até o impedimento de locomoção. O recrutador era a principal figura na cadeia escravizadora, responsável pelos castigos físicos e a imputação da dívida. Frases como: “sendo que muitos deles estão sem receber porque as

---

<sup>350</sup> MARTINS, J. S., A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*, p. 156.

<sup>351</sup> Contribuição da Anti-Slavery International (ASI). Formas contemporâneas de escravidão. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*, p.69.

dívidas com alimentação, que são obrigados a pagar, superam o valor do salário”<sup>352</sup>, ou: “se alguém fugir do acampamento o cabeçante manda buscar e bater”<sup>353</sup> explicitam a importância do aliciador na cadeia escravizadora.

O diretor da usina afirmou que a mão de obra era contratada (o que não significa que eram atendidos todos os direitos trabalhistas) pela empresa SERUL. Para Borges, “uma empreiteira de mão de obra é o reflexo da nova organização de trabalho em tempos de neoliberalismo, a terceirização assumindo caracteres empresariais no circuito da peonagem”<sup>354</sup>. Após os intermediários e *cabeçantes*, as empresas terceirizadas assumiram seus lugares, entretanto não mudaram a forma de atuar, isto é, as condições de trabalho continuaram as mesmas para o obreiro do campo.

Esta empresa possuía acomodações em Rio Brillhante aos trabalhadores de outros estados<sup>355</sup>. No circuito da peonagem, o local de morada era parte integrante da dívida imputada ao obreiro.

“As raízes da peonagem em Mato Grosso do Sul revelam a imbricação existente entre os fatores socioculturais, políticos e econômicos, todos eles marcados pela violência, definindo claramente a escalada da acumulação capitalista no estado”<sup>356</sup>. Não é por acaso que MS tornou-se um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do país e, especificamente, da região sul do estado, onde está localizada a maior parte da mão de obra.

A temporalidade curta dos serviços prestados não impedia a escravidão, mas demonstrava uma característica da peonagem no setor sucroalcooleiro e a constatação de que nem todos se tornavam escravos. Porém, o curto período de tempo também explicava a máxima coação sobre uma mão de obra (indígena) que dificilmente faria o mesmo trabalho em caráter permanente<sup>357</sup>.

Antes do final da safra nenhum obreiro poderia sair do local de trabalho, depois, ou saía com algum dinheiro, nesse caso a intenção era passar uma imagem menos negativa do recrutador, o que era sempre útil para novos recrutamentos, e também assegurar o retorno do obreiro. Ou ficava direto sem sair<sup>358</sup>.

---

<sup>352</sup> MPT, ICP 001/1994, *MS é destaque na CPI da escravidão*, p. 130.

<sup>353</sup> BORGES, João. 1990. *Morte e vida kaiowá, índios se suicidam em protesto contra a miséria*. Revista Isto É Senhor, 24 de outubro de 1990, São Paulo.

<sup>354</sup> BORGES, M. S. L., *A consignação da violência: a peonagem na região de Três Lagoas-MS*, p. 218.

<sup>355</sup> MPT, ICP 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 512.

<sup>356</sup> BORGES, M. S. L., *A consignação da violência: a peonagem na região de Três Lagoas-MS*, p. 92.

<sup>357</sup> ESTERCI, N., A dívida que escraviza. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*.

<sup>358</sup> ESTERCI, N., A dívida que escraviza. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*.

Os órgãos de fiscalização das condições de trabalho, como a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) exigiam que a carteira de trabalho dos indígenas fosse assinada no momento da contratação, a fim de evitar os abusos relatados. “a DRT-MS teme que esses contratos, estabelecidos com as empresas pela FUNAI, através dos chefes de Postos Indígenas, faça do índio um trabalhador em regime de semi-escravidão, já que eles não possuem Carteira de Trabalho”<sup>359</sup>.

Em 1993 começam reuniões para discutir sobre a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos índios. Corria a informação, “distorcida” de que o registro traria descontos a mais, como de transporte, alimentação, além de outros provenientes com a assinatura da carteira, o que causava certa contrariedade dos indígenas. Os *cabeçantes* compareciam às reuniões para discutir a aceitação de registrar ou não, e, como recebiam porcentagens com a saída dos trabalhadores no momento da contratação pelas usinas, estes se mostravam contrários a assinatura na carteira. Passavam a informação ao restante do grupo ao qual pertenciam que com a carteira assinada o índio que saísse para a usina teria mais descontos e receberia menos. A regularização poderia ser dificultada, também, pelo fato da mão de obra indígena ser temporária.

Além disso, com o passar do tempo, exigia-se o fim da contratação através de empreiteiras e agenciadores que recebiam porcentagens sobre a produção dos canavieiros<sup>360</sup>. E outras mudanças, como higienização das acomodações dos trabalhadores, alimentação suficiente e balanceada, fim dos descontos considerados abusivos.

As características coloniais da utilização da mão de obra indígena, não foram extintas no cultivo da cana no estado<sup>361</sup>. Isto quer dizer, mudou pouco ou quase nada a extrema insalubridade no ambiente agrícola a qual os índios prestavam serviços esporadicamente desde o período colonial.

Concomitante com a extrema desumanização no ambiente de trabalho, constatada a partir da pesquisa, houve a intensificação dos movimentos sociais que subvertiam o *status quo* e exigiam mudanças.

---

<sup>359</sup> MPT, ICP 001/1994, *DRT questiona FUNAI sobre trabalho de índios*, p. 138.

<sup>360</sup> MPT, ICP 001/1994, *Denúncia dos trabalhadores canavieiros das destilarias no Mato Grosso do Sul*, p. 61.

<sup>361</sup> BRAND, A.; NASCIMENTO, M. C. *A indústria sucroalcooleira e os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul*, p. 5.

Historicamente expostos às agressividades da sociedade dita civilizada, os povos indígenas vislumbravam poucas possibilidades de sobreviver enquanto tal. Mas, estimulados pelas lutas sociais não-indígenas que ganharam fôlego no período da Ditadura Militar, seu engajamento deu-se no sentido de recuperar e afirmar seus traços culturais. De 1970 em diante:

A postura política que visava o desenvolvimento do país através de uma visão de priorização da economia como fonte de progresso, norteava as medidas governamentais adotadas pela política desenvolvimentista dos militares. Nesta perspectiva, as riquezas naturais localizadas em territórios indígenas alimentavam a ânsia dos militares pela incorporação dos mesmos ao processo produtivo planejado para o país<sup>362</sup>.

As áreas indígenas que dispunham de recursos naturais visadas pelos militares, não foram poupadas nos planos de desenvolvimento instituídos no país. Como escrevemos antes, no meio rural (local de maior parte das terras indígenas), o poder de fazendeiros e empresários aumentou, eram vistos pela política governamental como os impulsionadores dos projetos desenvolvimentistas.

A vontade popular enfrentou a dominação exercida pelo Estado autoritário, o descontentamento e a indignação de diversos segmentos sociais, dentre eles dos grupos indígenas, despertou o sentimento de luta contra aquele regime<sup>363</sup>.

A União das Nações Indígenas (UNI) surgiu neste contexto. A reivindicação como povos capazes de buscas e anseios, tornou-os agentes da busca por direitos fundamentais. “Os setores da sociedade que passaram a acreditar num país menos desigual, também sentiam que isto não seria possível se os direitos indígenas fossem negados mais uma vez”<sup>364</sup>. A integração das minorias (não em números estatísticos e sim em direitos adquiridos) fazia parte desse contexto de lutas. Em muitos momentos, as reivindicações ou as conquistas dos índios não foram sentidas imediatamente, isso não significa que a busca conjunta por melhores condições de vida não se tornou realidade. Nesse momento, organizações da Igreja Católica (como o Conselho Indigenista Missionário) passaram a apoiar a causa indígena. Por isso entendemos que a

---

<sup>362</sup> DEPARIS, S. R. *União das nações indígenas (UNI): contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988)*, p. 37.

<sup>363</sup> DEPARIS, S. R. *União das nações indígenas (UNI): contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988)*.

<sup>364</sup> DEPARIS, S. R. *União das nações indígenas (UNI): contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988)*, p. 13.

identidade do índio é reafirmada com a mesma intensidade da força que a afeta no sentido de desintegrá-la.

Essas mudanças trouxeram força para indígenas e entidades de apoio para reivindicarem melhoras e denunciarem as condições desumanas que viviam. Concomitante ao que se passava nos canaviais, o despertar para a condição de humanidade e dignidade foi reafirmado.

Dessa forma, no trecho do documento citado abaixo constam exigências de trabalhadores dos anos 90, por melhorias:

Diante deste quadro alarmante e que praticamente repete as condições observadas no ano passado, exigimos:

- Fim da contratação de trabalhadores através de empreiteiras e agenciadores que recebem porcentagem sobre a produção dos canavieiros.

- Cumprimento do acordo trabalhista e demais direitos.

- Fiscalização imediata e rigorosa das destilarias por parte do Ministério do Trabalho, Secretaria de Saúde e Secretaria do Trabalho.

- Melhoria das condições de alojamento, alimentação, transporte e atendimento de saúde, e ainda, fornecimento de equipamentos de segurança no trabalho.

- Fim das intimidações e das violências sobre os trabalhadores.

- Fim do isolamento dos trabalhadores, garantindo transporte semanal gratuito a cidade mais próxima.

Estas reivindicações são extensivas a todos os trabalhadores e trabalhadoras, no corte da cana, sem discriminação com os povos indígenas, para os quais exigimos ainda que:

- A FUNAI discuta com os índios os contratos de trabalho bem como, garanta cada trabalhador individualizado as informações sobre sua produção e o pagamento direto<sup>365</sup>.

Portanto, nesse clima de reivindicações durante e pós regime militar no país, concluímos que a aceitação passiva das arbitrariedades cometidas por parte dos patrões, não esteve sempre presente na rotina dos trabalhadores canavieiros. Ao contrário, em determinados momentos, intensificava-se as exigências de melhorias no serviço nos canaviais.

### **3.3) A volta dos índios aos canaviais**

O momento mais feliz era, certamente, o retorno às aldeias, tanto para os obreiros quanto aos familiares, “de longe se ouve os rojões que aos poucos se

---

<sup>365</sup> MPT, ICP 001/1994, *Denúncia dos trabalhadores canavieiros das destilarias no Mato Grosso do Sul*, p. 54-55.

aproximam, mais e mais. É a ‘marca registrada’ da chegada das turmas nas aldeias”<sup>366</sup>. O período de retorno dava-se entre o término do plantio e o início da colheita, ou entre o final da colheita e o começo do plantio. Entretanto, alguns indígenas permaneciam por pouco tempo nas aldeias, pois já saíam em novo contrato.

Como exposto, no vicênio 1980/ 1990 o local que mais absorvia a mão de obra indígena eram as usinas sucroalcooleiras, por isso entendemos a importância destes locais e do tipo de serviço realizado ali pelos índios. Isto significa que, ao retornarem as aldeias, findo os contratos, ou se conseguissem fugir dos canaviais, os indígenas retornavam ao trabalho canavieiro na safra seguinte. Isso pode ser entendido da seguinte forma: era *melhor* aquele serviço do que nenhum.

Nas atividades canavieiras um conjunto de fatores leva a entender o círculo que se fechava entre o retorno às usinas e a necessidade do assalariamento. À volta aos canaviais depois de algum tempo, independente do que se passou naquele ambiente, desperta para a compreensão de um panorama mais amplo, qual seja, a falta de perspectivas e pobreza nas reservas.

É igualmente, no entorno regional que está parte do contexto da importância do trabalho nas usinas. Neste entorno estão as igrejas (neopentecostais, sobretudo), as escolas, o comércio e outros estabelecimentos integrantes do cotidiano Guarani e Kaiowá. Diante disso, duas visões antagônicas se estabeleceram em função de cenários de futuro: “para uns é no entorno regional que está o seu futuro, embora exigindo a negação de seu modo-de-ser tradicional (ñande reko). Para outros, exatamente por exigir esta negação, aí está o teko vaí (mau jeito de viver), está o não-kaiowá, a perda da tradição”<sup>367</sup>. Aqueles que mais se identificam com o ñande reko têm maior possibilidade de retornarem para trabalhar nas usinas.

E o trabalho na perspectiva da economia de mercado, faz parte das adjacências das reservas indígenas, como mencionado anteriormente:

Os índios conseguiram através do trabalho adquirir bens materiais de alto valor para o padrão indígena (motos, carros, etc.); na medida em que o dinheiro obtido pelo trabalho possibilitou acessar novos objetos houveram algumas transformações nos aspectos culturais, na forma de se vestir, no comportamento; o trabalho dentro da economia doméstica passou por reorganizações; a política indígena apresentava novas ideologias; as aldeias se “modernizaram”, etc. Alguns destes aspectos tem ligação direta com as relações de trabalho, outras não, mas de

---

<sup>366</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 99.

<sup>367</sup> BRAND, A., *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani*, p. 48.

toda maneira são resultados de longos anos de interação social através do trabalho<sup>368</sup>.

Então, o trabalho para fora teve e continua a ter significativa relevância no modo de ser dos Guarani e Kaiowá. Quanto maior a assimilação com os padrões exteriores as aldeias, proporcionalmente, tende a ser a importância do trabalho nas usinas sucroalcooleiras.

---

<sup>368</sup> SALVADOR, M. N. R., *Os índios terena e a agroindústria no mato grosso do sul*, p. 8.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período analisado, constatamos que o trabalho canavieiro exercido por Guarani e Kaiowá, foi de extrema coerção, e trouxeram consequências negativas diretas dentro das reservas. Formou-se um círculo que começou com a necessidade da *changa* pela falta de perspectivas dentro de pequenas áreas delimitadas, e terminava no retorno do obreiro as suas casas, até a saída em novo contrato. O processo histórico-social de demarcação em porções de terras insuficientes para continuar com o modo de vida tradicional levou-os ao assalariamento nas destilarias.

Segundo a historiografia nacional, o trabalho indígena tem sido largamente utilizado, no entanto não constatamos, proporcionalmente, a valorização e o reconhecimento dessa mão de obra. Pelo contrário, pesados estigmas e preconceitos recaem sobre os índios: preguiçosos e/ ou pouco afeitos ao trabalho, inverdades constatadas. Por isso, faz-se necessário desmanchar os rótulos.

Um longo período da História do Brasil considera a invasão dos estrangeiros aos espaços indígenas o problema da sobrevivência dessas populações e a falta de alteridade que parte significativa da sociedade nacional tem e o sentimento de desprezo prevalecente. Conforme a época, a forma de desvalorizá-los mudou, mas permaneceu ao longo do tempo. No Mato Grosso do Sul, o índio é tido como um ser “insignificante” e, nos momentos de expansão econômica, tal modo de tratá-los parece intensificar-se.

Compactuamos com Leonardi quando diz:

Voltamos, hoje, a interrogar sobre as raízes mais profundas do processo secular da exclusão social e moral – até mesmo mediante a eliminação física sistemática – do universo da cidadania e dos direitos humanos para amplísimos e majoritários contingentes de habitantes do território nacional<sup>369</sup>.

Nessas considerações finais pretendemos ressaltar os obstáculos enfrentados pelos indígenas durante esse período, sobremaneira aqueles relativos ao exercício de atividades (remuneradas ou não) fora das aldeias. A negociação ou as lutas foram as armas indígenas para resistirem enquanto etnia com suas especificidades.

Então, faremos uma breve síntese do que escrevemos dos três capítulos da pesquisa, após, segue uma conclusão geral e as perspectivas de futuros trabalhos sobre o tema tratado.

---

<sup>369</sup> LEONARDI, V., *Entre árvores e esquecimentos*, p. 11.

Recorremos aos tempos da colônia para demonstrar a continuidade de uma patologia social que, apesar das transformações, permanece, o fenômeno da escravidão.

O interesse econômico de Portugal no Brasil estava presente desde os primórdios do século XVI. A cultura da cana-de-açúcar atendeu aos anseios portugueses, gradativamente a produção de açúcar cresceu e o país tornou-se o maior produtor mundial durante os séculos XVI e XVII. A organização produtiva baseada no máximo lucro, exigia formas compulsórias de trabalho, inclusive escravas. A mão de obra largamente utilizada nos engenhos era a indígena, pois, no estabelecimento do contato entre europeus e índios.

Os europeus não observaram e nem entenderam as peculiaridades culturais de cada grupo étnico que aqui se encontrava e agiram, ora com o intuito explícito de escravizá-los, ora no sentido de proibir a escravidão. Os interesses econômicos europeus parecem ter influenciado os contornos da política portuguesa em terras brasileiras, permeada por confrontos entre colonos e índios. A atitude dual de resistência e conciliação afirmava os interesses dos índios como senhores de si.

Já no período imperial, e passando ao estado de Mato Grosso do Sul (ainda sul de Mato Grosso durante o século XIX, momento do efetivo processo de ocupação não-indígena), o mesmo método de integrar o índio através do trabalho (*civilizar*) estava presente, os aldeamentos passaram a ser vistos como reduto de mão de obra considerada de uso rotineiro na região, de importância vital para o trato do solo ou a proteção contra inimigos. Num lugar de extrema escassez de mão de obra, aquela que se contava nos séculos XIX e XX era a indígena. As principais atividades desempenhadas por indígenas envolviam a produção alimentar, abertura e trato nas fazendas da região.

No final do século XIX, com a instalação da Companhia Matte Laranjeira (extratora de erva mate nativa), o território Guarani e Kaiowá passa a sofrer relativa alteração, pois parte dos ervais estavam em terras indígenas e outros trabalhadores adentravam ali para colher a erva. Entretanto, estas modificações foram poucas se comparadas aos impactos na organização social causados pela mesma Matte Laranjeira, através de relações de trabalho extremamente coercitivas aos indígenas.

Na primeira metade do século XX tem início a atuação do SPI na região de Dourados, este órgão apoiava a atividade indígena nos ervais, pois, prevalecia a política governamental de integração à sociedade nacional através do trabalho.

Posteriormente, houve políticas governamentais de povoamento de áreas consideradas devolutas, ou seja, sem levar em consideração a presença indígena: a

CAND foi uma delas. O conflito entre colonos vindos de outros estados (estimulados pela doação de terras e ferramentas para trabalhá-la) e índios foi imediato. Os planos econômicos para a região com a implantação das colônias eram muito importantes para serem desconsiderados por causa de grupos indígenas, o que, aliás, tem sido o discurso de empreendimentos comerciais ou governamentais até os dias de hoje. Os interesses econômicos parecem prevalecer sobre aqueles dos povos tradicionais.

Na segunda metade do século XX a agroindústria sucroalcooleira chega em MS, com a implantação de nove unidades no ano de 1982, inclusive a usina Passa Tempo, em todas estavam presentes a mão de obra do índio e as condições degradantes no ambiente canavieiro.

A Passa Tempo localiza-se no município de Rio Brillhante, componente da região da Grande Dourados. Região que teve estímulos econômicos para a produção agropecuária, tanto que Rio Brillhante era das maiores produtoras de arroz, soja e gado, atualmente destaca-se na cana-de-açúcar. Então, em Mato Grosso do Sul refletiu-se os mesmos planos governamentais ou comerciais a nível nacional com relação aos povos indígenas.

Aspectos culturais importantes dos povos indígenas das terras baixas da América do Sul foram sistematicamente desprezados pelo olhar ocidentalizado ao longo do tempo, por exemplo, o senso de solidariedade que permeava a vida social. As dimensões (econômica, política, social) estavam entrelaçadas, não havia separações bruscas destas esferas. O trabalho na concepção do índio era organizado por um sentido comunal, trabalhar significava estar em grupo e a produção era grupal, a necessidade do consumo pautava a atividade econômica realizada. A religião tradicional<sup>370</sup> é outro ponto importante para entender a resistência dos índios às sociabilidades capitalistas.

O modo de viver tradicional foi se esvaindo e a dependência da economia de mercado (ou do entorno) cresceu com o confinamento, a progressiva imposição do assalariamento nas usinas de álcool, e a concomitante atuação das igrejas nas reservas.

A incompatibilidade com o modo tradicional de vida causou a paulatina desorganização social indígena. Entretanto, a ressignificação do dinheiro, por exemplo, torna os indígenas agentes da continuação do seu modo de ser, e poderíamos citar ainda: as turmas, a constituição de um responsável por elas, a temporalidade dos contratos, as acomodações separadas, como parte das peculiaridades. A força de trabalho do índio era

---

<sup>370</sup> Religião tradicional aqui entendemos ser as praticas exercidas ao longo do tempo, sem a interferência direta de outras formas religiosas.

cobiçada para o trato agrícola e, junte-se a isso a precariedade do ambiente das reservas, que tonava o assalariamento cada vez mais importante.

Nas destilarias, os ganhos ocorriam de acordo com a produção individual, quando almejavam receber dinheiro a mais, extrapolavam os limites, causa de problemas externos, como as altas taxas de suicídios acontecidos em Dourados em 1990 entre os Guarani e Kaiowá que ficaram conhecidos nacionalmente.

Com a instituição das reservas indígenas, a mão de obra necessária à agroindústria passou a ser buscada ali. As relações de trabalho constituíam a base mais importante de interação com a sociedade externa. Assim que os indígenas começaram a deslocar aos canaviais, a informalidade permeava o momento da contratação. Posteriormente, nos contratos firmados entre usina e empresas terceirizadas (contratantes de mão de obra), o descumprimento das cláusulas apontava o chefe da turma indígena como responsável, deixando a empresa que contratava de arcar com direitos fundamentais dos cortadores índios.

Com a longa ausência dos homens que saíam em contratos, a demarcação de terras, a separação entre casais, o abandono familiar e a desnutrição infantil foram alguns dos pontos observados imediatamente. Frequentemente as crianças acompanhavam os adultos nos serviços e exerciam as mesmas atividades, mas, normalmente, recebiam a metade deles. Entretanto, eram mesmo os jovens a totalidade (cerca de 80%) dos trabalhadores na canavicultura, as usinas viam-nos como o obreiro ideal, considerados mais produtivos para as atividades agrícolas. Outro importante fator que os levavam aos canaviais era o casamento precoce, o marido ficava responsável pelos recursos financeiros do novo núcleo familiar.

O contato de indígenas com os *cabeçantes* era importante para conseguirem o serviço nas usinas. Estes últimos eram figuras controversas no ambiente canavieiro, pois, as dívidas superfaturadas impostas aos trabalhadores que compravam produtos nas mercearias ou vendas dentro das fazendas canavicultoras, eram imputadas por eles ou faziam o papel de intermediários entre a empresa e os obreiros.

Aqui aparece a primeira face da dívida injusta, perceptível pelo trabalhador. Outra artimanha utilizada era o pagamento do adiantado, valor recebido por aquele que estava prestes a assumir o serviço no canavial, ou seja, pago antecipadamente e, portanto, quem o recebia tornava-se devedor de trabalho antes mesmo de chegar a usina sucroalcooleira.

Através de meios escusos ou violentos, a escravidão indígena foi praticada na usina Passa Tempo. Antes, vale frisar, a integração preterida pelos órgãos estatais para os índios, tinha no setor econômico primário seu lugar, e que o ramo canavieiro, historicamente e por diversas formas, desumanizou os trabalhadores da área agrícola.

Para que a desumanização aconteça, determinadas formas de pensar e agir são necessárias, como o pensamento instrumental e a destituição da visão de completude, isso faz com que o agente não compreenda o mal feito ao outro, e nem como membro de uma cadeia desumanizadora, mas somente realizador de uma tarefa necessária naquele contexto. O segundo processo é a *transformação* da exceção em regra, em espaços específicos: os campos de concentração são a representação. A escravidão no interior das usinas faz pensá-las como locais em que a exceção torna-se plena, pode-se dizer, os campos modernos, guardadas as devidas peculiaridades. Pelas duas maneiras, os seres humanos são considerados meios a atingir determinados fins, sejam eles ideais ou lucrativos.

Na cultura canavieira esse processo pode ser percebido pelas horas extenuantes de trabalho, alimentação deficiente e insuficiente, o desrespeito ou a ausência das leis trabalhistas e o descumprimento de folgas garantidas, além do precário ambiente de acomodação e higienização, a falta de segurança física e psicológica, ou o não pagamento dos salários.

Foi constatado pelos órgãos e entidades que visitavam as usinas, situações de pagamentos baixíssimos, além dos descontos efetuados, e a intermediação de indivíduos ou empresas entre trabalhadores e empresa principal (terceirização da mão de obra, comprovadamente elemento de precarização).

Em Rio Brilhante há histórico de unidades alcooleiras com formas de trabalho degradante ou escravo, usina Cachoeira, Rio Brilhante e Passa Tempo são exemplos. Quanto maior a degradação no ambiente das usinas, na mesma proporção há a desumanização.

Através de destituição da humanidade, a violência torna-se realidade. Entretanto, não havia passividade diante das adversidades, tanto nordestinos quanto índios realizavam, cada um de sua forma, reivindicações de melhorias. Os segundos agiam de forma conciliadora e indireta, maneiras institucionalizadas de resolver os impasses.

Nas visitas realizadas pelas instituições e entidades que fiscalizavam as condições de trabalho nas destilarias, a incompatibilidade entre o lucro das empresas e o

tratamento dispensado aos trabalhadores constituía a parte mais perceptível do processo produtivo.

A escravidão é o ponto máximo de desumanização no ambiente de trabalho. Tem-se um conjunto de etapas do início ao término do trabalho escravo, desde o aliciamento, até a imputação da dívida. Importa destacar a diferença entre a escravidão tradicional (abolida em 1888) e a atual: a distinção racial ou a legalidade de propriedade já não está presente, e sim a pobreza extrema, o alto contingente de mão de obra e o pouco custo para mantê-la. Em outras palavras, hoje é mais fácil escravizar que outrora.

Na contradição da reprodução capitalista surgem anomalias sociais, como a escravidão. O desenvolvimento econômico não é acompanhado do social, por conseguinte, formas arcaicas são concomitantes às ultramodernas, veja-se as agroindústrias. A escravidão atual envolve uma teia de relações e complexidade, começa com o recrutamento do trabalhador a milhares de quilômetros do local de serviço, com promessas enganosas, a partir daí começa a peonagem, dívida maliciosamente imputada. Tanto a coerção física quanto o paternalismo fazem parte da cobrança do valor devido, a internalização do débito pelo obreiro também. Na Passa Tempo foram constatados todos os condicionantes da peonagem.

A luta por melhoras de vida das minorias veio no bojo dos movimentos sociais do período ditatorial (1964-1984), estimulados, os índios organizaram a UNI (União das Nações Indígenas). Esta representa uma articulação, em âmbito nacional, de reconhecimento de especificidade étnica e inclusão cidadã.

Após retornarem as reservas indígenas e passarem por condições alarmantes no ambiente canavieiro, os índios firmavam novo contrato. Aqueles que enxergavam fora do entorno regional o novo modo de ser do índio, eram mais propícios a saírem novamente aos canaviais, ou seja, quanto maior a integração com o que vem de fora, aumenta a dependência do trabalho externo.

Antes de apresentarmos as conclusões, já de início, podemos afirmar que, contrariamente ao senso comum, os índios não são preguiçosos, eles exerceram atividades consideradas árduas ou desprezadas como trabalho digno.

Neste início do século 21 a escravidão ainda não foi erradicada, mas no senso comum, parece coisa do passado, a realidade mostra o contrário, milhões de pessoas em todo o mundo são obrigadas a trabalhar em condições extremamente desumanas em troca de remunerações insignificantes, insuficientes para garantir sua própria

subsistência, “as formas que essa exploração assumem podem ser dissimuladas ou mesmo ocultadas por diversos meios, mas não são menos aterradoras que outrora”<sup>371</sup>.

Então, pelo que discorreremos até o momento, entendemos ser a mudança da cadeia produtiva uma das chaves da solução do obstáculo social:

A realidade pouco mudará se toda a cadeia produtiva não for envolvida – no caso das carvoarias, desde a produção do carvão até as montadoras de automóveis –, e isso não se consegue comprando briga com produtores, mas pela sensibilização e compromisso com as mudanças necessárias. O grande desafio é convencer a cadeia produtiva de que ela tem responsabilidade, porque está direta e indiretamente se beneficiando do trabalho infantil e do trabalho subumano, degradante e escravo de seu país<sup>372</sup>.

E consideramos três pontos relevantes de mudanças da cadeia produtiva: 1) formas de redução da privação de bens materiais e imateriais daqueles que se submetem a situações de extrema degradação; 2) o descaso e pouco conhecimento da sociedade com o problema; 3) a passividade estatal na fiscalização, aplicação das leis e punição dos responsáveis.

No caso dos Guarani e Kaiowá, a pobreza no interior das reservas e a falta de perspectivas estão estritamente atreladas a demarcação e ampliação de suas terras, sem a terra, a sociabilidade indígena fica prejudicada e o bem material e imaterial se reduz a pequenas porções de terras, insuficientes a sobrevivência do grupo enquanto tal.

Como não há espaço suficiente para plantar e colher, a *changa* torna-se a única opção. Estímulos governamentais de autossuficiência, como fornecimento de instrumentos de trabalho, ou seguros contra intempéries naturais, seria outra medida válida, além, é claro, de cumprimento da lei federal que garante a demarcação de terra. Campanhas de conscientização no sentido de acabar com a estigmatização do índio também são válidas.

Sabemos que falar em eliminação da pobreza não é fácil, mas acreditamos que com os métodos relatados, pode-se ao menos diminuí-la e atenuar seu peso social.

A sociedade organizada incentivadora da emancipação da cidadania deve divulgar a prática do trabalho degradante/ desumanizador a fim de torná-lo conhecido e combatê-lo. Como relatado, há aqueles que se beneficiam dele, o praticam e o toleram

---

<sup>371</sup> João Carlos Alexim. Trabalho forçado, p. 43. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

<sup>372</sup> Texto elaborado em regime de mutirão da Comissão e da Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul, p.236. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

como método de obtenção de lucro. Dessa forma, o lucro por ele mesmo não pode ser admitido em qualquer hipótese, há de se considerar a importância da vida humana em primeiro lugar, depois, o modelo econômico organizado pela sociedade. Chegamos ao momento em que os meios tecnológicos disponíveis tornam as altas taxas de trabalho desumanizadoras, ou seja, é possível trabalhar menos com relativa obtenção de lucro. Vemos que o interesse está calcado no ganho, essa lógica deve mudar: a subjetividade do tempo livre, da criatividade, do respeito pelo outro, da luta social, deveria imperar.

No âmbito do Estado, são urgentes exigências como a assinatura da carteira de trabalho no ato da contratação do obreiro, com a garantia de atendimento dos direitos do contratado; a eliminação da intermediação da contratação por empreiteira ou agenciadores, a empresa principal deve ser responsabilizada por todos os direitos infringidos; técnicos que realmente entendam as especificidades indígenas e as consigam assimilar com o serviço fora das aldeias; políticas públicas de incentivo a melhoria no setor primário de produção. Com relação as formas de escravizar:

A construção de uma cultura que não admite o trabalho escravo (nem tampouco compactua com ele) parece depender de uma ação enérgica das autoridades responsáveis pelo cumprimento da lei. Ouve-se frequentemente falar da observância ao direito de propriedade e, no entanto, se esquece que o descumprimento da sua função social é requisito determinante para a perda da propriedade. A erradicação da pobreza, da miséria e das diferenças regionais parece não ser objeto de contumaz defesa como o é o “direito à propriedade”, independentemente da observância legal das relações de trabalho<sup>373</sup>.

Para finalizar, entendemos que as condições que levam a pobreza, se não forem eliminadas, o trabalho degradante será reproduzido. “A experiência na Índia e outros países tem mostrado que, a menos que tenham acesso a um meio alternativo de ganhar dinheiro, os trabalhadores escravizados retornarão à escravidão”<sup>374</sup>. Pois são escravos, antes de tudo, da pobreza que vivem.

Esta pesquisa foi uma dentre outras muitas possíveis abordagens que se pode ter do tema analisado. Citaremos algumas perspectivas que podem ser desenvolvidas sobre o mundo do trabalho e a área indígena.

---

<sup>373</sup> GUIMARÃES, Pedro Wilson; BELLATO, Sueli Aparecida. Condições de trabalho análogas às do trabalho escravo, p. 43. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

<sup>374</sup> Contribuição da Anti-Slavery International (ASI), Formas contemporâneas de escravidão. In: CPT (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*, p. 70.

Posterior às décadas de 1980 e 1990, recorte temporal deste trabalho, os índios continuaram exercendo atividades canavieiras. No início do século XXI, ainda se utilizava, largamente, a mão de obra do índio.

O grupo Louis Dreyfus (dono de duas usinas em Rio Brillhante, inclusive a Passa Tempo), no ano de 2008, contratavam indígenas de Dourados e Sidrolândia, eles não permaneciam nas instalações da empresa, mas deslocavam-se todos os dias às quatro horas da manhã e retornavam às seis da tarde.

Diante desse contexto, pode-se abordar este tema a partir da década de 2000 e explicitar a relação da força de trabalho humana com as máquinas, pois, a partir desse momento as colheitadeiras fazem-se presentes em quantidade expressiva nas agroindústrias do estado, porém, a força humana ainda é perceptível nos canaviais.

Outro ponto interessante a ser pesquisado é o trabalho nas lavouras de maçã no estado do Paraná. Os Guarani e Kaiowá de Dourados, recentemente, passaram a rumar em direção a região sul para colher maçãs em fazendas, nos mesmos moldes das atividades canavieiras do MS, ou seja, através de contratos temporários. Denúncias de degradação do trabalho e desumanização continuam, envolvendo esta atividade.

Tema interessante é a precarização nas usinas sucroalcooleiras em tempos neoliberais, e o índio trabalhador. Analisar o significado e as mudanças com a implantação das políticas neoliberais e o encolhimento do Estado, e a precarização no ambiente canavieiro, sobretudo no momento em que o país se destaca na produção mundial de cana-de-açúcar.

Nossa preocupação nesta análise não foi focar o índio como protagonista perante o processo que o levou ao trabalho nas usinas de cana, mas, apenas demonstrar como se deu tal conjuntura. Portanto, entendemos ser outra perspectiva de pesquisa relevante, as resistências indígenas e o índio como principal agente dessa cadeia produtiva canavieira.

Vale ressaltar que há vasta documentação disponível para pesquisar sobre o trabalho do índio em usinas de cana. Documentos produzidos pela imprensa do estado, pela Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, Ministério Público do Trabalho, Vara da Justiça de Dourados, FUNAI, além de outros que possamos não conhecer.

## 6) REFERÊNCIAS

### *Obras Citadas*

ALBANEZ, Jocimar Lomba. *Ervais em queda transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970)*. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

ALMEIDA, Fabio Chang de. *O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas*. *Aedos*, Porto Alegre, n. 8, v. 3, jan./ jun. 2011, p. 9-30.

ANDRADE, Manoel Correa de. Espaço e Tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. Coleção de Documentos IEA/ USP. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n.43, p. 267-280, 2001. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 20 maio 2014.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAÚJO, Rubens Milton Silvestrini de. *Análise da gestão ambiental em empresas agroindustriais de usinas de açúcar e álcool no Mato Grosso do Sul*. 2001. 122f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BACKES, Thaine Regina. *O capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul e a internacionalização da produção*. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. 1ª ed. São Paulo: Edusp & Fundação Alexandre Gusmão, 2004.

BIOSEV. Disponível em <[www.biosev.com](http://www.biosev.com)>. Acesso em 27 de jan. de 2015.

BORGES, Maria Stela Lemos. *A consignação da violência: a peonagem na região de Três Lagoas – MS*. 2002. 253 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH/UNICAMP, Campinas, São Paulo.

BORGES, João. Morte e vida kaiowá, índios se suicidam em protesto contra a miséria. *Revista Isto É Senhor*, 24 de outubro de 1990, São Paulo. Disponível em: Acessado em: 15 jun. 2015.

BRAND, Antônio. *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica/ PUC, Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. *Tellus*, Campo Grande, n. 6, p. 137-150, ano 4, abr. 2004.

\_\_\_\_\_; NASCIMENTO, Marcelo Casaro. A indústria sucroalcooleira e os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul: problemas e desafios para a autonomia indígena. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA AMÉRICA DO SUL – RAM, 7, 2007, Porto Alegre. *Anais...* Rio Grande do Sul: RAM/ RS, 2007, p.1-13.

CATAFESTO DE SOUZA, José Otávio. O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais. *Horizontes Antropológicos*, UFRS, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 211-253, dez. 2002.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (Org.). *Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia*. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.social.org.br/cartilhaimpactoscana.pdf>>. Acessado em: 20 jul. 2014

\_\_\_\_\_. Alagoanos reafirmam trabalho semi-escravo na usina Cachoeira. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CONSELHO INDÍGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Índice de suicídios entre indígenas no MS é o maior em 28 anos*. Conselho Indigenista Missionário de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://cptms.blogspot.com.br>>. Acesso em 10 jun. 2015.

CRESPE, Aline Castilho. *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*. 2015. 422 f. Tese (Doutorado em História) – FCH/ UFGD, Dourados, Mato Grosso do Sul.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DEPARIS, Sidiclei Roque. *União das Nações Indígenas (UNI): contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988)*. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

DOMINGUES, Alex Torres. *A territorialização do grupo agroindustrial canavieiro Louis Dreyfus no Mato Grosso do Sul*. 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

FACHOLLI, Cleunice Batista; DOEZBACHER, Sirley. *Rio Brilhante: sua terra, sua gente*. Cascavél: ASSOESTE, 1991.

FAZENDA RAMALHETE. *Gigante da bioenergia inaugura usina de açúcar e etanol no Mato Grosso do Sul*. Revista Eletrônica da Fazenda Ramalhete. n. 47, p. 40-45, jul/ago/set 2008. Disponível em: <[http://www.ramalhete.com.br/clipping/gc47\\_0908.pdf](http://www.ramalhete.com.br/clipping/gc47_0908.pdf)>. Acessado em: 10 jul 2014.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. *A participação dos índios Kaiowá e Guarani nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FRATA, Angela Maria; PEREIRA, Marcelo Castro; CAMPELO, Estevan. Agrovila de trabalhadores de usina sucroalcooleira em Rio Brilhante/MS – Um estudo de caso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48, 2010, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande:UFMS, 2010, p. 1-12.

GARCIA, Adilson de Campos. *A participação dos índios guanã no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930)*. 2008. 144 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. O que resta de Auschwitz e os paradoxos da biopolítica em nosso tempo. *Cadernos IHU em formação*. São Leopoldo - RS, ano IX, n. 45, p. 68-72, 2013.

GRUPO TAVARES DE MELO. Disponível em: < [www.tavaresdemelo.com.br](http://www.tavaresdemelo.com.br)>. Acesso em 27 jan. 2015.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul: História dos municípios*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), 1992.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 edições, 1996.

MACHADO, Fulvio de Barros Pinheiro. *Brasil, a doce terra - História do Setor*. s.d. Disponível em: <[www.agencia.cnptia.embrapa.br](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br)>. Acesso em: 10 abr. 2014.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MATER, Reyes. *Meia noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “sobre o conceito de história”*. Tradução de Nélio Schneider. São Leopoldo-RS: Ed. UNISINOS, 2011.

MELO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/01/ministerio-publico>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

MONTEIRO, Jhon Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*, 21 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan./jun. 2005, p. 244-259.

OVERING, Joanna. A estética da produção: o senso de comunidade entre os Cubeo e os Piaroa. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, n. 34, 1991, p. 7-33.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

PERINI DE ALMEIDA, Carolina. Da Changa ao costume: os Terena e as usinas de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul. In: XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011, Recife-PE. *Anais... XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia*, 2011, p. 1-13.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

PREFEITURA DE RIO BRILHANTE. Disponível em: <[www.riobrilhante.ms.gov.br](http://www.riobrilhante.ms.gov.br)>. Acesso em 27 jan. 2015.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual mato grosso do sul*, 2015.

REPORTER BRASIL (org.). *O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade*. 2010. 64 p. Disponível em:

<<http://reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis/relatorio.php>>. Acessado em: 10 mar 2015.

REZENDE, Simone Beatriz Assis de. *Potencialidades de desenvolvimento local dos Kaiowá e dos Guarani cortadores de cana-de-açúcar da Aldeia Te'Yikue*. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

RUIZ, Castor Bartolomé. O campo como paradigma biopolítico moderno. *Cadernos IHU em Formação*. São Leopoldo - RS, ano IX, n. 45, p. 15-20, 2013.

SALVADOR, Mario Ney Rodrigues. *Os índios Terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul: a relação capital-trabalho e a questão indígena atual*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BACHA, Carlos José Caetano. A evolução da agroindústria canavieira brasileira desde a sua origem até 1995: a institucionalização do paradigma subvencionista. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 85-108, dez. 1998. Disponível em <[bibliotecadigital.fgv.br](http://bibliotecadigital.fgv.br)>. Acesso em: 20 abr. 2014.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A morte ronda os canaviais paulistas. *Revisa Abra*, v. 33, n. 2, ago./dez., 2006, p. 11-143.

\_\_\_\_\_. A face oculta do trabalho: migrantes nas usinas canavieiras de São Paulo. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 10, n. 17, p. 31-54, 2005.

SZMRECSANYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Estudos Avançados*, vol. 5, n. 11, p. 57-79, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

Termos de Ajustamento de Condutas (TAC's). Disponível em: <<http://www.prba.mpf.mp.br/paraocidadao/pecas-juridicas/termos-de-ajustamento-de-conduta>>. Acesso em 06 jul. 2015.

TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Tradução de Egon de Oliveira e Enid Abreu Dobránszky. Campinas-SP: Papyrus, 1995.

VASCONCELOS, Cláudio A. de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

VIETA, Katya. *Histórias sobre terras e xamãs kaiowa: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP, São Paulo.

USINA SONORA. Disponível em: <[www.usinasonora-ms.com.br](http://www.usinasonora-ms.com.br)>. Acesso em 25 jun 2014.

#### *Obras Consultadas*

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

MARC, Bloch. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Tradução de André Telles. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

## 7) FONTES

### 7.1) *O Progresso*

Álcool: em Minas Marcelo Miranda prova que MS é a melhor opção para o país. *O Progresso*, Dourados-MS, n° 3012, 27/28 set. 1980, p. 2. Disponível no Centro de Documentação Regional – CRD/ UFGD.

Produção de soja ultrapassará a 1 milhão de toneladas, *O Progresso*, Dourados-MS, n° 2660, 16 jan. 1980, p. 2. Disponível no Centro de Documentação Regional – CDR/ UFGD.

### 7.2) *Ministério Público do Trabalho*

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público n° 001/ 1994. Relatório de visita*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público n° 001/ 1994. Relatório síntese de inspeção*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público n° 001/ 1994. Termo de depoimento*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público n° 001/ 1994. Sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Brillhante*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público n° 001/ 1994. Condições são precárias*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público n° 001/ 1994. Índios são 70% nas usinas de álcool*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Índios se tornam mão de obra barata.* Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Destilarias são acusadas de escravizar índios.* Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. DEBRASA – Sistema de Mão de Obra.* Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Crianças carvoeiras são alvos de cadastramento.* Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 002/ 1994. Remuneração em usina de Aparecida do Taboado é uma das mais baixas.* Mato Grosso do Sul, 1994, 622 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Destilaria de Mato Grosso do Sul terá de pagar CR\$ 34 milhões por contratar irregularmente 1370 indígenas para trabalho temporário em carvoarias.* Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Relatório técnico.* Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Relatório de viagem.* Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Contrato de trabalho 071/PIND/ 87.* Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/1994. Contrato de locação de serviços*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/1994. FETAGRI denuncia destilarias a estrangeiro*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/1994. Relatório de fiscalização*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/1994. Índios Guarani no Brasil trabalham em condições semi-escravas*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 002/1994. Relatório de visitas*. Mato Grosso do Sul, 1994, 622 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/1994. Intermediários apontados como responsáveis*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/1995. Termo de depoimento*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/1994. MS é destaque na CPI da escravidão*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 002/1994. Relatório síntese de inspeção*. Mato Grosso do Sul, 1994, 622 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/1994. Usina Cachoeira alvo de novas denúncias*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Ministério Público do Trabalho. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.*

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Relatório final de visita. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.*

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Comissão autua 2 destilarias por más condições de trabalho. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.*

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Denúncia dos trabalhadores canavieiros das destilarias no Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.*

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Relatório de visitas às destilarias de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.*

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 002/ 1994. Depoimento de João Sabino da Silva. Mato Grosso do Sul, 1994, 622 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.*

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Reclamação trabalhista. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.*

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Relatório do Inquérito Civil Público. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.*

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Contrato de trabalho da Agro Industrial Santa Helena. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.*

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994. Relatório câmara dos deputados. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.*

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 002/1994. Termo de depoimento*. Mato Grosso do Sul, 1994, 622 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 002/1994. Carta escrita pelos cabeçantes*. Mato Grosso do Sul, 1994, 622 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/1994. Termo de declarações*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/1994. Denúncias sobre trabalho escravo investigada*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 002/1994. Pernambucanos denunciam escravidão no MS*. Mato Grosso do Sul, 1994, 622 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/1994. DRT questiona FUNAI sobre trabalho de índios*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/1994. DRT questiona FUNAI sobre trabalho de índios*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Agropecuária Passa Tempo. Atos constitutivos e alterações*. Mato Grosso do Sul, 1994, 198 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Representação nº 88/2007, Relatório de inspeção*. Mato Grosso do Sul, 2007, 131 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande-MS.

### 7.3) FUNAI

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. *Circular nº 013/ GAB/ ADR/ MS*, Campo Grande, 20 ago. 1993. Disponível no Posto Indígena de Aldeinha, Anastácio-MS.

## **ANEXOS**

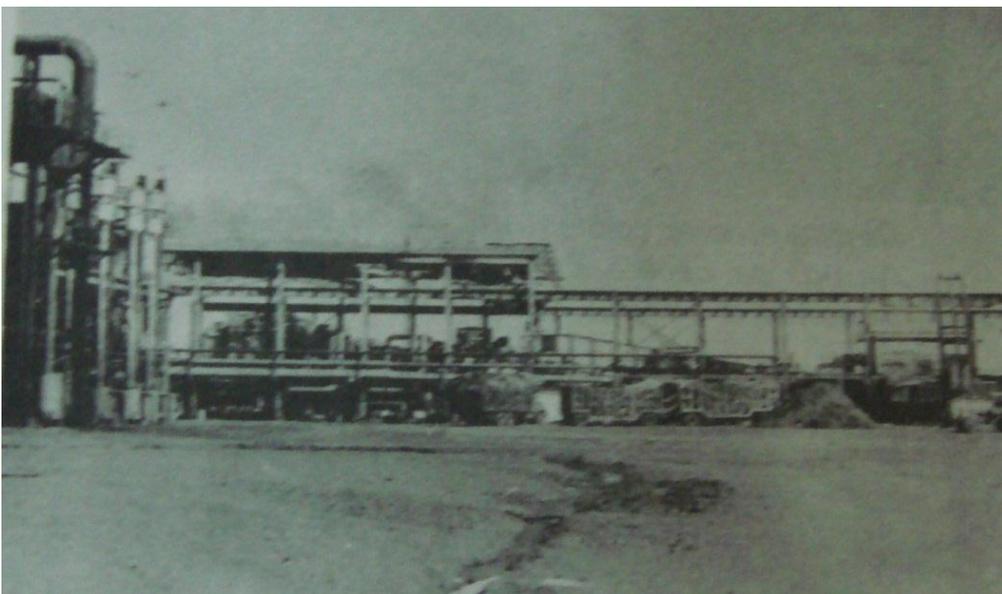
## Capítulo I:

**Fotografia 1** - Transporte de cana-de-açúcar para a destilaria, em Rio Brilhante.



Fonte: FACHOLLI, C. B.; DOERZBACHER, S., *Rio Brilhante*, p.168.

**Fotografia 2** - Destilaria Passa Tempo.



Fonte: FACHOLLI, C. B.; DOERZBACHER, S., *Rio Brilhante*, p.169.

**Fotografia 3** - Destilaria Cachoeira, no distrito de Nova Alvorada do Sul<sup>375</sup>.



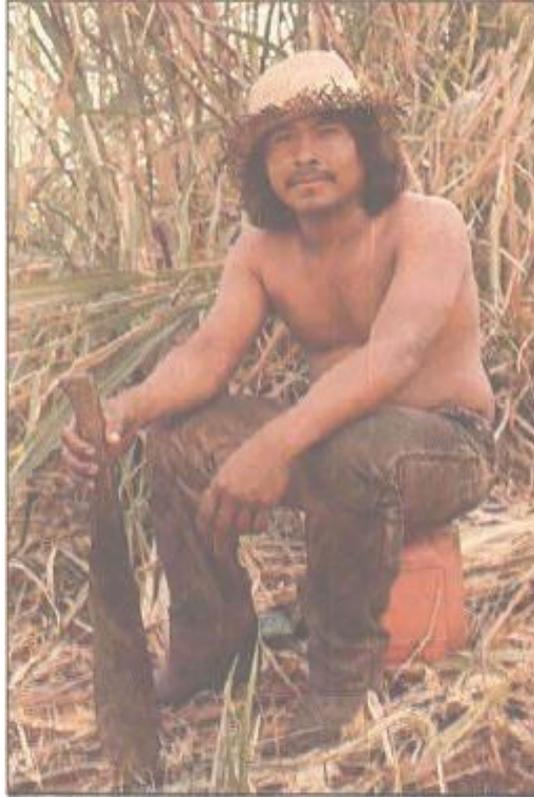
Fonte: FACHOLLI, C. B.; DOERZBACHER, S., *Rio Brilhante*, p.169.

---

<sup>375</sup> Distrito de Rio Brilhante até o ano de 1991, quando é desmembrado e emancipa-se em município.

## Capítulo II:

**Fotografia 4:** Cortador de cana kaiowá.



Fonte: Revista Isto É, 1990.

**Fotografia 5** – Trabalhadores guarani e kaiowá no canavial.



Fonte: Revista Isto É, 1990.

**Fotografia 6:** Trabalhadores indígenas.



Fonte: NEPPI/ UCDB

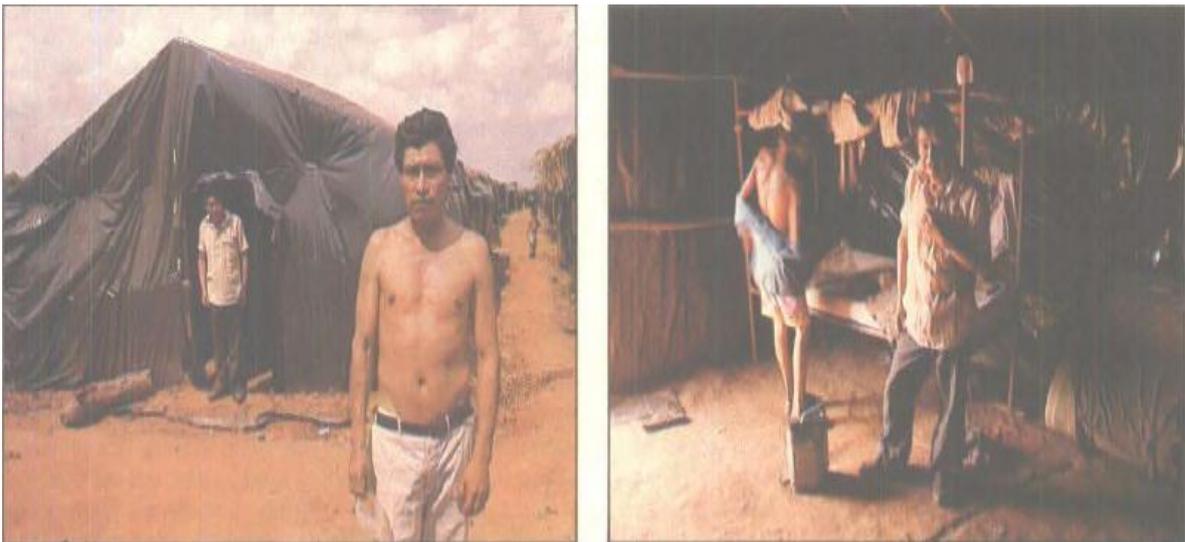
### Capítulo III:

**Fotografia 7:** Trabalhadores no canavial da Passa Tempo sem os equipamentos obrigatórios de segurança, 1994.



Fonte: CPT.

**Fotografia 8:** Instalações dos índios nas destilarias.



Fonte: Revista Isto É, 1990.

**Fotografia 9:** Trabalhadores da Passa Tempo alimentando-se dentro do ônibus, 1994.



Fonte: CPT.

**Fotografia 10:** Trabalhador acidentado, proveniente do corte da cana.



Fonte: CPT.

**Fotografia 11:** Trabalhador de mais idade no corte da cana.



Fonte: CPT.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 13 de outubro de 2015.

---

Felipe Megeredo Correa